

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – MESTRADO**

**OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO CONE SUL:**  
a influência do pensamento liberal

**FLORIANÓPOLIS**

**2002**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – MESTRADO**

**OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO CONE SUL:**  
**a influência do pensamento liberal**

**RAQUEL DE FÁTIMA ANTUNES MARTINS**  
**ORIENTADOR: DR. LUIZ OTÁVIO PIMENTEL**

**FLORIANÓPOLIS**

**2002**

# OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO CONESUL:

a influência do pensamento liberal

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito, área de concentração – Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel

Mestranda: Raquel de Fátima Antunes Martins

Florianópolis, julho de 2002

A dissertação “Os princípios jurídicos da integração econômica do Cone Sul: a influência do pensamento liberal”, elaborada por Raquel de Fátima Antunes Martins e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Florianópolis, 22 de julho de 2002.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel  
Presidente

---

Profa. Dra. Adriana Dreyzin de Klor  
Membro

---

Prof. Dr. Léo Rosa de Andrade  
Membro

---

Prof. Dra. Olga Maria Boschi de Oliveira  
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Direito

Aos integracionistas que pugnam por uma integração econômica solidária

## **Agradecimentos**

A Deus, onipresente;

Ao meu pai, pelo incentivo;

À minha mãe, pela confiança;

À Ana Paula, pela presença;

Ao Alexandre, pelos desafios;

Aos professores Sheila Stolz da Silveira e Luiz Otávio Pimentel, pelo exemplo;

Aos amigos, pelas idéias e momentos compartilhados.

*“Jurei mentiras e sigo sozinho  
Assumo os pecados  
Os ventos do norte não movem moinhos  
E o que me resta e só um gemido  
Minha vida, meus mortos  
Meus caminhos tortos  
Meu sangue latino  
Minha alma cativa  
Rompi tratados, traí os ritos  
Quebrei a lança lancei no espaço  
Um grito, um desabafo  
E o que me importa é não estar vencido.”*

*(Sangue Latino, composição de João Ricardo e  
Paulinho Mendonça)*

## **RESUMO**

O presente trabalho trata da influência do pensamento liberal nos princípios jurídicos da integração econômica do Cone Sul. A configuração do Liberalismo utilizado para contrapor o Estado Absoluto, na constituição do modo de produção capitalista, foi observada sob duplo aspecto: econômico e político. O Liberalismo marca a configuração do Estado e do Direito.

O Direito é parte da revolução moderna e consagra a ideologia dominante da Europa. O ordenamento jurídico institui os preceitos reguladores da sociedade no formato de normas que se apresentam como princípios ou regras.

As integrações econômicas regionais decorrentes do pós-guerra objetivam proporcionar o desenvolvimento econômico nos moldes dos ditames do comércio internacional e revelam por intermédio de seus objetivos os princípios políticos e ideológicos da integração.

Esse trabalho identifica, no processo de integração regional do Cone Sul, a influência de princípios neoliberais e procura delinear os traços de uma nova integração pautada sob o signo da solidariedade.



## **RESUMEN**

El siguiente trabajo aborda la influencia del pensamiento liberal en los principios jurídicos de la integración económica del Cono Sur. La configuración del Liberalismo usado para contraponer el Estado Absoluto, en la constitución del modo de producción capitalista, fue observada sobre aspecto duplo: Económico y Político. El Liberalismo marca la configuración del Estado y del Derecho.

El Derecho es parte de la revolución moderna y consagra la ideología dominante de Europa. El ordenamiento jurídico instituye los preceptos que regulan la sociedad en el campo de normas que se presentan como principios o reglas.

Las integraciones económicas regionales del pos-guerra tienen por objeto proporcionar el desarrollo económico en los moldes del comercio internacional y revelan por intermedio de sus objetivos los principios políticos e ideológicos de la integración.

Este trabajo identifica el proceso de integración regional del Cono Sur en la influencia de principios neoliberales y busca delinear las reglas de una nueva integración fundamentada en los principios de la solidaridad.

# SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>8</b>
<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. O LIBERALISMO: INFLUÊNCIAS NA ECONOMIA E NO DIREITO .....</b>	<b>15</b>
1.1 A formação do pensamento liberal e os princípios do Liberalismo do século XIX .....	16
1.2 A formação dos princípios do Liberalismo contemporâneo e o desenvolvimento do capitalismo na América Latina .....	29
1.3 A influência do pensamento liberal para a Teoria do Direito e para o Direito da Integração .....	41
<b>2. A FUNÇÃO DOS PRINCÍPIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO .....</b>	<b>54</b>
2.1 A interpretação dos Tratados internacionais através dos Princípios Jurídicos .....	54
2.2 Os modelos jurídicos de REALE e GOLDSCHMIT como proposta teórica para a integração econômica do MERCOSUL .....	64
2.3 Liberdade e Igualdade: as teorias do Direito de DWORKIN e ALEXY .....	74

<b>3. OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA.....</b>	<b>87</b>
3.1 Os princípios da ALALC e ALADI .....	88
3.2 Objetivos e princípios do Mercado Comum do Sul: o Tratado de Assunção.....	96
3.3 A relação filosófica, política e econômica do MERCOSUL com o pensamento liberal: possibilidade de uma nova configuração teórica de integração .....	105
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>115</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>119</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....</b>	<b>124</b>

## **Introdução**

A influência do pensamento liberal no desenvolvimento do processo de integração latino-americano evidencia-se na integração dos países do Cone Sul através dos princípios neoliberais positivados nos Tratados de Montevideu e no Tratado de Assunção.

As relações internacionais apresentam, no final do século XX, um entrelaçamento de fatos resultantes de um processo de globalização econômica fundada em uma nova teorização do Liberalismo que sugere a formação de integrações regionais abertas, com a finalidade de desenvolver o comércio internacional.

O surgimento do Liberalismo é marcado, na história do continente europeu, pela passagem histórica do modo de produção feudal ao capitalista, e representa a defesa da liberdade política e econômica para uma sociedade estabelecida sob a égide da centralização do poder monárquico.

Os países da Europa vivenciaram a história da transição de paradigmas sociais, políticos e econômicos de formas diferentes, e a influência do pensamento liberal atendeu as nuances regionais. Contudo, o desenvolvimento histórico do Liberalismo está centrado na França e na Inglaterra, nos quais ocorreram, respectivamente, revoluções de cunho político-democrático e econômico-industrial.

Através do método de análise dedutivo, o primeiro capítulo aborda o Liberalismo como a influência preponderante no modelo de integração econômica do MERCOSUL. Na abordagem socialista ora apresentada, para a qual a integração consiste em uma etapa decorrente da estrutura econômica capitalista, o MERCOSUL está fundamentado em uma ideologia neoliberal.

A observação científica dos princípios jurídicos do Tratado de Assunção perpassa a eleição de um método de análise da ciência jurídica. A pesquisa foi desenvolvida sob os

mandamentos do método histórico, para o qual a ciência do Direito é uma atividade metódica com ênfase na relação espaço-tempo do fenômeno jurídico a fim de alcançar o seu sentido.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, o qual ocorreu através de uma ideologia liberal política e econômica, passa a privilegiar o aspecto econômico da sociedade em detrimento do aspecto político em uma nova fase ideológica denominada Neoliberalismo. Os parâmetros políticos do Neoliberalismo encontram-se demarcados pelo benefício do capital privado que acaba por aprofundar as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista de produção.

Marcada fortemente pela Revolução Francesa de 1789 e pelas Revoluções Industriais do século XVIII, as concepções do mundo ocidental foram igualmente influenciadas por uma ideologia que concede preferência à igualdade perante a liberdade. A primazia da igualdade nas esferas política e econômica levou o mundo a influenciar-se pelo Socialismo.

Karl Marx é o teórico do Socialismo que forneceu a possibilidade de uma abordagem científica para o seu desenvolvimento. Através da construção teórico-científica de Marx, formulada sob a tópica da influência determinante da economia em todas as demais esferas da sociedade, vislumbra-se a integração econômica regional como uma etapa do processo capitalista.

A ideologia da integração econômica dos países do MERCOSUL decorre de um processo histórico iniciado na América Latina desde sua colonização. Na abordagem histórico-econômica, através dos tópicos relevantes para o processo integrativo, constata-se a tendência liberal dos governos dos países do MERCOSUL. Ademais as teorias do Direito e o Direito da integração sofrem influência direta do pensamento liberal desenvolvido na Modernidade.

Os tratados internacionais são a materialização formal da comunhão de vontades entre Estados e instituem as regras jurídicas vigentes entre as partes; neles encontram-se os

princípios que regem todo o ordenamento. Os princípios jurídicos pertencem ao sistema romano-germânico do Direito e sua função no ordenamento relaciona-se com as lacunas decorrentes de um sistema jurídico positivado.

A economia, enquanto infraestrutura, contamina a política, objeto das relações internacionais, da mesma forma que o Direito, através do estabelecimento de regras e princípios jurídicos aplicados no plano interno e externo. Os princípios jurídicos detêm primordial importância ao ordenamento jurídico e são oferecidas linhas das teorias dos princípios de Robert Alexy e Ronald Dworkin com vistas a contribuir na formação de uma teoria jurídica da integração.

A história da integração sul-americana e os tratados econômicos integrativos de associações anteriores ao MERCOSUL revelam os objetivos que permearam a integração no sul da América. Finalmente, a constatação da ideologia neoliberal como o grande motivador da integração econômica do MERCOSUL sugere uma nova abordagem teórica de integração, fundamentada em uma filosofia liberal igualitária com vistas ao equilíbrio entre os fatores político-democráticos e econômico-liberais.

A filosofia liberal igualitária pauta-se pelo princípio de solidariedade no intento de sinalizar uma conformação jurídica para uma integração econômica solidária.

## CAPÍTULO I – O LIBERALISMO: INFLUÊNCIAS NA ECONOMIA E NO DIREITO

*“[...] o ensino pelo sono chegou a ser proibido na Inglaterra. Havia uma coisa chamada Liberalismo. O Parlamento, se é que os senhores sabem o que era isso, votou uma lei contra ele. Conservaram-se as atas das sessões. Discursos sobre a liberdade do indivíduo. A liberdade de ser ineficiente e infeliz. A liberdade de ser uma cavilha redonda num buraco quadrado”. (Huxley, Aldous, Admirável mundo novo, p. 47).*

A integração econômica do Cone Sul e seus princípios jurídicos acusam uma série de fenômenos históricos de caráter econômico e jurídico. Os pontos de partida para essa análise são as transformações da sociedade feudal européia que levaram à configuração da sociedade capitalista através da afirmação de valores opostos – a nova sociedade pregava o antagonismo aos valores da sociedade feudal.

O Liberalismo surge como ideologia da classe burguesa, ávida por liberdade de comercializar sem a intervenção da aristocracia e da Igreja. Os valores liberais desenvolvem-se na sociedade européia e influenciam as mais diversas comunidades mundiais, seja por admiração, como no caso de alguns países asiáticos, ou decorrente da colonização, transmissora incontestemente de parâmetros socioculturais e políticos.

A configuração de uma ideologia liberal forneceu ao modo de produção a instauração de uma sociedade capitalista de cunho liberal e os valores do Liberalismo passaram a constar na estrutura reguladora dessa nova sociedade. O sistema jurídico, superestrutura do sistema econômico, refletiu o Liberalismo em suas cartas constitucionais e demais legislações.

Os valores liberais da liberdade e da igualdade trouxeram contradições à ideologia do Liberalismo e o modelo original sofreu alterações. A necessidade da preservação da influência social bem como a proteção da propriedade e a preservação dos lucros alteraram a ideologia liberal burguesa. A sustentação da estrutura social do Liberalismo capitalista moldou-se em um Liberalismo conservador, defendido freqüentemente em posturas antiliberais.

### 1.1. A formação do pensamento liberal e os princípios do Liberalismo do século XIX

Um pensamento encontra relação com uma ideologia na medida em que “os homens, ao estabelecer as relações sociais, de acordo com o desenvolvimento de sua produção material, criam também os princípios, as idéias e as categorias, de conformidade com suas relações sociais”.<sup>1</sup>

A palavra *ideologia* encontra seu primeiro registro em 1823.<sup>2</sup> A palavra teria sido utilizada pela primeira vez pelo filósofo francês Antoine DESTUTT de TRACY, para referir a análise das percepções e das idéias, demarcando a passagem do empirismo iluminista ao espiritualismo tradicionalista.<sup>3</sup>

As teorizações de MARX deram ao termo *ideologia* uma conotação mais abrangente, vinculando-a aos problemas da consciência de classe e as suas diferentes ideologias. MARX projeta a ideologia na fórmula: o ser social determina a consciência, e a infra-estrutura econômica determina a superestrutura ideológica.<sup>4</sup> A relação do modo de produção capitalista, com o período histórico da Modernidade e com o Liberalismo, em função da teoria de MARX, faz transparecer a ideologia liberal como a superestrutura ideológica do modo de produção capitalista.

O significado de ideologia para MARX encontra-se na idéia de falsa consciência das relações de domínio entre as classes. Compreendendo a ideologia como uma crença falsa, seu caráter é mistificante da falsa consciência de uma crença política.<sup>5</sup>

CHAUÍ define ideologia como

---

<sup>1</sup> MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Rio de Janeiro: Leitura, 1965. p. 104-5.

<sup>2</sup> HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>3</sup> Cf. OLIVEIRA, Frederico. **Filosofia do Direito ocidental: momentos decisivos**. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzato, 1996. p. 33 e VINCENT, Andrew. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 13.



a elaboração intelectual incorporada pelo senso comum social, no qual o ponto de vista, as opiniões e as idéias de uma das classes sociais, dominante e dirigente, torna-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade.<sup>6</sup>

Ainda para CHAUI “a ideologia é um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico”.<sup>7</sup>

O entendimento de MARX sobre o fenômeno da ideologia é racional na medida em que afirma que a aceitação da ideologia pelo homem é uma ilusão da qual é difícil escapar, visto que inspirada pela realidade.<sup>8</sup>

O Liberalismo é decorrente de um processo histórico que encontra relação com a Modernidade, movimento social emergente em torno de 1500 na Europa Ocidental, especificamente nas Ilhas Britânicas e Países Baixos, e foi consolidada nas primeiras décadas do século XX.<sup>9</sup> A Modernidade foi dominada pelo conceito de racionalidade, especialmente pela racionalidade científica, orientada à realização de determinados fins.<sup>10</sup>

O ambiente filosófico onde o Liberalismo se desenvolve corresponde a uma atmosfera romântica, segundo COURI, “em que o racional fora alçado aos píncaros do ideal. Egresso do século XVII entrou em pleno vapor no século XVIII, o do Iluminismo, o da crença absoluta nas possibilidades da Razão”.<sup>11</sup>

A sociedade ocidental contemporânea confronta-se fundamentalmente com duas ideologias antagônicas: “a que serve aos interesses da burguesia, e que é parte integrante da superestrutura, e, de outra parte, a ideologia do proletariado, que encontra sua expressão científica no marxismo”.<sup>12</sup>

---

<sup>4</sup> Marx, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Flama, 1946. p. 30-2.

<sup>5</sup> Vide a obra de MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1983.

<sup>6</sup> CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. p. 174.

<sup>7</sup> Ibid., p. 417.

<sup>8</sup> Vide a obra de MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1996.

<sup>9</sup> SANTOS, Francisco. O autor aborda a questão com a denominação de “a marca britânica” do Liberalismo. op. cit., p. 11.

<sup>10</sup> WARAT, Luís Alberto; PÊPE, Albano. **Filosofia do Direito: uma introdução crítica**. São Paulo: Moderna, 1996. p. 12. Os autores utilizam a Filosofia do Direito com a finalidade de promover uma crítica ao Direito.

<sup>11</sup> COURI, Sérgio. **Liberalismo e Societalismo**. Brasília: UnB, 2001. p. 13.

<sup>12</sup> BESSE, Guy; CAVEING, Maurice. **Princípios fundamentais de Filosofia**. Trad. João Cunha Andrade. São Paulo: Hemus, 1995. p. 281.

A origem do pensamento liberal remonta à história e às transformações econômicas e sociais sofridas por alguns países europeus especificamente a Alemanha, Itália, Espanha, França e Grã-Bretanha, nos quais se desenvolveram ambientes políticos e socioculturais distintos.<sup>13</sup> O Liberalismo, para VINCENT, desenvolveu-se diferentemente nas regiões da Europa, produzindo a distinção entre Liberalismo de tradição continental e Liberalismo de tradição britânica.<sup>14</sup>

A relação da ideologia liberal com o capitalismo encontra abrigo em diversas pesquisas, contudo merece destaque a ressalva de CRUZ, para o qual é evidente que se associe de forma estreita a evolução do Liberalismo como ideologia, filosofia e doutrina política com a evolução do capitalismo no plano econômico e da burguesia no plano social; contudo não se pode limitar a análise a esta constatação, pois seria insuficiente, já que o Liberalismo está composto por um conjunto de elementos ideológicos e filosóficos de longa tradição cultural e lento caminho histórico, que apresenta variações conforme diferentes épocas, países e espaço geopolítico.<sup>15</sup>

O estudo do Liberalismo não pode prescindir da estrutura da sociedade feudal do século IX, pois existe uma relação de antagonismo de valores entre esta e a sociedade capitalista. A sociedade feudal caracterizava-se sinteticamente, nas palavras de BEAUD: “no âmbito do senhorio se efetua a organização da produção (servidão, trabalho forçado, corvéia) e a extorsão do sobretrabalho (sob a forma de prestação em trabalho) do qual se beneficia o senhor, proprietário eminente e detentor das prerrogativas políticas e jurisdicionais”.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> Vide VINCENT, op. cit., p. 33-5.

<sup>14</sup> Ibid., p. 35: “o Liberalismo britânico é, em geral, considerado mais antigo e mais empírico. O Liberalismo continental está mais relacionado ao Iluminismo francês e ao uso exagerado da ‘razão abstrata’ nos assuntos humanos”.

<sup>15</sup> CRUZ, Paulo. **Política, poder, ideologia e estado contemporâneo**. Florianópolis: Diploma Legal, 2001. p. 90.

<sup>16</sup> BEAUD, Michel. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 18.

O pensamento da sociedade européia começou a mudar em decorrência de uma série de fatos decisivos<sup>17</sup> à constituição de uma nova ideologia, ou seja, houve uma grande mudança nas idéias e crenças que justificam moralmente as relações sociais e econômicas de determinada sociedade.<sup>18</sup>

Marcas das grandes transformações que levaram ao período moderno da História, o estabelecimento do Estado Nacional e a destruição do feudalismo encontram, nas alterações econômicas e nas mudanças da sociedade do Antigo Regime, os grandes elementos impulsionadores da formação do modo de produção capitalista. O Antigo Regime<sup>19</sup> tem nas Cruzadas<sup>20</sup>, movimento do início da Baixa Idade Média, um reflexo histórico marcante das alterações socioeconômicas decorrentes do renascimento do comércio, da urbanização e do surgimento da burguesia.

Propõe-se uma divisão simplificada, porém não simplista, da ideologia liberal. O Liberalismo é abordado sobre dois enfoques: o político e o econômico. A finalidade é verificar a influência e preponderância do Liberalismo econômico sobre o político desde a gênese do processo, contudo verificável com maior clareza por meio da configuração contemporânea do capitalismo.

O Estado liberal moderno toma forma em decorrência da alteração da estrutura econômica conforme alude AFONSO VAZ:

---

<sup>17</sup> A constituição do pensamento liberal foi enormemente influenciada pelo Iluminismo e pelo despotismo esclarecido. O pensamento dos déspotas foi desenvolvido nas nações de pequeno comércio, nobreza vigorosa e burguesia fraca – os déspotas procuraram aplicar algumas idéias do Iluminismo, sem a participação do povo. O despotismo esclarecido, a independência dos EUA e a Revolução Francesa foram baseados nos princípios iluministas. Estes, por sua vez, impulsionaram a Revolução Industrial, que, iniciada no século XVIII, na Inglaterra, ganharia o continente europeu e os Estados Unidos no século XIX.

<sup>18</sup> HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 10.

<sup>19</sup> Segundo TAMAMES e GALLEGÓ, o Antigo Regime por comparação com a posterior sociedade de classes do capitalismo, era a situação preponderante na Europa Ocidental antes da Revolução Francesa, quando as relações sociais baseavam-se na divisão em estamentos (aristocracia, clero e estado plano).

<sup>20</sup> Segundo HUNT e SHERMAN, op. cit., p. 26: “As razões fundamentais das Cruzadas devem ser procuradas no desenvolvimento interno da França, onde este movimento encontrou o seu maior respaldo. A França havia adquirido grande ascendência no contexto europeu, mantinha relações comerciais e interesses importantes no Oriente; além disso, precisava de uma válvula de escape para dar vazão ao descontentamento social que grassava no interior de suas fronteiras. As Cruzadas receberam apoio também da oligarquia de Veneza, interessada em expandir o seu comércio e consolidar a influência que exercia no Oriente”.

embora seja admissível a acentuação da incidência econômica na superação do Estado Absolutista, até porque o desnível entre a forma político-jurídica e as ‘forças produtivas’ havia atingido um grau de desfazamento tal que tornava inevitável a ruptura, foi ainda ao nível da teorização do poder que, primeiramente, se procurou estabelecer os fundamentos de uma nova ordenação social. É sintomático, com efeito, que os manuais da Revolução fossem tratados de filosofia política e não propriamente compêndios de análise econômica. O Contrato Social de Rousseau e o Espírito das Leis de Montesquieu – mormente o cap. VI do Livro XI ‘Da constituição inglesa’ – foram, na verdade, os breviários dos revolucionários dos finais do séc. XVIII.<sup>21</sup>

Corroborando com o raciocínio o posicionamento de HOBBSAWM, que acredita que “se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa”.<sup>22</sup>

O Liberalismo político, marcado pela necessidade da classe burguesa em defender maior liberdade individual frente ao Estado, encontra impulso nas revoluções burguesas do século XVIII.<sup>23</sup> Contudo é na origem do Estado, na Monarquia Absoluta, que a sociedade encontra a transição de uma estrutura feudal autárquica, agrícola, estamental e poliárquica em uma nova sociedade com características centralizadoras através de uma unificação territorial, jurídica e econômica.

A identificação da ideologia liberal com o sistema capitalista perpassa às transformações históricas que resultaram em um novo sistema social político-ideológico. A Revolução Francesa foi uma revolução burguesa típica, definindo um novo sistema. Marcada pelos conceitos de revolução e luta de classes, alterou a estrutura da sociedade, aniquilando a sociedade feudal do Antigo Regime e afirmando a sociedade liberal burguesa de cunho capitalista.

---

<sup>21</sup> VAZ, Antônio. **Direito econômico e a ordem constitucional portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1995. p. 20-1.

<sup>22</sup> HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 71.

<sup>23</sup> As três revoluções são estudadas de forma abrangente por BEAUD na obra **História do Capitalismo**. Ainda CHAUÍ, op. cit., p. 404, aponta as revoluções burguesas: a Revolução Inglesa de 1644, a Revolução Norte-Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789.

O contexto de pesquisa científica e de descobertas<sup>24</sup> é o mesmo em que florescem as idéias dos filósofos do século XVIII. As características da configuração política da sociedade liberal encontram-se esculpidas nas obras de Montesquieu<sup>25</sup>, Voltaire, Rousseau, Diderot, influenciados pela “evidência, clareza, a conformidade com a razão; um universo admirável, mecânico, obedecendo às leis eternas estabelecidas por um ser supremo [...], um mundo fundamentado por leis naturais, um Direito natural, uma moral natural, que convém redescobrir”.<sup>26</sup>

HOBBS foi um dos filósofos<sup>27</sup> do Estado Absolutista que concedeu, através da elaboração da obra *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, publicada na Inglaterra em 1651, o substrato teórico formulador da unificação do poder em um Estado absoluto. A afirmação de HOBBS de que a sociedade é a guerra de todos contra todos em função do homem ser lobo do homem levou a estipulação do “contrato social” e a unificação do poder no soberano com fins de segurança. O respaldo da síntese da obra de Hobbes encontra-se nas suas palavras, no capítulo X da obra *Leviatã*, ao discorrer sobre o poder, valor, dignidade, honra e merecimento:

O maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência da vontade de cada indivíduo [...]. O valor público de um homem, aquele que lhe é atribuído pelo Estado, é o que os homens vulgarmente chamam *dignidade*<sup>28</sup>

## Segundo WARAT e PÊPE, é inegável

que o movimento de autonomia do sistema jurídico diante da tradição religiosa ou mesmo metafísica e, conseqüentemente, das garantias externas (Deus ou a Natureza) e

---

<sup>24</sup> Como sinaliza BEAUD, op. cit., p. 79: princípios de mecânica, análise da composição do ar e da água, estudo do cloro, mecânica analítica.

<sup>25</sup> MONTESQUIEU (1689 – 1755): separação e o equilíbrio dos poderes – liberal, mas não democrata. Foi ROUSSEAU (1712 – 1778) quem defendeu as camadas populares, a legitimidade da soberania popular.

<sup>26</sup> BEAUD, op. cit., p. 80.

<sup>27</sup> Jean Bodin, Hugo Grotius e Jacques Bossuet, juntamente com Hobbes desenvolveram o respaldo filosófico do Estado Absolutista com nuances diferentes, sendo Hobbes, o filósofo que maior contribuição forneceu à estrutura da sociedade moderna.

<sup>28</sup> HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.53-4.

transcendentes (o Bem ou a Razão) foi fundamental para a constituição do Estado criador da Lei, o Estado de Direito.<sup>29</sup>

LOCKE, filósofo inglês e teórico da Revolução Gloriosa, é considerado o pai do Liberalismo político. Propunha, em substituição ao absolutismo, uma relação “contratual” entre governantes e governados, sendo que as bases desse relacionamento deveriam ser estabelecidas por um conjunto de leis escritas, a Constituição. Todo homem, afirmava Locke, possui alguns Direitos naturais: liberdade, propriedade privada e resistência contra governos tirânicos. Sua teoria política influenciou a Revolução Gloriosa, que pôs fim ao Absolutismo na Inglaterra, a Independência dos Estados Unidos e os teóricos que pregaram a Revolução Francesa.

Em 1689, LOCKE publica o *Segundo tratado sobre o governo*, no mesmo ano em que é proclamada a Declaração de Direitos da Inglaterra. Para CRUZ, ambos foram orientados pelo mesmo ideário burguês na defesa da aprovação dos impostos pelo Parlamento, inamovibilidade judiciária e liberdade de consciência através da liberdade de opinião.<sup>30</sup> Instaura-se com Locke uma mudança na concepção de Estado, que passa a ser visto como um instrumento a serviço dos cidadãos. O estabelecimento do Império da Lei, no qual as decisões do Parlamento concretizam-se através de leis promulgadas para orientar as ações do governo e que são obedecidas por todos, marcou profundamente as relações dos cidadãos com o Estado.

No *Segundo tratado sobre o governo*, LOCKE realiza um “ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil”, no qual se fundam os princípios jurídicos e políticos das constituições democráticas, defesa do indivíduo e da propriedade:

O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-lo, que a todos obriga; e a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que tão-só a consultem, sendo todos iguais e independentes, que nenhum deles deve prejudicar a outrem na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses [...], todavia, esforçar-me-ei por mostrar como os homens podem chegar a ter uma propriedade em várias partes daquilo que Deus

---

<sup>29</sup> WARAT e PÊPE, op. cit., p. 15.

<sup>30</sup> CRUZ, op. cit., p. 96.

deu à Humanidade em comum, e tal sem qualquer pacto expresso entre todos os membros da comunidade.<sup>31</sup>

Apesar da configuração da vitória da burguesia na Revolução Francesa, outros segmentos sociais estavam envolvidos, além do fato da burguesia não ser uma classe homogênea.<sup>32</sup> Havia a burguesia industrial-comercial que exigia mudanças que acabassem com os entraves às suas atividades; a pequena burguesia, constituída de pequenos proprietários urbanos (comerciantes ou artesãos) e a classe operária, ainda em formação e que não possuía independência.

O cenário político e econômico na França ensejou as condições para uma explosão revolucionária. O quadro histórico que reúne os fatos e atos da Revolução é extenso<sup>33</sup>, mas configura-se essencialmente na possibilidade de crescimento econômico concedido à burguesia pela monarquia absolutista enfraquecendo o poder político da nobreza e do clero.<sup>34</sup> No momento em que a burguesia, no final do século XVIII, desejou mais crescimento e houve um impasse, o rei (Luís XVI assumiu o poder em 1774) colocou-se ao lado da nobreza e tornou-se um obstáculo a ser ultrapassado pelas forças sociais.<sup>35</sup> E assim o foi e não houve como frear a reação das massas.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>36</sup> foi promulgada e tornou-se modelo para todos os movimentos liberais que se seguiram à Revolução. A Declaração consistiu de uma formulação de princípios que, coerentemente com as idéias iluministas, afirmava os ideais da burguesia: igualdade de todos perante a lei, o povo como fonte de poder,

---

<sup>31</sup> LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. Trad. Anoar Aiex e Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 36, 45.

<sup>32</sup> Um pequeno setor da burguesia era constituído por arrendatários, banqueiros que emprestavam dinheiro ao Estado, comerciantes que negociavam com as colônias e proprietários de terras que recebiam tributos dos camponeses.

<sup>33</sup> A Revolução Francesa é detalhada nas seguintes obras: HOBBSBAWN, **A era das revoluções**. BEAUD, **História do Capitalismo**.

<sup>34</sup> No mesmo sentido BEAUD, op. cit., p.78: “de um lado uma nobreza que serrou fileiras em torno do rei e da corte, que se reserva o acesso aos cargos oficiais e vigia ciumentamente o respeito de seus privilégios e prerrogativas. Do outro, uma burguesia que, graças ao comércio colonial e à expansão da produção manufatureira, enriquece-se, fortalece-se, mas sofre por ficar afastada dos negócios do Estado”.

<sup>35</sup> NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História Geral**. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 119.

<sup>36</sup> Constituições de diversos países. 3. ed. v. 1. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa, 1986, p. 367-9.

Direito do cidadão à liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão, liberdade do indivíduo (opinião, convicção religiosa, expressão de pensamento), com a ressalva da preservação da ordem pública. Ainda a Declaração garantiu o Direito à propriedade, considerado sagrado e inviolável.

Ocorre que os grupos urbanos, a partir de 1795, foram afastados da movimentação política e grande parcela dos camponeses ficou dividida quanto à atuação política. A abolição dos Direitos feudais em 1793 levou o campesinato proprietário à acomodação e ao afastamento político dos pobres que não puderam comprar terras.<sup>37</sup>

O Liberalismo econômico, por sua vez, surge no limiar do século XVIII como resultante da queda do Antigo Regime, da consolidação do capitalismo e da Revolução Industrial. Nessa época SMITH publicou *A riqueza das nações* (1776) iniciando o desenvolvimento da escola clássica, com a qual colaboraram MILL, MALTHUS e RICARDO. Todos criticam a escola fisiocrata francesa e opõem-se ao pensamento mercantilista<sup>38</sup>, fundando a economia política moderna.<sup>39</sup>

Segundo RUSSELL, a divisão do trabalho foi examinada por SMITH que buscou demonstrar em sua obra “como a produção de bens industriais aumenta se a fabricação de um artigo for decomposta em certo número de estágios, cada um realizado por um operário especializado”.<sup>40</sup>

SMITH analisou os aspectos econômicos e políticos desse período histórico identificados na evolução do capitalismo comercial. Identifica na crescente separação entre capital e trabalho e na constituição do Estado no Antigo Regime, ou seja, o Estado Moderno,

---

<sup>37</sup> NADAI e NEVES, op. cit., p. 127.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, F., op. cit., p. 153.

<sup>39</sup> RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental**. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 377.

<sup>40</sup> Idem.



os interesses dos grupos sociais em conflito, na busca pela preservação dos privilégios da aristocracia feudal e simultaneamente abrindo espaço ao novo grupo burguês ascendente.<sup>41</sup>

A economia de mercado e as trocas monetárias assim como as preocupações com o lucro e a vida urbana são as características marcantes de uma sociedade que passou a ser identificada como capitalista comercial. A economia mercantil foi impulsionada pelo ressurgimento do comércio na Europa e pela exploração colonial do Novo Mundo americano e afro-asiático.<sup>42</sup>

O Mercantilismo, evidenciando a íntima relação entre Estado e economia, caracterizou-se por ser uma política de controle e incentivo, por meio da qual o Estado buscava garantir o seu desenvolvimento comercial e financeiro, fortalecendo ao mesmo tempo o próprio poder. O Mercantilismo foi, na verdade, um conjunto de medidas variadas, adotadas por diversos Estados modernos visando à obtenção de recursos e riquezas necessários à manutenção do poder absoluto. Cada Estado procurou as medidas que mais se ajustavam às suas peculiaridades, como por exemplo, a exploração colonial, a obtenção de metais preciosos, a atividade marítima ou a produção manufatureira.<sup>43</sup>

Fato é que o Antigo Regime foi um novo período do processo histórico da Europa Ocidental em função das mudanças qualitativas sofridas na economia européia que abriram espaço para uma nova ordem política e social.

O mundo moderno constituiu uma negação do mundo medieval. A época moderna constituiu o período de consolidação dos ideais de progresso e desenvolvimento que reforçaram o pensamento racionalista e individualista, valores burgueses que iriam demolir o universo católico-feudal.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup>Cf. SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Trad. Norberto de Paula Lima. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

<sup>42</sup> Ibid., p. 157 e ss. O autor aborda no Livro III o “diferente progresso da opulência em diferentes nações” e no capítulo 1 do Livro IV, o “princípio do sistema comercial, ou mercantil”.

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> HUNT e SHERMAN, op. cit., p. 20-1.

O capitalismo comercial foi uma nova ordem socioeconômica desenvolvida entre os séculos XV e XVIII. Apenas no final da época moderna, a classe burguesa reuniu meios para edificar uma ordem social, política e econômica com a sua própria imagem, embora somente os acontecimentos da segunda metade do século XVIII, como a Revolução Industrial, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, consolidassem definitivamente a posição da burguesia.

Como período de transição, a época moderna reforçou a importância do comércio e da capitalização, que constituíram a base sobre a qual se desenvolveria o sistema capitalista. Como decorrência, um novo Estado, novas normas e novos valores foram gerados segundo as novas exigências do homem europeu ocidental.

A contribuição das revoluções burguesas às concepções econômicas e políticas do mundo ocidental ocorreu de forma diversa, conforme os objetos das revoluções. A Revolução Francesa e a Revolução Industrial tiveram a França e a Inglaterra como protagonistas. HOBBSAWM considera que no período de 1789 a 1848 houve uma “dupla revolução – a francesa, bem mais política, e a industrial (inglesa)”, que seriam “inconcebíveis sob qualquer outra forma que não a do triunfo do capitalismo liberal burguês”.<sup>45</sup>

As grandes mudanças de estrutura na sociedade mercantilista ocorreram em função do controle econômico pelo poder real que sufocava os anseios pela ordem capitalista. Surgiram, assim, as condições à formulação de princípios econômicos antimercantilistas, de concepções inovadoras como as desenvolvidas pelos adeptos da fisiocracia e do Liberalismo econômico, que iriam sepultar definitivamente o Antigo Regime.<sup>46</sup>

O mercantilismo foi a doutrina econômica do absolutismo e foi condenado juntamente com este. Os fisiocratas afirmavam que o comércio era uma atividade econômica estéril e condenavam a intervenção do Estado na economia. O lema dos fisiocratas era “*Laissez faire*,

---

<sup>45</sup> HOBBSAWM, **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 18.

<sup>46</sup> Cf. SMITH, op. cit., p. 169 e ss. e HUNT e SHERMAN, op. cit., p. 42 e ss.

*laissez passer, lê monde va de lui même*” (Deixai fazer, deixai passar, o mundo anda por si mesmo).<sup>47</sup>

SMITH conferiu conteúdo científico às teses dos fisiocratas. Negou que a produção de riqueza ocorresse apenas no setor agrícola, mas concordou com a afirmação fisiocrata de que o Estado não deve interferir na economia, do que decorre ser considerado o pai do Liberalismo econômico.<sup>48</sup>

A doutrina do *laissez-faire* proporcionou na Inglaterra um individualismo decorrente da “crença de que o progresso social dependia da elevação da moralidade individual pelo esforço pessoal”, o que levou a maior parte dos liberais vitorianos a uma circunstância favorável à adoção de uma abordagem individualista em vez de coletivista.<sup>49</sup>

Conforme ressalta BELLAMY, o livre comércio foi defeso por MILL “por três razões principais: a eficiência, o medo da rigidez e da natureza potencialmente autoritária da burocracia do Estado e, mais importante, para estimular a moralidade individual”, sendo que “o que importava era se um determinado sistema econômico aumentava ou restringia as oportunidades para o desenvolvimento do caráter”.<sup>50</sup>

A defesa do livre comércio foi corroborada pela ética utilitarista de BENTHAM e MILL. O termo *utilitarismo*, segundo BOBBIO, foi utilizado para denotar o sistema de ética normativa e foi adotado para toda concepção ético-política dos dois pensadores ingleses e dos seus discípulos, sendo atualmente utilizado para designar uma série de doutrinas de natureza fatural (metaética, psicossocial ou analítico-explicativa) ou de caráter normativo (a justificação

---

<sup>47</sup> VAZ, op. cit., p. 23.

<sup>48</sup> SMITH, op. cit., p. 235 e ss. O autor analisa a causa da prosperidade das novas colônias para afirmar que decorre da não-intervenção estatal.

<sup>49</sup> BELLAMY, op. cit., p. 38.

<sup>50</sup> Ibid., p. 51.

moral de uma ação depende exclusivamente de sua utilidade, do valor das conseqüências a ele conexas).<sup>51</sup>

RUSSELL afirma que BENTHAM adotou a ética do movimento utilitário<sup>52</sup>, para o qual “a ética era, fundamentalmente, uma base para estudar os meios legais de promover o melhor estado de coisas possível [...], o que os homens tentam fazer é conseguir para si mesmos a maior felicidade (prazer) possível”.<sup>53</sup> Ocorre que a ética de BENTHAM alcançou as teorias econômicas, influenciando os economistas liberais que a tinham como “uma justificativa para o *laisser-faire* e para o livre comércio”, em virtude de assumirem que a busca livre e sem controle, por parte de cada homem, do seu maior prazer, produziria maior felicidade à sociedade.<sup>54</sup>

COURI demarca cronologicamente o momento em que o Liberalismo vinculou-se com a base econômica da sociedade liberal. Para o autor, “o *spleen* filosófico, iniciado com Schopenhauer diante da constatação de uma condição humana insuscetível de mudança pela via da Razão e marcada pelo sofrimento, encontrou na Revolução de 1848, de essência social, sua expressão social”.<sup>55</sup> Segundo Russell, a Revolução de 1848 contribuiu para revelar os males da sociedade tecnológica.<sup>56</sup>

O fato das liberdades econômicas operarem em favor do mais apto ou do mais forte é lembrado por COURI como uma grande contribuição à cultura do socialismo, que passou a

---

<sup>51</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmem Varriale. Brasília: UnB, 1993. p. 1274.

<sup>52</sup> Segundo RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental**. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 379: “o movimento utilitário recebeu o seu nome de uma doutrina ética que remonta mais particularmente a Hutcheson, que já a expusera em 1725. Em resumo, a teoria afirma que o bem é prazer e o mal, dor. Portanto o melhor estado que podemos alcançar é aquele em que o saldo do prazer sobre a dor seja o maior possível”.

<sup>53</sup> RUSSELL, op. cit., p. 379-80.

<sup>54</sup> Ibid., p. 381.

<sup>55</sup> COURI, op. cit., p. 13, afirma que: “A cisão de 1848 entre burgueses e proletários operaria no Liberalismo a necessidade de reafirmar-se por meio de valores outros que os forjados no romantismo filosófico, mais ligados, pois, ao realismo, ao auto-interesse, ao individualismo, aos meios e modos e relações de produção que compunham a base econômica da sociedade liberal”.

<sup>56</sup> Segundo RUSSELL, op. cit., p. 378, a inquietação a respeito das condições sociais foi manifesta por determinados escritores como Dickens na Inglaterra e Zola na França: “estes problemas foram tão ventilados que contribuíram para fomentar maior consciência da situação”.

relacionar Liberalismo e individualismo, provocando uma cisão entre Liberalismo e igualdade, entre liberdade e justiça social.<sup>57</sup>

## 1.2 A formação dos princípios do Liberalismo contemporâneo e o desenvolvimento do capitalismo na América Latina

O Liberalismo contemporâneo do século XX possui concepções teóricas muito diferentes daquelas do Liberalismo clássico. As propostas de caráter social-liberal e o êxito do intervencionismo estatal contribuíram para essa nova configuração.<sup>58</sup>

Os parâmetros do Liberalismo clássico foram questionados a partir da crise política e econômica vivenciada pelo Estado democrático liberal no primeiro terço do século XX em virtude de um desajuste deste com as novas realidades sociais.

A deflagração da falência do modelo liberal do século XIX respalda-se em dois momentos históricos distintos que são representativos dos modelos liberais de ordem política e econômica. O primeiro deles é a Revolução Russa de 1917<sup>59</sup> a qual ocorreu para reivindicar a garantia de Direitos coletivos conjuntamente com as liberdades e Direitos individuais (crise política) e o segundo é a Depressão de 1929 (crise econômica), instaurada com o *crack* da bolsa de Nova Iorque.

O abalo econômico provocado pela queda da bolsa resultou em imediata desaceleração das importações de produtos e foi o estopim da criação do FMI (Fundo Monetário

---

<sup>57</sup> COURI, op. cit., p. 14.

<sup>58</sup> CRUZ, Paulo Márcio. **Política, poder, ideologia e Estado contemporâneo**. Florianópolis: Diploma Legal, 2001. p. 118.

<sup>59</sup> Segundo AZEVEDO, Plauto F. de. **Direito, justiça social e neoliberalismo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 83-4, a Revolução Russa “abalou o mundo criando uma força concreta oposta ao capitalismo, suscitando abundante literatura a assinar-lhe as contradições, estimulando a utopia do socialismo, aguçando esperanças de vida mais consentâneas com a dignidade humana, ao mesmo tempo que dava origem a um mundo bipolar, em permanente e perigoso confronto.”

Internacional) e do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento ou Banco Mundial), na conferência de Bretton Woods em 1944.<sup>60</sup>

O fim do Liberalismo econômico clássico ocorre com as teorias de KEYNES, conselheiro do Tesouro britânico durante a Primeira Guerra Mundial e detentor de importante papel na conferência de Bretton Woods. KEYNES propôs uma teoria econômica que proporcionaria as bases econômicas de desenvolvimento capazes de sustentar políticas sociais redistributivas. Com a *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicado em 1936, atacou o problema do subemprego da Inglaterra pós-1930.<sup>61</sup>

As teorias de Keynes postulavam um Estado

com papel econômico decisivo, com a finalidade de reativar a economia através de investimentos públicos, corrigir as disfunções do capitalismo, impedir outra quebra comercial como a de 1929 e redistribuir a renda por meio de uma política fiscal progressiva destinada a eliminar as desigualdades externas e ativar a demanda.<sup>62</sup>

O presidente norte-americano ROOSEVELT foi o responsável pela política do *New Deal*, política intervencionista que teve como objetivo amenizar os grandes custos sociais da quebra de 1929 e relançar a economia dos Estados Unidos segundo critérios do Liberalismo reformista.<sup>63</sup>

O capitalismo relaciona-se com a América como a primeira etapa para sua plena consolidação. BEAUD menciona que “a longa marcha para o capitalismo” divide-se em duas etapas: “a primeira etapa dessa longa marcha é marcada pela conquista e pela pilhagem da América (século XVI), a segunda pela ascensão e afirmação das burguesias (século XVII)”.<sup>64</sup>

---

<sup>60</sup> SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 146. Segundo o autor, o BIRD foi criado exclusivamente para auxiliar financeiramente os Estados-membros, enquanto o FMI presta tão-somente uma ajuda monetária e mais recentemente desempenha o papel de conselheiro sobre políticas públicas.

<sup>61</sup> CRUZ, op. cit., p. 119.

<sup>62</sup> Ibid., p. 120.

<sup>63</sup> Idem. Observa ainda CRUZ que o Liberalismo reformista deixou seqüelas na política norte-americana na medida em que “isto foi feito de maneira tão intensa que nos Estados Unidos ‘liberal’ é sinônimo de esquerda e contraposto a conservador, que indica a tendência política de direita”.

<sup>64</sup> Beaud, op. cit., p. 19.

O desejo e a necessidade da conquista de territórios decorreu de uma série de fatores socioeconômicos que desorganizaram a economia européia: a decadência do trabalho servil, a retração dos mercados consumidores, a redução da vida urbana e das atividades comerciais.

A crise do comércio europeu, motivada pela falta de mercados, foi agravada nessa época pelo esgotamento das minas de ouro e prata, reduzindo drasticamente a cunhagem de moedas e o volume de dinheiro disponível às operações de compra e venda assim como para os empréstimos e financiamentos.

Assim, a conquista de mercados externos e de fontes fornecedoras de metais preciosos tornou-se imprescindível à reativação da vida social e econômica da Europa. Foram essas necessidades que motivaram de forma determinante a união da burguesia, da realeza e da Igreja à conquista de novos mercados, de novas terras e de novos fiéis, o que se deu através da expansão marítima, comercial e colonial do século XV.<sup>65</sup>

A compreensão da estrutura política e econômica da América Latina encontra-se firmemente amarrada no processo de colonização desenvolvido pelos países europeus no século XVI.<sup>66</sup> A descoberta de um novo mundo a ser civilizado foi alvo de inspiração da literatura na famosa utopia do inglês Aldous Huxley: *Admirável mundo novo*, no qual consegue traduzir na forma de ficção “o encontro” ocorrido na vida real entre o “mundo civilizado” e os “selvagens”.

A América Latina foi colonizada por dois povos europeus: os portugueses e os espanhóis, que, pelo fato de pertencerem à Península Ibérica, desenvolveram as condições

---

<sup>65</sup> MELLO, Leonel; COSTA, Luís César. **História Moderna e Contemporânea**. Rio de Janeiro: Scipione, 1995. p. 17.

<sup>66</sup> Cf. CHASTEEN, John. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 27: “Nem o ‘Velho Mundo’ dos europeus, nem o ‘Novo Mundo’, como estes denominavam as Américas, continuariam os mesmos dali em diante. Para a América Latina, a conquista e a colonização por espanhóis e portugueses criaram padrões de dominação social que se eternizaram, como as profundas e duradouras marcas do pecado original”.

necessárias para praticarem a expansão territorial por via marítima e posteriormente conquistar a América.<sup>67</sup>

A Reconquista cristã portuguesa antecedeu à espanhola, permitindo que os portugueses, no século XV, estendessem as atividades de expansão à África. Ao retornarem com os navios repletos de ouro e escravos desenvolveram na Espanha o desejo de alcançá-los e assim os reinados passaram a financiar as viagens.

A tortuosa história da América Latina perpassa complicados caminhos nos quais se encontra a evangelização dos povos indígenas, pilhagem de minerais, trabalhos forçados, relações de dominação localizada de território, tráfico de escravos negros, guerras, imposição cultural e extermínio de populações nativas.<sup>68</sup> O resultado da colonização está refletido na identidade dos países que compõem o território americano que foi destinado a toda ordem de explorações.

A América é marcada pelos passos da Europa e torna-se reflexo imediato de toda uma cultura política, econômica e filosófica desenvolvida no século XVI impulsionada pela expansão do capital.<sup>69</sup> Na linha dos fatos históricos, decorre a “partilha do mundo” realizada por alguns países europeus com finalidade de determinar zonas de influência<sup>70</sup> no mundo e

---

<sup>67</sup> A história da Península Ibérica foi moldada pelas Cruzadas, movimento que buscou reconquistar o território invadido por muçumanos do norte da África. Os mouros utilizaram o Estreito de Gibraltar como uma ponte e arrebatarem a maior parte da península dos seus reis cristãos. O tema é desenvolvido com clareza por WASSERMAN, Cláudia e GUAZZELLI, César B. **História da América Latina: do descobrimento a 1900**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

<sup>68</sup> O assunto é abordado com muita propriedade por CHASTEEN na obra aqui utilizada.

<sup>69</sup> Cf. MARTINS, Raquel. “O império do capital monopolista”. Trabalho desenvolvido como conclusão da disciplina Teoria das Relações Internacionais do mestrado em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, junho de 2000.

<sup>70</sup> Cf. RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 120: “Em diversas ocasiões importantes, as rivalidades manifestadas, na época da ‘partilha do mundo’, entre os interesses dos grandes Estados industriais, que procuravam assegurar para si uma vantagem na competição aberta em torno dos mercados de exportação ou das reservas de matérias-primas, foram acertadas mediante ajustes. Os Estados rivais julgaram mais prudente não levar a competição até ao ponto em que ela pudesse rematar num conflito. Negociaram, a fim de delimitar amigavelmente suas zonas de influência respectivas em certos ‘países novos’. O Império otomano, a Etiópia, a Pérsia, a China, o Império colonial português, no fim do século XIX e no começo do século XX, foram os principais pontos de aplicação de semelhantes partilhas de influência, cujos caracteres e cujos métodos merecem atenção”.



nelas investir o capital excedente que não mais estava sendo absorvido lucrativamente.<sup>71</sup>

O desenvolvimento do capitalismo, através da construção de estradas de ferro com o objetivo de melhorar o escoamento de produtos, é a fonte histórica da origem do Imperialismo.<sup>72</sup> O resultado foi o enorme aumento da demanda por equipamentos pesados como as locomotivas, os trilhos e material rolante, impulsionando a siderurgia. A necessidade de implantação de redes ferroviárias atrelou-se ao barateamento dos custos de transporte e aumento das vendas.<sup>73</sup>

O crescimento da produção, advindo do desenvolvimento tecnológico, ocasionou o aparecimento de grandes empresas com tendência à concentração de propriedade, surgindo assim as grandes organizações industriais e financeiras. O capital financeiro tinha como objetivo investir nas empresas que tinham objetivos concorrenciais. Dessa forma, as empresas destinavam-se a dominar mercados, controlando as fontes de matérias-primas e a distribuição de produtos manufaturados.<sup>74</sup>

A Primeira Guerra Mundial constitui o marco, segundo VAZ, que assinala o início da desagregação do Liberalismo econômico. A Primeira Grande Guerra obriga o Estado a lançar mão da direção da economia com a finalidade de amenizar as marcas socioeconômicas da guerra: inflação, desemprego e carestia que conduziram os governantes a determinar medidas intervencionistas, visando à luta contra a alta de preços e à repartição dos produtos.<sup>75</sup>

---

<sup>71</sup> Cf. a teoria econômica do Imperialismo desenvolvida por LÊNIN na obra **Imperialismo, estágio supremo do Capitalismo**, escrito em Zurique, entre janeiro e julho de 1916.

<sup>72</sup> HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 72.

<sup>73</sup> Cf. o excelente trabalho de MARICHAL que coordenou a reunião de textos sobre **Lãs inversiones extranjeras en América Latina: 1850-1930**, publicado conjuntamente por *el Colegio de México – Fideicomiso Historia de las Américas* e *Fondo de Cultura Economica do México*.

<sup>74</sup> Segundo FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 27: “Sabemos que num primeiro período as empresas dos países que lideravam a Revolução Industrial forçaram a abertura dos mercados externos, o que explica a ofensiva imperialista que prosseguiu durante o século XIX”.

<sup>75</sup> VAZ, op. cit., p. 30-1. O autor acresce como causas à intervenção do Estado na economia a Revolução Bolchevista de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919, que conferem ao Estado tarefas de conformação social.

Logo após a Primeira Guerra, os Estados Unidos insurgem-se como a primeira potência econômica do mundo. Por sua vez, a intervenção militar americana foi decisiva para a solução da guerra; a participação do presidente Wilson na Conferência da Paz e o papel que nela representou consagraram o acesso dos Estados Unidos à primeira categoria das potências mundiais. Ainda segundo BEAUD, “é na América Latina que são exercidas a intervenção e a dominação americana, diplomacia do dólar e do ‘grande bastão’, tendo, como slogan de cobertura: *A América para os americanos*”.

As economias capitalistas abaladas com a crise de 1929 encontram nas teorias de KEYNES uma receita para tornarem a crescer. Ainda em 1932 a economia norte-americana busca solucionar a crise econômica e encontra no democrata ROOSEVELT a política governamental do *New Deal* elaborada “pouco a pouco, com pragmatismo e tenacidade”, apoiada sobre as forças sociais.<sup>76</sup>

As teorias keynesianas influenciaram enormemente as teorias do desenvolvimento propostas para a América Latina na década de 1950. O desenvolvimentismo foi a doutrina da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, que oferecia às políticas governamentais uma análise global da economia da região com o enfoque em uma formação histórica típica.

VIZENTINI afirma que desde os anos 80 a América Latina assistiu ao esgotamento da industrialização por substituição de importações e à transição dos regimes autoritários à democracia; depois da ‘década perdida’, a economia dos anos 90 sofreu uma desintegração generalizada das sociedades do subcontinente. Para ele, a criação do MERCOSUL em 1991

---

<sup>76</sup> BEAUD, op. cit., p. 265. O economista francês cita um trecho da fala de Roosevelt no rádio quando em campanha presidencial: “Sacrificados pelas filosofias políticas do governo anterior, de um canto a outro da nação, cidadãos e cidadãs voltam para nós suas esperanças. Eles querem equitativamente a parte deles na distribuição das riquezas nacionais. Eu faço o juramento de dar ao povo americano o *New Deal*, o novo pacto, a oportunidade que ele espera”.

articulou um pólo relativamente autônomo na América do Sul, apesar do perfil neoliberal do processo de integração.<sup>77</sup>

As implementações de políticas governamentais dos regimes autoritários da América Latina são exemplo para LAREDO da tendência liberal em optar pela liberdade econômica em detrimento da política em determinados momentos históricos.<sup>78</sup>

A crise do Estado democrático liberal foi substituída em alguns países por ditaduras militares ou civis, ou por estados totalitários. Os regimes autoritários marcaram fortemente a América Latina e decorreram de uma reação em cadeia no entendimento de FURTADO, segundo o qual

a orientação das atividades econômicas, impondo a concentração da renda e acarretando a coexistência de formas suntuárias de consumo com a miséria das grandes massas, é origem de tensões sociais que repercutem necessariamente no plano político. O Estado, incapaz para modificar a referida orientação, exaure-se na luta contra os seus efeitos. As frustrações políticas levam à instabilidade institucional e ao controle do Estado pelas forças armadas[...].<sup>79</sup>

O Liberalismo atual, determinador das políticas dos governos dos países do MERCOSUL, recebe a denominação de neoliberalismo e encontra modelo político-ideológico nas experiências do Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha.<sup>80</sup> O Reino Unido, através da primeira-ministra Margareth Thatcher, desenvolveu políticas com características neoliberais do princípio ao final do seu mandato que se estendeu de 1979 até 1991. Política similar foi a de Ronald Reagan nos Estados Unidos no período de 1980 a 1988 e a de Helmut Kohl na Alemanha no período de 1982 até o ano de 1998.<sup>81</sup>

---

<sup>77</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Os dez anos que abalaram o século 20**. Porto Alegre: Novo Século, 1999. p. 110.

<sup>78</sup> Laredo, op. cit., p. 17.

<sup>79</sup> Furtado, *O mito do desenvolvimento econômico*, p. 69.

<sup>80</sup> Couri, *Liberalismo e societalismo*, p. 77.

<sup>81</sup> Idem. e Comblin, *O neoliberalismo*, p.11.

No final do século XX, reapresentam-se as idéias liberais fortificadas pela queda do Muro de Berlim em 1989. O Liberalismo questiona, então, um governo de igualdade e justiça que negligencia a função política, econômica e social do auto-interesse, ademais a incapacidade de construção de um sistema econômico produtivamente eficiente. Configura-se para o relançamento do Liberalismo uma incompatibilidade entre assistencialismo social e eficiência produtiva.<sup>82</sup>

A terminologia do relançamento do Liberalismo encontra posicionamentos diferentes, contudo a grande maioria da doutrina convencionou tacitamente a denominação de neoliberalismo e assim será referido o novíssimo movimento liberal nesta dissertação.<sup>83</sup>

A colonização da América Latina permitiu uma estrutura específica de divisão de classes nos territórios colonizados. Do ponto de vista sociológico, a formação de elites configurou-se através de um grupo de indivíduos que “vêm a desenvolver sentimentos de simpatia em relação ao estilo de vida, ao modo de ver o mundo e as relações entre aquelas estruturas e a periferia e, finalmente, quanto às políticas que as primeiras propõem para resolver as questões e as crises internacionais”.<sup>84</sup>

A congregação dos fatores históricos, de ordem política e econômica, demarcaram uma estratégia para os governos da maioria dos países latino-americanos: o neoliberalismo. COMBLIN menciona que “a ideologia neoliberal teve a sua primeira oportunidade histórica na América Latina, exatamente no Chile, quando, em 1975, Pinochet entregou o Ministério da Economia a Sérgio de Castro e aos seus ‘Chicago Boys’ da Escola de Economia da Universidade Católica de Santiago do Chile”.<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> COURI, op.cit., p. 14.

<sup>83</sup> O Novo Liberalismo, posterior ao Liberalismo clássico encontra suas características nas teorias econômicas de John Maynard Keynes, desenvolvidas com o objetivo de reformar o capitalismo a partir da Primeira Guerra Mundial e que ganhou impulso nos anos 1930 com a Grande Depressão, mas é o novíssimo movimento liberal que recebe a denominação de neoliberal.

<sup>84</sup> GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999. p.37.

<sup>85</sup> COMBLIN, José. **O neoliberalismo**: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 9.

As teorias neoliberais Latino-Americanas foram elaboradas principalmente em Chicago sob a inspiração de Friedrich Hayek<sup>86</sup> e de Milton Friedman<sup>87</sup>.

A grande obra de HAYEK foi ironicamente oferecida “aos socialistas de todos os partidos”. Denominada *O caminho da servidão*, teve sua primeira edição na Inglaterra em 1944 cujo prefácio anunciava “este é um livro político”.<sup>88</sup>

A teoria de HAYEK, fundamento do neoliberalismo apresenta as seguintes características: A economia gira em torno do mercado; a referência última é o conceito de mercado perfeito; o mercado perfeito ocorre quando os produtos oferecidos no mercado são exatamente os produtos procurados; as rendas gastas pelos consumidores são exatamente as rendas percebidas pelos produtores; o equilíbrio que seria a concorrência perfeita é irrealizável (o mercado está em movimento incessante); o preço ideal não existe.<sup>89</sup>

As idéias principais de Milton Friedman são: Não há outra escolha senão o Estado totalitário ou o livre-mercado; o mercado é liberdade e o Estado é opressão; o mercado é uma organização em que o intercâmbio se faz em forma de transações voluntárias entre sujeitos igualmente informados e incapazes de controlar os preços dos bens e serviços; retomada das teorizações de Adam Smith; o mercado apresenta várias vantagens (sistema de preços, o lucro pode aumentar mediante instauração tecnológica, distribuição de benefícios, rendas e salários de forma automática); o monopólio somente ocorre quando há acordo entre interesses particulares e o Estado; o mercado diminui a concentração de poder político; o mercado deve

---

<sup>86</sup> Friedrich Hayek nasceu em Viena em 1899 e formou-se em Direito e Ciência Política. Trabalhou com Ludwig von Mises<sup>86</sup> e filiou-se à tradição dos economistas da escola austríaca. Em 1931 foi convidado para dar aulas na *London School of Economics*, onde permaneceu até 1950 quando foi para a Universidade de Chicago como professor de Ciências Sociais e Morais. O convite para lecionar em Londres estava atrelado à missão de contrabalançar a influência crescente de Keynes. O vigor acadêmico ocorreu nos anos 70 quando o prestígio de Keynes estava em declínio e os ataques contra o *New Deal* e o *Welfare State* aumentaram. Em 1974 foi premiado com o Nobel de Economia.

<sup>87</sup> Milton Friedman nasceu nos Estados Unidos em 1912, foi estudante e depois professor da Escola de Chicago. Ganhou o prêmio Nobel em 1976 e foi para a Califórnia dedicar-se à escola monetarista no *Herbert Hoover Institute* da Universidade de Stanford.

<sup>88</sup> HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Trad. Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p.7.

<sup>89</sup> COMBLIN, op. cit., p. 42.

assumir obras que não são do interesse particular de ninguém; não deve haver intervenção estatal no contrato de trabalho; o desemprego é resultado da atuação dos sindicatos, responsáveis pelo aumento dos salários.

O comércio internacional adquiriu importância *sui generis* com a criação do Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio (GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*) em 1947.<sup>90</sup> O objetivo fundamental do GATT era a liberalização do comércio internacional assegurado por meio dos seguintes princípios fundamentais: tratamento igual e não-discriminatório, para todos os países-membros; redução de tarifas por meio de negociações e eliminação das cotas de importação.<sup>91</sup>

As negociações do GATT denominaram-se “rodadas” e foi na Rodada Uruguai que se “chegou a um acordo final para a ampla liberalização do comércio de mercadorias e serviços com a criação da OMC” – Organização Mundial do Comércio.<sup>92</sup>

Assim sendo, a Rodada Uruguai é considerada a mais importante das negociações, justamente porque criou um novo sistema internacional de comércio e marcou, segundo ALMEIDA, a inauguração de uma nova etapa histórica nas relações econômicas e políticas internacionais e entre países ricos e em desenvolvimento, finalizando um “edifício cujas fundações tinham sido lançadas há mais de 50 anos, em Bretton Woods”.<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> A iniciativa da constituição do GATT data de 1946, quando o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a Convenção Internacional sobre o Comércio e Emprego, reunida no ano seguinte, em Havana.

<sup>91</sup> PIMENTEL, Luiz Otávio. Comércio internacional e processo de globalização: as normas jurídicas da propriedade intelectual. SCALOPPE, Luiz Alberto (Org.). **A internacionalização do Direito**. Cuiabá: FESMP, 2001. p. 37.

<sup>92</sup> Ibid., p. 39. A sigla internacional é WTO – *World Trade Organization*.

<sup>93</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações internacionais e política externa do Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998. p.141.

Ressalta PIMENTEL que o documento fundacional do GATT reflete os princípios neoliberais, segundo os quais o comércio sem travas é essencial para obter o pleno aproveitamento dos recursos mundiais, a elevação do nível de vida, a obtenção do máximo emprego, o aumento de ingressos reais, o crescimento da produção mundial e os intercâmbios de produtos.<sup>94</sup>

O Consenso de Washington, realizado em 1989 pelo *International Institute for Economy*, objetivou estabelecer reformas necessárias à América Latina com o objetivo de reverter o quadro da década de 1980 – a década perdida. As diretrizes econômicas encontravam-se vinculadas a uma perspectiva democrática que marcou o quadro político latino-americano de uma forma muito peculiar. Como assinala VIZENTINI:

[...] foram promovidas eleições em toda a região, com forte apoio financeiro norte-americano aos partidos de centro-direita, que triunfaram. A Washington não interessavam mais ditaduras militares de direita e, muito menos, os regimes nacionalistas e esquerdistas. Mas o triunfo da centro-direita, apoiada nos programas neoliberais propagados pelo chamado *Consenso de Washington* (que continha a agenda dos EUA para a América Latina) não foi apenas um fenômeno centro-americano. A vitória de Salinas de Gortari no México, de Carlos Menen na Argentina, de Fernando Collor no Brasil e Alberto Fujimori no Peru, entre outros, na passagem dos anos 80 aos 90, simbolizou o advento de uma nova fase, neoliberal e globalizante, no continente.<sup>95</sup>

Consoante a trajetória histórica relatada por VIZENTINI, uma preocupação com a inserção mundial no processo de globalização do comércio internacional passou a rondar os governos do Cone Sul já em meados dos anos 80. A crise da dívida externa fez com que os países latino-americanos ficassem vulneráveis às pressões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> PIMENTEL, op. cit., p. 39. A respeito da OMC e a regulamentação do comércio internacional vide BARRAL, Welber (Org.). **O Brasil e a OMC**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

<sup>95</sup> Vizentini, op. cit., p. 111.

<sup>96</sup> Ib. idem. p. 114.

A Declaração de Iguazu de 1985 foi resultado desse processo e o ponto de partida para buscar um espaço maior no novo cenário internacional que estava sendo delineado. A Declaração estabeleceu uma comissão para estudar a integração entre Brasil e Argentina e em 1986 foi assinada a Ata para Integração e Cooperação Econômica, prevendo a intensificação e diversificação das trocas comerciais. A tentativa de acompanhar os movimentos internacionais de comércio acelerou a integração da região e em 1988 foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, estabelecendo um prazo de dez anos para o estabelecimento de um Mercado Comum entre os dois países.<sup>97</sup>

No início da década de 1990, o modelo neoliberal surge para a América Latina como uma saída da dependência, a solução à pobreza que houvera sido perpetrada pela CEPAL. Os governos latino-americanos estavam representados por Carlos Menem, Fujimori, Fernando Collor de Melo, Luís Alberto Lacalle, Gonzalo Sanchez de Losada e Carlos Salinas de Gortari. Para LAREDO, as políticas governamentais de caráter neoliberal caracterizam-se por: abertura econômica; papel hegemônico do mercado e restrição da participação do Estado.<sup>98</sup>

Segundo LAREDO, com a ascensão de governos neoliberais ao poder na América Latina no começo dos anos 90, começaram a ser aplicadas políticas nacionais e regionais baseadas “no convencimento quase mágico das propriedades transformadoras do mercado e na necessidade de limitar o papel do Estado, reduzindo-o ao de simples árbitro dos conflitos econômico-sociais que fossem suscitados”.<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> Vizentini, op. cit., p. 115.

<sup>98</sup> LAREDO, Íris. *El neoliberalismo como sustento teórico del proceso de integración en el MERCOSUR*. LAREDO, Íris (Org.). *Estado, mercado y sociedad en el MERCOSUR*. Vol. 6. Rosario: Editora El Puente, 1999. op. cit., p. 17.

<sup>99</sup> Idem.



O neoliberalismo passa então a relacionar-se com um outro movimento ideológico de características específicas na América Latina: o neoconservadorismo. Para VINCENT, existem cinco interpretações para o conservadorismo: “a ideologia aristocrática, a posição ideológica pragmática, a visão situacional ou posicional, o conservadorismo como disposição do hábito ou da mente e, por fim, a interpretação ideológica”.<sup>100</sup> Segundo o autor, na primeira delas, objeto desse estudo, o conservadorismo é entendido como a doutrina negativa da reação, expressa por uma classe aristocrática agrária, semifeudal, principalmente depois do desafio da Revolução Francesa. Os conservadores são os indivíduos arraigados a um modo de vida institucionalizado, que propõem a defesa imanente de uma ordem particular.

O neoconservadorismo específico da América Latina encontra relação com o neoconservadorismo norte-americano. Ambos refletem um retorno ao passado, buscando normas culturais no século XVII. A ideologia neoconservadora norte-americana difere da Latino-Americana pelo fato desta possuir uma cultura católica, com enfoque na harmonia do conjunto social, enquanto as colônias puritanas possuíam uma cultura protestante de valorização das virtudes individuais.<sup>101</sup>

Segundo COMBLIN, para os neoconservadores latino-americanos “um novo projeto de sociedade pode realizar-se sobre a base da religiosidade popular. Graças a ela, o projeto seria o retorno às fontes da cultura Latino-Americana. A religiosidade popular seria o alicerce da nova sociedade, liberada da modernidade e da secularização”.<sup>102</sup>

### 1.3 A influência do pensamento liberal para a Teoria do Direito e para o Direito da Integração da América do Sul

---

<sup>100</sup> VINCENT, op. cit., p. 66.

<sup>101</sup> COMBLIN, op. cit., p. 82.

<sup>102</sup> Ibid., p. 82-3.

A Modernidade inaugurou a teoria jurídica como ordenação racional. Segundo FERRAZ JR., “a partir do Renascimento, o Direito irá perder, progressivamente, seu caráter sagrado. E a dessacralização do Direito significará a correspondente tecnização do saber jurídico e a equivalente perda de seu caráter ético, que a era medieval cultuara e conservara”.<sup>103</sup>

A ciência e a ideologia são consideradas como pertencentes a campos distintos, nada havendo em comum entre ambas. Complementa OLIVEIRA, afirmando que: “a ciência pertenceria ao campo da observação e da fundamentação, enquanto à ideologia restaria a fé e o sentimento”.<sup>104</sup>

A discussão sobre o caráter cientificista do Direito recebe respaldo na Filosofia do Direito, elaborada, segundo WARAT e PÊPE, também de forma racional, sendo que o conhecimento é elaborado “a partir do questionamento do Direito e da própria ciência jurídica”.<sup>105</sup>

No momento em que o Direito, para ganhar respaldo científico, abraçou-se à teoria de Kelsen e, desvinculado de toda ideologia, tornou-se positivo<sup>106</sup> não mais questionando os valores por ele inculcados à sociedade. A ciência do Direito recebe grande influência da tradição positivista, que considera a ciência como o único tipo de conhecimento válido, admitindo apenas os chamados conhecimentos objetivos.<sup>107</sup>

---

<sup>103</sup> FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito:** técnica, decisão, dominação. São Paulo: Altas, 1994. p. 66.

<sup>104</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 34.

<sup>105</sup> WARAT e PÊPE, op. cit., p. 10. Nas palavras dos autores, p. 19, afirma-se que desenvolvem “uma Filosofia do Direito que não perca de vista seus vínculos com a tradição ética e política – que resultam na constituição de uma racionalidade prático-moral – tem a função de questionar crítica e reflexivamente as intervenções do sistema jurídico na sociedade. Assim sendo, deve retomar as questões relativas aos procedimentos legais do discurso jurídico e de suas conseqüências – como a violência consentida – no âmbito de sua legitimidade societária, estreitamente relacionada aos seus efeitos no que se refere à justiça social almejada por toda sociedade democrática”.

<sup>106</sup> Ibid., p. 11: “Nessa visão cientificista do Direito, extremamente redutora e herdeira do legado positivista, o que importa realmente é a consistência lógica e científica dos enunciados e sua eficácia de aplicação”. op. cit., p. 11. O positivismo de Augusto Comte sob a perspectiva de reorganização social recebe atenção de LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social:** elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1995; e TRINDADE, Hégio. **O positivismo** – teoria e prática. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

<sup>107</sup> WARAT e PÊPE, op. cit., p. 12.

O Direito adquiriu *status* de conhecimento científico com a Teoria Pura do Direito de Kelsen. Para Marx, contudo, o Direito representa a vontade das classes dominantes e é controlado pelas condições materiais de vida destas.<sup>108</sup>

As concepções sobre o Direito podem ser estudadas pelo Direito comparado. Segundo David, a observância do Direito romano, do Direito germânico e do Direito feudal consiste no caminho adequado à compreensão do Direito na atualidade.<sup>109</sup>

O Direito sofre uma mudança brusca de concepções quando ocorre o rompimento da sociedade feudal. Foram justamente as alterações centro-europeias na ordem econômica, política e religiosa que levaram à elaboração de uma filosofia responsável por uma estrutura jurídico-normativa da modernidade, vigente ainda nos dias atuais. O rompimento com o Direito consuetudinário fez florescer, na Europa em transição, uma exaltação à codificação e à lei, ambas apresentadas como as formas mais aptas e convenientes para expressarem as regras do Direito num Estado democrático, para o qual a jurisprudência e a doutrina passaram a desempenhar uma função de aplicação e comentário.<sup>110</sup> Contudo, algumas nações conceberam diferentemente a forma do Estado democrático e rejeitaram a codificação com a justificativa de ameaça à democracia.

A colonização europeia de vastos territórios difundiu largamente a família de Direito romano-germânica, inserida na estrutura tradicional ou com pequenas alterações. Algumas civilizações também o receberam de forma voluntária com a finalidade de modernização nos moldes ocidentais.<sup>111</sup>

---

<sup>108</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 35.

<sup>109</sup> DAVID, René. **Os grandes sistemas do Direito contemporâneo**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 4. Segundo DAVID, a ruptura histórica que deu origem ao Direito Moderno encontra-se na Idade Média, período no qual predominou o Direito consuetudinário, baseado nos usos, costumes e tradições. O Direito consuetudinário fundamentou as leis não-escritas da civilização europeia medieval.

<sup>110</sup> Ibid., p. 5.

<sup>111</sup> Ibid., p. 18.

A característica de um Direito racional encontra correspondência com o Liberalismo. Em um estudo específico sobre o sistema de codificação do Direito, RAMOS traça uma linha entre o Liberalismo e o Direito, afirmando que

[...] preocupado em romper com o regime absolutista e seus privilégios de classe, eliminando, ao mesmo tempo, o que foi qualificado como caráter dispersivo e inseguro do Direito medievo, pelas peculiaridades de sua conotação plurista, o Liberalismo jurídico consagrou, no século XIX, a completude e unicidade do Direito, que passou a ter como fonte única o Estado, com seu poder ideologicamente emanado do povo, a neutralidade das normas com relação a seu conteúdo, e a concepção do homem como sujeito abstrato, como os postulados fundamentais do Estado de Direito.<sup>112</sup>

Os fundamentos do Direito de tradição ocidental encontram no jusnaturalismo a perspectiva utilizada pelos filósofos do Direito para teorizarem acerca da formação do Estado. Coerentes com o modelo jusnaturalista estão Espinosa, Locke, Pufendorf, Grotius, Hobbes, Rousseau, Kant e Hegel.<sup>113</sup>

A teoria do Direito racional surgiu com KANT, decorrente das concepções jusnaturalistas. Com os estudos de KANT, a ciência do Direito adquiriu um *status* de ordem lógica. A teoria kantiana separou Direito e moral metafísica dos costumes no aspecto formal, distinguindo os motivos pelos quais se cumpre a norma jurídica ou moral.<sup>114</sup>

KANT propôs a separação da filosofia jurídica da Ciência do Direito natural e da filosofia moral, permitindo dessa forma o estabelecimento de uma idéia de pureza que mais tarde foi adotada por Kelsen.<sup>115</sup> A proposta de KANT “pretendeu estabelecer uma filosofia jurídica ocupada com o exame das condições de possibilidade e limites do conhecimento

---

<sup>112</sup> RAMOS, Carmem. A constitucionalização do Direito privado e a sociedade sem fronteiras. FACHIN, Luiz Edson. **Repensando fundamentos do Direito Civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 4.

<sup>113</sup> WARAT e PÊPE, op. cit., p. 26.

<sup>114</sup> Cf. DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 42: “No ato moral, o motivo só pode ser a própria idéia do dever, mesmo que seja diretamente dever jurídico e só indiretamente dever moral. Porém, no mesmo ato jurídico, o motivo de agir pode ser, além do motivo moral de cumprir o dever, o da aversão à sanção, seja ela pena corporal ou pecuniária”. A jurista afirma que KANT identifica o Direito com o poder de constranger.

<sup>115</sup> Segundo FIGUEROA, Alfonso García. **Princípios y positivismo jurídico**. Madri: Centro de Estudos Políticos e Constitucionais, 2001. p. 93: “Provavelmente o filósofo do Direito mais relevante entre os influenciados pela filosofia kantiana foi Kelsen”.

jurídico”, no qual o conceito de Direito estaria apoiado na idéia de que é através de sua forma e não de seus conteúdos concretos que se encontra seu sentido.<sup>116</sup>

Segundo REALE, KANT desmistificou o contrato social de ROUSSEAU, concebendo a idéia de que “no momento em que os homens se encontram, permutam utilidades e vivem em comum, já são governados por um contrato condicionante da vida social, que tem valor puramente lógico”. Para REALE, os contratualistas mais evoluídos aduzem que os homens vivem como se houvesse um contrato; “é uma ficção de ordem lógica e ética, para se explicar o fundamento da sociedade, do poder político e do Direito”.<sup>117</sup>

KANT, admitindo a existência de leis jurídicas anteriores ao Direito positivo, concebe leis naturais que obrigam *a priori*<sup>118</sup>, ou seja, antes de qualquer imposição de autoridade humana. O jusnaturalismo de KANT advém da concepção do Direito a partir da metafísica dos costumes, da razão prática.

KANT levou às últimas conseqüências as concepções jusnaturalistas de Grotius, Hobbes e Spinoza, bem como de Locke, Rousseau e Pufendorf, e a partir delas criou uma teoria do Direito racional, na qual organiza uma ciência do Direito rigorosamente lógica.<sup>119</sup>

As contribuições da concepção jusnaturalista de tipo subjetivo ou formal contribuíram enormemente para o Direito moderno. Para FERRAZ JR.<sup>120</sup>, duas foram as contribuições: o método sistemático, conforme o rigor lógico da dedução, e o sentido crítico-avaliativo do Direito, posto em nome de padrões éticos contidos nos princípios reconhecidos pela razão.

Segundo SANTOS, as “leis morais derivam dessa concepção da natureza humana. O conhecimento certo torna-se dogmático. Assim as obrigações morais e as regras jurídicas são

---

<sup>116</sup> WARAT e PÊPE, op. cit, p. 30.

<sup>117</sup> REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1965. p. 309.

<sup>118</sup> Segundo CARAVANTES e BJUR, “Formas de pensar e a construção de modelos contextuais”, apostila fornecida na disciplina Estados Contemporâneos ministrada pelo Prof. Dr. Orides Mezzaroba no CPGD/UFSC: “a razão ‘pura’ refere-se à atividade mental não violada por nenhuma sensação, isto é, anterior a, *a priori* de uma percepção sensória”.

<sup>119</sup> DINIZ, op.cit., p. 42-3.

<sup>120</sup> Apud. DINIZ, op. cit., p. 43.

derivadas ou deduzidas de dogmas. Dois exemplos esclarecem os dois tipos de ética, reacionária e revolucionária”.<sup>121</sup>

A ética liberal, na análise de SANTOS, é teoricamente aberta, possibilitando desordem e caos, contudo vem se mostrando constante e é relacionada com estabilidade e progresso. SANTOS apresenta como características da ética liberal: a) Não há fundamento dogmático na ótica liberal, visto que não reivindica um conhecimento direto e imediato da essência da natureza humana, apenas uma aproximação; b) Existe a aceitação da tradição empírico-cultural da evolução da espécie humana, relacionada com a dimensão participativa ou democrática na elaboração dos códigos éticos; c) A aceitação da multiplicidade cultural, como variante da liberdade de opinião, invoca uma referência de base a um conceito empírico, predominantemente indutivo e indiscutivelmente evolutivo da natureza humana.<sup>122</sup>

No campo do Direito, a ética liberal expressa-se melhor por uma teoria concebida por REALE. A teoria tridimensional (fato, valor e norma) reflete a ótica liberal na idéia de que as normas jurídicas têm formulações variadas ao longo do tempo bem como as formulações não escritas das normas morais cotidianas também se encontram em um sistema dinâmico.

SANTOS afirma que o melhor método para a pesquisa teórica e o debate político em torno do Liberalismo político e econômico é aquele que sugere um processo contínuo de aperfeiçoamento de concepções do mundo e da sociedade, no qual as idéias são hipoteticamente mantidas, como conjecturas, até que melhores idéias as desbanquem.<sup>123</sup>

A dialética da dinâmica liberal de REALE encontra-se traduzida, segundo SANTOS, na seguinte construção: “as normas de hoje estão fundamentadas numa formulação conjetural de princípios, a qual será ou não, desautorizada pelos fatos”.<sup>124</sup>

---

<sup>121</sup> SANTOS, Francisco. **O Liberalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991. p. 24.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> SANTOS menciona que tal método é popperiano. Relaciona o método de MILL e REALE com POPPER. op. cit., p. 82.

<sup>124</sup> Ibid., p. 83.

REALE elaborou o conceito tridimensional do Direito, que implica a verificação, no Direito, de elementos distintos referentes a três aspectos básicos: normativo (Direito como ordenamento e sua respectiva ciência); fático (Direito como fato, ou em sua efetividade social e histórica) e axiológico (Direito como valor de justiça). A tridimensionalidade jurídica não consiste propriamente em definir o Direito a partir desses três aspectos, mas de integrá-los em um conceito.

REALE usa a expressão *dialética de implicação e polaridade* diferentemente da dialética hegeliana dos opostos (tese, antítese, síntese). Através dessas considerações o tridimensionalismo chega ao conceito de Direito como a realização ordenada e garantida do bem comum numa estrutura tridimensional, bilateral e atributiva, ou seja, a ordenação heterônoma, coercível e bilateral atributiva das relações de convivência segundo a integração normativa de fatos e valores.

SAVIGNY, no início do século XIX, procura distinguir lei e o seu sentido, isto é, o seu espírito. Aduz então que a teoria das fontes, nas suas origens modernas, reporta-se à tomada de consciência de que o Direito não é essencialmente um dado, mas uma construção elaborada no interior da cultura humana. SAVIGNY foi o mentor da Escola Histórica do Direito que entende o fundamento do Direito como derivado dos costumes do povo.<sup>125</sup>

Considerando-se que as fontes consistem em um modo de formação das normas jurídicas, FERRAZ JR. afirma que a moderna teoria das fontes “é ao mesmo tempo, uma racionalização do fenômeno jurídico e uma justificação de uma conjuntura histórica, cujo expoente ideológico máximo é o Liberalismo”.<sup>126</sup>

A distinção entre fontes formais e materiais fez escola e repete-se até hoje. Para os materialistas, o Estado é fonte do Direito. Para KELSEN, o próprio Direito é fonte. Segundo FERRAZ JR., a moderna teoria das fontes surgiu “quando, no continente europeu, o

---

<sup>125</sup> Ver, a esse respeito, Friedrich-Karl von Savigny, La naturaleza general de las fuentes jurídicas.

<sup>126</sup> FERRAZ JR., op. cit., p. 225.

desenvolvimento do capitalismo, o aparecimento do Estado burocrático e as exigências de promulgação da maior parte das normas costumeiras se impuseram é que assistimos ao aparecimento da moderna teoria das fontes”.<sup>127</sup>

Na opinião de POLETTI, a crença de que o Estado é a única fonte de todo o Direito pertence aos materialistas e aos panteístas. Para o autor, inicialmente foi HOBBS, com o seu carácter absolutista, um dos fundadores do Liberalismo, quem pretendeu reduzir todo o Direito ao Estado. Posteriormente, ROUSSEAU, partindo da mesma idéia de estado de natureza de HOBBS, chega ao despotismo do povo soberano. Segundo POLETTI, dentro dessa linha – o Estado como única fonte de todo o Direito – encontram-se os positivistas em geral, a partir de KANT (considere-se que, a partir de Kant, a Escola do Direito Natural cede lugar à Escola do Direito Racional).

POLETTI afirma que a Escola do Direito Racional foi buscar na Escola do Direito Natural as idéias de dever moral, obrigação moral de cumprir o dever, liberdade humana e sua responsabilidade, imputabilidade dos atos humanos. A linguagem kantiana, de cunho individualista, voltada ao humanismo de seu tempo, leva-o a falar nas liberdades, Direitos, poderes, Direitos subjetivos, mas o “importante na filosofia política de KANT é a sua posição sobre o estado de natureza e o contrato social, pois são esses os pressupostos sobre os quais se desenvolvem as idéias do Liberalismo”.<sup>128</sup>

O Direito adquire cientificidade por meio do racionalismo dogmático ou normativismo jurídico, uma teoria jurídica pura elaborada por Kelsen.<sup>129</sup> O jurista apresenta suas motivações à elaboração da Teoria Pura:

Há mais de duas décadas que empreendi desenvolver uma teoria jurídica pura, isto é, purificada de toda a ideologia política e de todos os elementos de ciência natural, uma teoria jurídica consciente da sua especificidade porque consciente da

---

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> POLLETTI, Ronaldo. **Introdução ao Direito**. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 153.

<sup>129</sup> Citando Bulygin, afirma FIGUEROA, op. cit., p. 93: “[...] en Kelsen se hallan presentes dos vertientes fundamentales del pensamiento kantiano: la del idealismo trascendental y la de la investigación analítica. La primera fue abandonada poco a poco por el propio Kelsen, la segunda se reforzó, apuntalando el desarrollo ulterior de la filosofía del derecho analítica”.



legalidade específica do seu objeto. Logo desde o começo foi meu intento elevar a Jurisprudência, que – aberta ou veladamente – se esgotava quase por completo em raciocínios de política jurídica, à altura de uma genuína ciência, de uma ciência do espírito. Importava explicar, não as suas tendências endereçadas à formação do Direito, mas suas tendências exclusivamente dirigidas ao conhecimento do Direito, e aproximar tanto quanto possível os seus resultados do ideal de toda ciência: objetividade e exatidão.<sup>130</sup>

KELSEN traça uma crítica ao jusnaturalismo ao propor um conceito metafísico arbitrário de normas fundamentais, construindo a teoria do Direito mais rica em resultados dentre as teorias até então existentes.<sup>131</sup> A teoria pura é a “expressão máxima do estrito positivismo jurídico, é uma repercussão ideológica de sua época, é uma consequência da decadência do mundo capitalista-liberal, marcada pela Primeira Guerra Mundial”.<sup>132</sup>

A representação da dogmática analítica ou a ciência do Direito como teoria da norma encontra substrato teórico na obra de KELSEN, *Teoria geral das normas*.<sup>133</sup> A ciência dogmática contemporânea encontrou no conceito de norma um instrumento operacional importante para realizar sua tarefa analítica de identificar o Direito. A função da ciência jurídica é, pois, descobrir, descrever o significado objetivo que a norma confere ao comportamento. O critério, para operar esta descrição, segundo KELSEN, está em localizar alguma outra norma da qual a primeira depende.<sup>134</sup>

Para a dogmática analítica, o ordenamento é um conceito operacional que permite a integração das normas num conjunto, dentro do qual é possível identificá-las como normas jurídicas válidas.<sup>135</sup>

---

<sup>130</sup> KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. Trad. João Baptista Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1976. Prefácio à primeira edição.

<sup>131</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 165

<sup>132</sup> DINIZ, op. cit., p. 116.

<sup>133</sup> KELSEN, Hans. **Teoria geral das normas**. Trad. José Florentino Duarte. Porto Alegre: Fabris, 1986.

<sup>134</sup> FERRAZ JR., op. cit., p. 100-1. O jurista mencionando o raciocínio de KELSEN: “o jurista deve, assim, caminhar de norma em norma, até chegar a uma última, que é a primeira de todas, a norma fundamental, fechando-se assim o circuito. O Direito é, assim, para ele, um imenso conjunto de normas, cujo significado sistemático cabe à ciência jurídica determinar”.

<sup>135</sup> FERRAZ JR. op. cit., p. 176.

A teoria pura do Direito foi escrita do início do século XX até os anos 60 e encontra inovação na separação entre o ser e o dever ser. Segundo WARAT e PÊPE: “a teoria pura do Direito foi elaborada para atender a duas necessidades fundamentais do discurso jurídico: uma epistemológica e outra dogmática”.<sup>136</sup>

Conforme sintetiza OLIVEIRA: “nas ciências do ser estão localizadas as disciplinas causais, que proporcionam uma explicação genética dos fenômenos apresentados dentro de uma cadeia de causas e efeitos. Nas ciências do dever ser, estão as ciências normativas, não tendo o ser como objeto, mas sim o dever ser. Aqui a ciência do Direito vem alocada”.<sup>137</sup>

Consiste em crítica ao Estado de Direito, segundo RAMOS, o fato de que

preocupado com eliminar as discriminações pessoais características do medievo e do período do absolutismo monárquico, o Estado de Direito liberal ignorou as desigualdades econômicas e sociais, considerando todos os indivíduos formalmente iguais perante a lei, parificação esta que só acentuou a concentração do poder econômico capitalista, aumentando o desnível social cada vez mais, na esteira do desenvolvimento tecnológico e produtivo.<sup>138</sup>

Nessa seara CHAUÍ afirma que o poder político sempre foi a maneira legal e jurídica pela qual a classe economicamente dominante de uma sociedade manteve seu domínio. Para a autora o aparato legal e jurídico apenas dissimula o essencial: o poder político existe como poderio dos economicamente poderosos, para servir seus interesses e privilégios e garantir-lhes a dominação social.<sup>139</sup>

---

<sup>136</sup> Cf. WARAT e PÊPE, op. cit., p. 47. sobre a teoria pura: “sua concepção conceitual implica tanto a elaboração de normas metodológicas adequadas à produção do saber dogmático do Direito, como também o desenvolvimento das categorias gerais desse modelo de conhecimento”.

<sup>137</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 166.

<sup>138</sup> RAMOS, op. cit., p. 6, afirma “a constitucionalização do Direito privado e a sociedade sem fronteiras”, p. 6. A autora avalia a relação entre historicidade e Direito: “No curso do século XX (entendido como tal não a partir de seu momento cronológico inicial, mas pelos marcos históricos que representam a efetiva ruptura com os cem anos precedentes, cabendo lembrar como tais, a Revolução Russa de 1917 e o final da Primeira Guerra Mundial, pelas modificações que provocaram nos diferentes Estados, por via direta ou reflexa) – nesta cronologia considerado o Código Civil brasileiro, fruto do século XIX – o gradativo abandono da neutralidade do Direito (a respeito da influência das idéias de pensadores como Kelsen) provocou a superação deste modelo ideologicamente baseado no individualismo-capitalista, redigido para regular a vida da sociedade civil como documento completo e único, e de alguns de seus dogmas tradicionais, além do reconhecimento da sua historicidade e vinculação a um momento sócio-político-econômico”.

<sup>139</sup> CHAUÍ, op. cit., p. 409.

Complementa a idéia FERRAZ JR., para quem a ciência dogmática do Direito, na tradição do século XIX, de cunho liberal na sua ideologia, e encarando, por consequência, o Direito, como regras dadas (pelo Estado, protetor e repressor), tende a assumir o papel de conservadora daquelas regras, que, então, são por ela sistematizadas e interpretadas.<sup>140</sup>

O Direito contemporâneo propôs a dicotomia entre Direito positivo e Direito natural sob a influência do período do racionalismo jurídico do século XVIII. Assim permanece até o Direito natural ganhar autonomia frente à moral a partir de estudos de Filosofia do Direito. Atualmente a importância do Direito natural é retomada por meio de sua positivação nos ordenamentos do século XIX sob a forma de Direitos fundamentais.

Afirma ALCEBÍADES que a oposição jusnaturalismo versus positivismo jurídico está rompida. Segundo o autor, não há uma consciência clara por parte dos juristas e juízes dessa assertiva, e ela implica admitir-se que a atividade jurídica possui uma coloração política.<sup>141</sup>

A influência do Liberalismo individualista, em detrimento do coletivista, de teor igualitário não meramente formal, na ciência jurídica, perpassa uma teoria crítica do Direito, questionadora das “dimensões éticas, políticas e sociais, ou seja, os princípios que inspiram os fins a serem alcançados e as funções que realmente devem ser realizadas com a existência de determinado ordenamento jurídico”.<sup>142</sup>

O Liberalismo individualista, identificado somente como *Liberalismo*, ganha contraposição com as idéias do socialismo, do marxismo e da social-democracia, três grandes correntes do pensamento igualitarista.<sup>143</sup>

A igualdade liberal restrita a uma igualdade jurídica, com a qual o Liberalismo compatibilizava liberdade e igualdade, foi consagrada na Declaração dos Direitos do Homem

---

<sup>140</sup> FERRAZ JR. op. cit., p. 83.

<sup>141</sup> OLIVEIRA JR., José Alcebíades de. Ronald Dworkin e a dissolução da oposição jusnaturalismo e positivismo jurídico, p.82.

<sup>142</sup> WARAT e PÊPE, op. cit., p. 20.

<sup>143</sup> Cf. COURI, op. cit., p. 15, a relação entre socialismo, marxismo e social-democracia é a seguinte: “as duas últimas surgidas da costela da primeira, e a terceira de uma ruptura com a segunda”.

e do Cidadão e no preâmbulo da Constituição dos Estados Unidos da América. Os pressupostos de igualdade do socialismo foram além da igualdade jurídica, meramente formal, e o componente da justiça social passou a agregar a noção de igualdade.<sup>144</sup>

CANOTILHO assevera que, embora as constituições liberais não condensassem um código das liberdades econômicas, o pensamento liberal considerou como princípio fundamental da constituição econômica (implícita nos textos constitucionais liberais) o princípio de que, na dúvida, dever-se-ia optar pelo mínimo de restrições aos Direitos fundamentais economicamente relevantes (propriedade, liberdade de profissão, indústria, comércio).<sup>145</sup>

As constituições liberais costumam ser consideradas como códigos individualistas consagradores dos Direitos fundamentais do homem porque a noção de indivíduo, elevado à posição de sujeito unificador de uma nova sociedade, manifesta-se fundamentalmente de duas maneiras: a primeira acentua o desenvolvimento do sujeito moral e intelectual livre; a segunda parte do desenvolvimento do sujeito econômico livre no meio da livre concorrência.<sup>146</sup>

CANOTILHO afirma que a consideração do indivíduo, como sujeito da autonomia individual, moral e intelectual (essência da filosofia das luzes), justifica a existência revolucionária da constatação ou declaração dos Direitos do homem, existentes *a priori*. Para ele, o sentido das declarações de Direitos está em que os Direitos fundamentais constituem uma esfera própria e autônoma dos cidadãos, ficando fora do alcance dos ataques legítimos do poder e contra o poder podem ser defendidos.

O individualismo, quando vinculado às doutrinas utilitaristas, conduz ao *individualismo possessivo ou proprietarista*, segundo CANOTILHO. O indivíduo é considerado como o proprietário da sua própria pessoa, das suas capacidades e dos seus bens,

---

<sup>144</sup> Cf. as cartas publicadas por MIRANDA, Jorge (Org.). **Constituições de diversos países**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.

<sup>145</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. Coimbra: Almedina, 1993. p. 255.

<sup>146</sup> Idem.

sendo a capacidade política considerada como uma invenção humana para proteção da propriedade do indivíduo sobre a sua pessoa e os seus bens. Segue CANOTILHO afirmando que a manutenção das relações de troca, devidamente ordenadas entre indivíduos, considerava-os como proprietários de si mesmos. Sinteticamente, trata-se do individualismo ideológico do Liberalismo econômico.<sup>147</sup>

---

<sup>147</sup> CANOTILHO, op. cit., p. 256.

## CAPÍTULO II – A FUNÇÃO DOS PRINCÍPIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO

*“[...] cabendo ao filósofo do Direito o dever de alertar contra as formas crescentes de dominação que nos estão deixando mais e mais alienados das práticas sociais, particularmente as novas modalidades de controle social, com suas seqüelas de fome e guerra, que provocam a pauperização de dois terços da humanidade. Os filósofos do Direito têm o dever moral de denunciar os graus crescentes de uma injustiça cada vez mais tolerada pela indiferença de homens absorvidos pelo consumo e as trivialidades do dia-a-dia das grandes metrópoles”.* (Warat, Luís Alberto e Pêpe, Albano Marcos B. *Filosofia do Direito: uma introdução crítica*. p. 90).

Os princípios jurídicos carregam os valores de uma sociedade e estão presentes em todo ordenamento jurídico. Os tratados, assim como as constituições, são marcos, pontos de partida de todas as normas que regulam Direitos e deveres entre as partes. Ambos, tratados e constituições possuem, nos preâmbulos, uma instituição de intenções repleta de carga valorativa, morada fundamental dos princípios.

Os princípios jurídicos podem ser estudados sob dois enfoques, por meio da Filosofia do Direito, como fizeram REALE e GOLDSCHMITD ou através da dogmática jurídica com os estudos recentes de DWORKIN e ALEXY.

### 2.1. Os tratados internacionais como um sistema de princípios e regras

Os tratados são acordos bilaterais, multilaterais ou plurilaterais realizados entre Estados e/ou organismos internacionais na esfera jurídica internacional. Os tratados são institutos jurídicos que permitem a seus signatários fixar regras de Direito internacional de qualquer caráter ou conteúdo.<sup>148</sup>

---

<sup>148</sup> SORENSEN, Max (Org.). *Manual de Derecho Internacional Público*. Cidade do México: Fundo de Cultura Económica, 2000. p. 154-5.

Segundo VIRALLY, “o tratado é qualquer acordo internacional que celebram dois ou mais Estados ou outras pessoas internacionais e rege-se pelo Direito internacional”, definição derivada daquela sugerida pela Comissão de Direito Internacional.<sup>149</sup>

A estrutura jurídica de um tratado equivale à estrutura jurídica da constituição de um país, visto que é um ordenamento de referencial máximo. Nesse sentido, ALMEIDA afirma que “o Tratado de Assunção representa, assim, uma espécie de ‘carta constitucional’ do MERCOSUL em sua fase de transição para uma área de integração do tipo mercado comum. Ele é o que se poderia chamar de um tratado-marco e está caracterizado por alguns elementos contratuais e um caráter provisório expressamente declarado”.<sup>150</sup>

Um tratado, quando assinado e ratificado entre os Estados-partes, faz lei entre as partes, produzindo efeitos jurídicos. O tratado ratificado torna-se ordenamento jurídico comum entre os Estados. Segundo MIRANDA, “o Direito é ordenamento ou conjunto significativo, e não conjunção resultante de vigência simultânea; implica coerência ou, talvez mais rigorosamente, consistência; projeta-se em sistema; é unidade de sentido e valor incorporado em regra”.<sup>151</sup>

O desenvolvimento do pensamento jurídico com características de neutralidade conduziu a uma racionalização e formalização do Direito. Segundo FERRAZ JR., “tal formalização é que vai ligar o pensamento jurídico ao chamado pensamento sistemático”.<sup>152</sup> Assim “a teoria jurídica passa a ser um construído sistemático da razão e, em nome da própria razão, um instrumento de crítica da realidade”.<sup>153</sup>

---

<sup>149</sup> VIRALLY, Michel. *Fuentes del derecho internacional*. SORENSEN, Max. op. cit., p. 156.

<sup>150</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O MERCOSUL no contexto regional e internacional**. p. 82.

<sup>151</sup> MIRANDA, Jorge. **Direito Internacional Público**. Lisboa: Pedro Ferreira, 1995. p. 141.

<sup>152</sup> FERRAZ JR., op. cit., p. 68.

<sup>153</sup> Ibid., p. 69.

O ordenamento jurídico<sup>154</sup> é composto por normas que podem ser princípios ou regras. A distinção entre princípios e regras em um sistema jurídico encontra diversos critérios: o grau de abstração, a aplicabilidade direta, a generalidade, a forma de criação, a importância para o ordenamento jurídico, a apresentação como fundamento de regras ou regras propriamente ditas ou ainda sob a forma de normas de argumentação ou comportamento.<sup>155</sup>

Os princípios não se colocam além ou acima do Direito, como ressalta MIRANDA; fazem parte de um complexo ornamental, exercendo tanto uma ação imediata, quando conformadores ou capazes de abrir caminho a soluções jurídicas, como exercem uma ação mediata por meio da interpretação e da construção doutrinal.<sup>156</sup>

ÁVILA remete à doutrina alemã a elaboração da definição de princípio. Segundo o jurista, foi ESSER na obra *Grundsatz und Norm in der Richterlichen Fortbildung des Privatrechts*, escrita em 1956, quem concebeu os princípios de forma diferente das regras, alegando que os princípios não contêm diretamente ordens, mas apenas fundamentos, critérios à justificação de uma ordem.

Assim, para a doutrina de ESSER, “a distinção entre princípios e regras não seria, portanto, apenas com base no grau de abstração e generalidade da prescrição normativa relativamente aos casos aos quais elas devem ser aplicadas: a distinção seria de ‘*Qualität*’. Os princípios não possuem uma ordem vinculada estabelecida de maneira direta, senão que apenas fundamentos para que essa seja determinada”.<sup>157</sup>

---

<sup>154</sup> Segundo FERRAZ JR., op. cit., p. 176-7: “A concepção do próprio ordenamento como sistema é, porém, uma tendência historicamente localizada na Era Moderna”; sendo que “a concepção do ordenamento como sistema é consentânea com o aparecimento do Estado moderno e o desenvolvimento do capitalismo”.

<sup>155</sup> ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madri: Centro de Estudos Constitucionais, 1989. p. 84-5.

<sup>156</sup> MIRANDA, op. cit., p. 142.

<sup>157</sup> ÁVILA, Humberto. op. cit., p. 6.



O critério de separação incontestável, segundo BASTOS, é o que vislumbra, na relação entre normas e princípios, uma rigorosa distinção qualitativa, quer quanto à estrutura lógica, quer quanto à intencionalidade normativa.<sup>158</sup>

Os princípios jurídicos, sendo normas da mesma forma que as regras, não apresentam nível hierárquico superior, contudo possuem função diferenciada das normas. Especialmente em momentos revolucionários, os princípios refletem o cerne da nova sociedade e a partir deles extraem-se as regras; ademais atuam em um plano integrativo, construtivo e prospectivo.<sup>159</sup>

Os princípios, na expressão de REALE, são verdades ou juízos<sup>160</sup> fundamentais que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade.

Por sua vez, o jurista português MIRANDA afirma que “os princípios são mais gerais do que os preceitos e, por isso, dotados de um menor grau de determinação e densificação. Encerrando sempre certo conteúdo valorativo, admitem, de ordinário, diversas modalidades de realização ou de concretização, contanto que preservado esse conteúdo essencial”; sendo que nem por isso deixam de obrigar, adquirindo graus de efetividade diferentes de acordo com o caso concreto.<sup>161</sup>

Segundo CARRIÓ, o conceito de princípio jurídico está vinculado a, pelo menos, sete focos de significação: idéia de núcleo básico ou característica geral de algo; regra, guia, orientação ou indicação; origem ou causa geradora; finalidade, objetivo, propósito ou meta; premissa, axioma ou verdade teórica postulada como evidente; verdade ética inquestionável;

---

<sup>158</sup> BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 137.

<sup>159</sup> Ibid. p. 139. Sobre hierarquia, considere-se a declaração de ÁVILA: “A distinção de princípios e regras”, p.5: “tanto a doutrina como a jurisprudência são unânimes em afirmar que as normas jurídicas mais importantes de um ordenamento jurídico são os princípios”.

<sup>160</sup> Segundo REALE, op. cit., p. 59-60. Para o jurista “juízo é a ligação lógica de um predicado a algo, com o reconhecimento concomitante de que tal atributividade é necessária, implicando sempre uma ‘pretensão de verdade’.

<sup>161</sup> MIRANDA, op. cit., p. 142.

máxima, aforisma, provérbio ou peça de sabedoria prática que vem do passado e traz consigo o valor da experiência acumulada e o prestígio da tradição.<sup>162</sup>

A diversidade de significados decorre do fato de serem os princípios “instrumentos analíticos abstratos (lingüisticamente formulados)”, e esse é o motivo de sua ampla definição terminológica e do necessário estabelecimento de um critério, de um fundamento teórico e de uma finalidade em função da qual será estabelecida sua distinção com relação às regras.<sup>163</sup>

Os princípios são encontrados em modalidades diferentes. CANOTILHO apresenta as seguintes espécies de princípios: princípios jurídicos fundamentais; princípios politicamente conformadores; princípios constitucionais impositivos e princípios-garantia.

Os princípios jurídicos fundamentais consistem no objeto de análise do estudo do ordenamento jurídico da integração econômica do Cone Sul, justamente por serem aqueles “historicamente objetivados e progressivamente introduzidos na consciência, encontrando uma recepção expressa ou implícita no Texto Constitucional”.<sup>164</sup> Os estatutos jurídicos de integração entre países encontram recepção expressa ou implícita de ideologias tratado marco, instituidor da integração.

As sociedades são regidas por uma comunhão mínima de valores, e o Direito retrata os valores acordados representados no ordenamento por meio de princípios e regras. Os princípios são, pois, valores de natureza deontológica, ou seja, ostentam natureza normativa de caráter obrigacional e mandamental.<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> CARRIÓ, Genaro. **Princípios jurídicos e positivismo jurídico**. p. 32.

<sup>163</sup> ÁVILA, op. cit., p. 5.

<sup>164</sup> CANOTILHO, *apud* BASTOS, op. cit., p. 140. Os outros princípios citados por CANOTILHO conceituam-se da seguinte forma: os princípios politicamente conformadores são aqueles que explicitam as valorações políticas fundamentais do legislador constituinte; os princípios constitucionais impositivos são caracterizados por impor aos órgãos do Estado, sobretudo ao Legislador, a realização de fins e a execução de tarefas (normas programáticas); e os princípios-garantia são os voltados à estatuição de garantias aos cidadãos.

<sup>165</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. “Os princípios jurídicos do MERCOSUL”. FRANCESCHINI, Luis Fernando (Coord.). **Direito Internacional Público e Integração Econômica Regional**. Curitiba: Juruá, 2001. p. 227-228.

Os princípios jurídicos podem estar explícitos ou implícitos no ordenamento. Os princípios expressos são aqueles explicitamente consignados em uma certa formulação, constitucional ou legislativa. Os princípios implícitos ou inexpressos são aqueles que, embora não-formulados em determinada disposição legislativa, são, à vista da racionalidade do sistema, da natureza de certa instituição, ou do conjunto normativo aplicável a certo campo, elaborados, construídos, recolhidos ou formulados pelo intérprete.<sup>166</sup>

Corroborando com a distinção a nota de FARIA sobre os princípios e regras gerais do MERCOSUL: “em qualquer um dos grupos [...], há um grau maior ou menor de definição, conforme se encontrem elas expressamente inscritas no Tratado, ou derivem implicitamente de seu contexto”.<sup>167</sup>

O preâmbulo de um tratado contém geralmente um enunciado das finalidades do tratado e a enumeração das partes contratantes.<sup>168</sup> Segundo MELLO, a doutrina discute o valor jurídico do preâmbulo, se ele é ou não obrigatório às partes contratantes. O internacionalista posiciona-se, afirmando que a questão não pode ser resolvida em tese, mas apenas no caso concreto, quando é possível analisar as intenções das partes. Contudo, afirma que “no mínimo, ele terá sempre um valor interpretativo”.<sup>169</sup>

A interpretação de um tratado de Direito Internacional pode ser autêntica, quando realizada pelas entidades de onde emanam as normas (as partes de um tratado, através de

---

<sup>166</sup> MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no Direito Privado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 320.

<sup>167</sup> FARIA, José Ângelo Estrella. **O MERCOSUL: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção**. Brasília: MRE, 1993. p. xviii.

<sup>168</sup> MELLO, Celso Albuquerque. **Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. v.2, p. 152. Segundo MELLO, Celso Albuquerque. **Direito Constitucional Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 114: “Paulo Bonavides assinala que o preâmbulo corresponde a um período ‘de efervescência liberal contra as instituições do passado absolutista’ e que ‘se assemelham primeiro a textos de literatura moral, religiosa e filosófica, do que a verdadeiras leis portadoras de normas jurídicas vinculantes’. Entretanto, não existem normas sem obrigatoriedade no sentido jurídico.”

<sup>169</sup> MELLO, op. cit., p. 196. O autor menciona em nota de rodapé que GOODRICH e HAMBRO afirmam que o preâmbulo, sendo parte do tratado, gera obrigações aos Estados da mesma forma que a parte dispositiva. Outros, dentre eles POLLUX, afirma que o preâmbulo deve ser utilizado apenas com fins de interpretação para esclarecer as partes obscuras do tratado.

tratado interpretativo, ou os órgãos competentes das organizações internacionais), como também pode ser judicial e doutrinal.<sup>170</sup>

A maneira como um tratado deve ser interpretado é regulamentada pelo Direito Internacional. O Estatuto da Corte Internacional de Justiça, no artigo 36, informa que os Estados-partes do tratado detêm o Direito de interpretá-lo, podendo solicitar essa competência de interpretação de um tratado à Corte Internacional de Justiça ou a outras cortes internacionais.<sup>171</sup>

O Direito Internacional regula os Tratados por meio da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969.<sup>172</sup> A forma como um tratado deve ser interpretado é abordada pela Convenção e esse estudo pauta-se sobre as especificações da seção III – interpretação de tratados.

Segundo FARIA, “por sua própria natureza, o Tratado de Assunção deve ser interpretado de acordo com as regras vigentes do Direito Internacional, em especial a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados”. Menciona ainda que o seu estudo sobre princípios gerais da integração econômica foi realizado por meio da análise e interpretação das disposições materiais do Tratado de Assunção.<sup>173</sup>

A interpretação dos tratados sobre integração econômica, analisados nesse estudo, obedeceu à Convenção de Viena, em especial, à primeira regra de interpretação, elencada no artigo 31, segundo a qual *um tratado deve ser interpretado de boa-fé, segundo o sentido comum dos termos do tratado em seu contexto e à luz de seu objeto e finalidade*.<sup>174</sup>

---

<sup>170</sup> MIRANDA, op. cit., p. 156-157. Ressalte-se o artigo 38 do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, citado pelo autor, quando há referência direta aos “ensinamentos dos publicistas mais altamente qualificados das várias nações, como meios auxiliares para a determinação das regras de Direito”.

<sup>171</sup> HEE MOON, Jo. **Introdução ao Direito Internacional**. São Paulo: LTr, 2000. p. 105.

<sup>172</sup> A convenção foi aberta à assinatura, em Viena, a 23 de maio de 1969. Entrou em vigor em 27 de janeiro de 1980. Apesar de não ter sido ratificada pelo Brasil, é utilizada como Direito costumeiro, visto que se pautou sobre a prática utilizada na realização de tratados.

<sup>173</sup> FARIA, op. cit., p. xix.

<sup>174</sup> FRANCO FILHO, Georzenor de Sousa (Org.). **Tratados Internacionais**. São Paulo: LTr, 1999. p.130.

O princípio da boa-fé na interpretação dos tratados encontra significado nas alíneas dos artigos, conforme estipula MIRANDA. Interpretar de boa-fé implica:

a) que a interpretação não pode conduzir a um resultado manifestamente absurdo ou desrazoável; b) que a interpretação não pode ser feita à margem de acordo das partes; c) que se presume que os termos de um tratado têm o mesmo sentido nos diversos textos autênticos em duas ou mais línguas.<sup>175</sup>

Já o objeto e a finalidade são extraídos de maneira objetiva do contexto (preâmbulo, texto e anexos), obedecendo a todo o acordo ulterior firmado entre as partes sobre a interpretação do tratado ou a aplicação de suas disposições (art. 31, inciso 3, alínea ‘a’) bem como toda a prática seguida ulteriormente na aplicação do tratado, estabelecendo formas de interpretação (art. 31, inciso 3, alínea ‘b’).<sup>176</sup>

A interpretação está adstrita ao princípio substantivo do artigo 31, assim como ao princípio geral de interpretação mencionado por HEE MOON, segundo o qual “quando um dispositivo é tão claro que não tem necessidade de interpretação, a corte deve aplicar o dispositivo conforme o Estado. Ora, o método geral da interpretação de tratado é interpretar natural e genericamente o termo no contexto em que este se encontra”.<sup>177</sup>

O preâmbulo de um tratado pode ser eleito como objeto interpretativo quando a finalidade do intérprete é averiguar a intenção das partes refletida no texto, visto que a motivação do acordo é manifesta por meio de elementos subjetivos.<sup>178</sup>

È no preâmbulo que se encontram resguardadas as concepções preliminares de proteção aos Direitos Humanos e aos Direitos Fundamentais. BONAVIDES afirma que “quem diz Direitos humanos diz Direitos fundamentais, e quem diz estes, diz aqueles, isto é, a mesma coisa”, mas inclina-se por um conceito diferenciado entre as categorias com vistas a razões didáticas de clareza e precisão. Assim para o jurista “a fórmula ‘Direitos humanos’

---

<sup>175</sup> MIRANDA, op. cit., p. 158.

<sup>176</sup> Ibid., p. 159.

<sup>177</sup> HEE MOON, op. cit., p. 106. Ainda segundo o autor: “o art. 31 (4) confirma esse princípio: ‘4. Será atribuído um sentido especial a um termo se fica estabelecido que essa era a intenção das partes’.

<sup>178</sup> Idem.

consagraria em primeiro lugar, pelas suas raízes históricas, os Direitos do homem antes de seu ingresso nos Códigos e nas Constituições como Direito positivo e público dos ordenamentos nacionais”.<sup>179</sup>

Segundo BONAVIDES, em períodos remotos da história revolucionária em prol dos Direitos humanos, estes não iam além de promessas atreladas à retórica solene das declarações de Direitos, sempre abstratas, metafísicas, emblemáticas. Em um momento posterior passaram a um estado de concretude, passando da categoria de Direitos naturais à de Direitos positivos. Nesse momento adquirem a nomenclatura de Direitos fundamentais.<sup>180</sup>

Os tratados são um sistema de normas e contribuem na formação de uma teoria jurídica da integração na medida em que teoria é um sistema de definições, leis, axiomas, com a ajuda dos quais se tentam compreender determinados fenômenos. Já um modelo é uma estrutura teórica que procura “representar” domínios ou âmbitos objetivos não-teoréticos.<sup>181</sup>

Para CANOTILHO o termo “Liberalismo” engloba o Liberalismo político, ao qual estão associadas às doutrinas dos Direitos humanos e da divisão dos poderes, e o Liberalismo econômico, centrado sobre uma economia de mercado livre (capitalista). Se a sociedade burguesa forneceu o substrato sociológico ao Estado constitucional, este, por sua vez, criou condições políticas favoráveis ao desenvolvimento do Liberalismo econômico.<sup>182</sup>

A relação dos princípios constitucionais do sistema político liberal detém raízes no modo de produção capitalista. Segundo CANOTILHO,

A economia capitalista necessita de *segurança jurídica* e a segurança jurídica não estava garantida no Estado Absoluto, dadas as freqüentes intervenções do príncipe na esfera jurídico-patrimonial dos súditos e o Direito discricionário do mesmo príncipe quanto à alteração e revogação das leis. Ora, toda a construção constitucional liberal tem em vista a *certeza do Direito*. O laço que liga ou vincula

---

<sup>179</sup> BONAVIDES, Paulo. **Do país constitucional ao país neocolonial**. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 66.

<sup>180</sup> Ibid., p. 66-7.

<sup>181</sup> CANOTILHO, op. cit., p. 4-5.

<sup>182</sup> Ibid., p. 254.

às leis gerais as funções estaduais protege o sistema de liberdade codificada do Direito privado burguês e a economia de mercado.<sup>183</sup>

Os Direitos fundamentais foram abordados com enfoque no processo histórico por CANOTILHO, segundo o qual em geral se costuma fazer um corte histórico no processo de desenvolvimento da idéia de Direitos fundamentais, conducente a uma separação absoluta entre duas épocas: uma, anterior ao *Virginia Bill of Rights* (12 de junho de 1776) e à *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* (26 de agosto de 1789), caracterizada por uma relativa inexistência à idéia dos Direitos do homem e outra, posterior a esses documentos, marcada pela chamada constitucionalização ou positivação dos Direitos do homem nos documentos constitucionais.

Lembra CANOTILHO que o enfoque marxista dos Direitos fundamentais identifica na obra *A questão judaica* que esses Direitos estão associados aos tradicionais Direitos do cidadão burguês, e por isso vinculados aos Direitos do homem egoísta, havendo então a necessidade de serem completados ou substituídos pelos Direitos do “homem total”.<sup>184</sup> A complementação ou substituição por novos Direitos é possível apenas em uma nova sociedade, visto que o capitalismo mercantil e a luta pela emancipação da sociedade burguesa são inseparáveis da consciencialização dos Direitos do homem, de feição individualista.<sup>185</sup>

Segundo CANOTILHO, “as declarações universais dos Direitos tentam hoje uma ‘coexistência integrada’ dos Direitos liberais e dos Direitos sociais, econômicos e culturais, embora o modo como os estados, na prática, asseguram essa imbricação, seja profundamente desigual”.<sup>186</sup>

---

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> Para CANOTILHO, op. cit., p. 511, a teoria dos Direitos fundamentais parte de uma base antropológica completamente diversa da teoria liberal. Na teoria liberal, o homem, na sua individualidade e personalidade, é a base das ações políticas e do próprio Direito, enquanto que, para a teoria marxista, o homem tem uma essência social que faz com que não se possa bastar a si próprio, e só consegue transformar-se em homem total através de uma nova sociedade.

<sup>185</sup> CANOTILHO, op. cit., p. 505.

<sup>186</sup> Idem.

Os Direitos fundamentais pressupõem concepções de Estado e de constituição decisivamente operantes na atividade interpretativo-concretizadora das normas constitucionais. O significado é fornecido por CANOTILHO, para o qual a interpretação da constituição compreende anteriormente uma teoria dos Direitos fundamentais, no sentido de uma concepção sistematicamente orientada para o caráter geral, finalidade e alcance intrínseco dos Direitos fundamentais.<sup>187</sup>

## 2.2. As teorias jurídicas de REALE e GOLDSCHMIT como marcos teóricos para analisar o tratado constitutivo do MERCOSUL

A teoria do Direito pode abranger o ordenamento jurídico internacional, nacional ou regional.

A integração econômica do MERCOSUL foi juridicamente ordenada por meio de um tratado composto de normas norteadoras da relação que uniu os países. Desta forma, o acordo econômico foi selado em um instrumento jurídico.

A partir do momento em que existe uma esfera jurídica regulando a integração econômica, surge a possibilidade de se configurarem teorias jurídicas com a finalidade de compreender, avaliar e direcionar o Direito da integração.<sup>188</sup>

Nessa seara, CALDANI propôs uma teoria jurídica para a integração do MERCOSUL. Tal teorização direcionou-se no sentido dos doutrinadores internacionalistas valerem-se da

---

<sup>187</sup> CANOTILHO, op. cit., p. 505. O autor refere-se nesse parágrafo, à hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer.

<sup>188</sup> O assunto será abordado na perspectiva de CALDANI que justifica seu trabalho: “Para decidir a atitude que procurará o Direito na construção do MERCOSUL é também importante apreciar quais são as vinculações do jurídico com o resto da cultura, e em especial com a economia”. op. cit., p. 248.



Filosofia do Direito<sup>189</sup> com o objetivo de encontrarem um instrumento adequado a fim de analisar o processo de integração.<sup>190</sup>

O estudo de CALDANI parte de pressupostos gnosiológicos pelo fato de que “uma das questões mais significativas para pensar o Direito em geral e o da integração do MERCOSUL em especial é a referente à raiz de nosso conhecimento, ou seja, o problema gnosiológico”.<sup>191</sup>

Gnosiologia, segundo FREITAS, é o estudo da possibilidade, da origem e da essência do conhecimento jurídico. Quanto à possibilidade, pode ser dogmático ou cético; quanto à origem, será empírico, racionalista ou conceitualista e, quanto à essência, estará vinculado ao idealismo, realismo ou criticismo.<sup>192</sup>

Contudo CALDANI aborda a gnosiologia sob duas linhas, a racionalista e a empirista para afirmar que “se o MERCOSUL se constrói sobre bases racionalistas, será a razão que irá conduzir as decisões jurídicas; se edificado com raízes empiristas, o caminho será buscado através da experiência. No primeiro caso, por exemplo, será mais fácil a recepção de modelos diferentes do Pacto Andino, da União Européia e etc.; no segundo caso se busca mais o caminho da própria vida da região”.<sup>193</sup>

---

<sup>189</sup> Recorre-se a Filosofia Jurídica para indagar a validade em seus três aspectos: (1) o ético, os valores enquanto legitimam dadas modalidades de conduta - as intersubjetivas; (2) o técnico-jurídico, a logicidade das normas que determinam esses comportamentos; (3) o histórico-social, a efetiva atualização social das exigências axiológicas assim normativamente consagradas. A Filosofia do Direito é a ciência das condições segundo as quais se tornam possíveis as indagações realizadas no plano das relações empíricas pela Política do Direito, Sociologia Jurídica, Psicologia Jurídica, Ciência do Direito.

<sup>190</sup> CIURO CALDANI, Miguel Angel. *Una Teoria Juridica para la integración del MERCOSUR. Anais do IX Encontro Internacional de Derecho de América del Sur*. Bolívia: Universidade Católica Boliviana, 2000. p. 247.

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> FREITAS, Juarez. *As grandes linhas da Filosofia do Direito*. Caxias do Sul: EDUCS, 1986. p. 124-7.

<sup>193</sup> CALDANI, op. cit., p. 247-8.

Ainda menciona o jurista as propostas idealista e realista como abordagens de conhecimento. Para o idealismo genético, o sujeito cria o objeto e as teorias decorrentes dessa análise serão de caráter existencialista. Já, para o realismo, o sujeito não cria e sim descobre o objeto, o caráter é historicista. A relevância do enfoque conferido à integração justifica-se para CALDANI porque “é evidente que no idealismo se pretenderá um MERCOSUL mais produzido pelos sujeitos com precedência em uma realidade exterior e no realismo se fará mais remissão a nossa realidade”.<sup>194</sup>

Para CALDANI, além dos estilos de pensamento abordados, também é possível a adoção de uma posição “relativamente construtivista que nos leve a construir com mais ou menos consideração das áreas problemáticas e suas particularidades”. O autor assume sua posição de caráter construtivista com vistas a uma ampla consideração da realidade.<sup>195</sup>

O estudo da axiologia jurídica ocorre no campo da Filosofia do Direito e, partindo do estudo de CALDANI sobre uma teoria jurídica da integração, elegeram-se as obras de REALE e GOLDSCHMIDT, respectivamente, *Filosofia do Direito* e *Introducción Filosófica al Derecho*, por representarem as doutrinas brasileira e argentina.

CALDANI divide sua análise inicial sobre o MERCOSUL em dois tempos: na perspectiva da “Filosofia Jurídica Maior”, ou seja, de alcance maior, que considera as relações de Direito com o resto do universo (aborda o problema gnosiológico nas linhas racionalista e empirista, idealista e realista e ao final menciona o construtivismo) e na perspectiva da “Filosofia Jurídica Menor”, ou seja, de alcance menor, que estuda os desdobramentos internos do Direito (aborda a construção do objeto jurídico com enfoque no normativismo Kelseniano, realismo empírico e trialismo).<sup>196</sup>

O estudo do jurista argentino está centrado na construção do objeto jurídico, o que ocorre por definição dos grandes modelos do pensamento do Direito: normativismo

---

<sup>194</sup> Ibid., p. 248.

<sup>195</sup> Idem.

kelseniano; realismo empirista e tridimensionalismo. Para o jurista o objeto jurídico da integração deve ser construído nos moldes do modelo tridimensional, justamente porque atenderá mais amplamente as dimensões da integração: sociológica, normativa e axiológica.<sup>197</sup>

A concepção tridimensional do mundo jurídico tem origem na Alemanha e na França. A origem alemã data da época da ciência pandectista de Windscheid bem como na forma exegética provocada pelo Código Civil de 1896.<sup>198</sup>

A ciência dogmática do tridimensionalismo desenvolveu-se facilmente em um ambiente em que o Direito comum era Direito consuetudinário, adaptável às exigências reais da sociedade, considerando ainda que o Código Civil era recente e não apresentava problemas para a absorção de um modelo jurídico.<sup>199</sup>

A origem francesa do tridimensionalismo remete ao Código Civil francês que data de 1804. A Escola Exegética, no final do século XIX, perdera sua importância por não alcançar seus objetivos e houve um divórcio entre a norma do código e a realidade. Soma o fato de que a realidade da época da redação do código sofreu alterações provocadas pela industrialização capitalista.<sup>200</sup>

A França recepcionou a teoria tridimensionalista por meio das teorizações de GÉNY, que colocou em relevo a necessidade de ter bem presente o dado (a realidade social), o construído (a norma) e o Direito Natural (a justiça).<sup>201</sup>

A Filosofia do Direito é o ponto de partida para o estudo dos fundamentos do Direito, o qual é o objeto de indagação da axiologia jurídica, que estuda valores jurídicos dos quais

---

<sup>196</sup> CALDANI, op. cit., p. 247-50.

<sup>197</sup> Ibid., p. 250.

<sup>198</sup> GOLDSCHMIDT, Werner. **Introducción Filosófica al Derecho**. p. 18-9. O autor acresce como facilidade ao desenvolvimento da teoria tridimensionalista, a elaboração da nova filosofia dos valores de Windelband e Rickert, da escola neokantiana de Baden, e mais tarde Scheler, de filiação fenomenológica. Foi Emil Lask, discípulo de Rickert que fez alusão pela primeira vez à estrutura tridimensional do mundo jurídico.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> GOLDSCHMIDT, op. cit., p. 19.

<sup>201</sup> Idem.

resultam fins, cuja atualização implica relações intersubjetivas. É o valor ou complexo de valores que legitima uma ordem jurídica, justificando sua obrigatoriedade.

A integração, para CALDANI, é um processo de aproximação entre os povos especialmente unidos pelo desenvolvimento econômico, de modo que, para o debate axiológico dos processos de integração, é muito importante contar com o marco de compreensão das relações entre os valores de justiça e utilidade.

Dessa construção decorre, por exemplo, a proposição de REALE, segundo a qual uma norma terá fundamento quando tutelar um valor reconhecido como necessário à coletividade. REALE integra fato, valor e norma por meio do método dialético<sup>202</sup>, fundado na polaridade gnosiológica entre subjetividade e objetividade; e na polaridade ética entre ser e dever ser.

A ética liberal expressa-se no Direito, segundo SANTOS, por meio da teoria de REALE. O autor justifica sua constatação sob o argumento de que

REALE aplica sua teoria tridimensional (fato, valor e norma) com grande vantagem não só para a inteligência da evolução jurídica. Não apenas as normas jurídicas têm formulações variadas ao longo do tempo. As formulações não-escritas das normas morais cotidianas também se acham em um sistema dinâmico.<sup>203</sup>

Segundo SANTOS a relação entre fato, valor e norma dá-se de uma forma oscilatória, porque os valores combinam-se com fatos sociológicos na formulação de normas jurídicas ou éticas. REALE considera que os valores evoluem no tempo, ou seja, os fatos sociológicos e culturais influenciam a formulação dos valores, que, por sua vez, expressam-se nas normas.<sup>204</sup>

---

<sup>202</sup> Segundo GOLDSCHMIDT, op. cit., p. 25: “O método dialético indica uma lei de evolução segundo a qual cada membro anterior determina a produção do posterior, podendo esta lei enfocar tanto a evolução das idéias (Hegel), como a de espécies zoológicas (Darwin), como a de sistemas político-econômicos (Marx), sendo decisivo que o conhecimento do primeiro elemento permita deduzir a natureza do segundo, do terceiro, etc. [...] em outras palavras nos encontramos em um sistema fechado. Porém um sistema fechado é sempre um ‘universo’ produzido pelo homem, toda vez que o universo real nos mostra um complexo de causas, concausas e influências de todo tipo que desautorizam uma evolução dialética. Por conseguinte, na realidade o método dialético somente opera em um mundo considerado de modo idealista”.

<sup>203</sup> SANTOS, op. cit., p. 25.

<sup>204</sup> Idem.

Segundo SANTOS, a teoria de REALE aborda uma formulação de valores e fatalmente constrói uma epistemologia, uma teoria do conhecimento.<sup>205</sup>

O ordenamento é um conjunto de normas. As teorias do ordenamento ora estreitam o repertório, considerando elementos do ordenamento apenas as normas (Kelsen), ora reconhecendo nele normas, fatos, valores (Reale).<sup>206</sup>

Nas palavras de REALE, existem duas condições primordiais para que a correlação

entre fato, valor e norma se opere de maneira unitária e concreta: uma se refere ao conceito de *valor*, reconhecendo-se que ele desempenha o tríplice papel de elemento *constitutivo*, *gnosiológico* e *deontológico* da experiência ética; a outra é relativa à implicação que existe entre o valor e a história, isto é, entre as exigências ideais e a sua projeção na circunstancialidade histórico-social como *valor*, *dever ser* e *fim*. Do exame dessas duas condições é que resulta a natureza *dialética* da unidade do Direito.<sup>207</sup>

A elaboração de normas jurídicas obedece, segundo REALE,

um complexo de fins e valorações, uma série de motivos ideológicos (diversidade de pontos de vista programáticos ou doutrinários, assim como divergência ou conflito de interesses de indivíduos, grupos e classes sociais) condicionando a decisão do legislador, cuja opção final assinala o momento em que uma das possíveis proposições normativas se converte em norma jurídica.<sup>208</sup>

O campo nomogenético de REALE é comparado metaforicamente por SANTOS à imagem de um raio luminoso (impulsos e exigências axiológicas) que, incidindo sobre um prisma (o multifacetado domínio dos fatos sociais, econômicos, técnicos, etc.), refrata-se em um leque de normas possíveis, uma das quais apenas se converterá em norma jurídica, com a interferência do Poder.<sup>209</sup>

---

<sup>205</sup> Idem.

<sup>206</sup> FERRAZ JR. op. cit., p. 174-5.

<sup>207</sup> REALE, op. cit., p. 543.

<sup>208</sup> REALE, op. cit., p. 553.

<sup>209</sup> SANTOS, op. cit., p. 25.

Sinteticamente, “a norma de Direito envolve, na realidade, um fato que, iluminado por valores, dá lugar a uma atitude humana e a uma decisão”, donde advém a importância do Poder na formação de relações jurídicas.<sup>210</sup>

As leis jurídicas, para REALE, representam formas de especificação ou tipificação de deveres morais e econômicos, segundo esquemas ideais de conduta considerados necessários, indiferentes ou ilícitos, ou axiologicamente positivos ou negativos em relação à sociedade e ao Estado. Axiologicamente é mais amplo o campo do Direito possível do que o do Direito Positivo, é este delimitado na órbita daquele através de um inevitável trabalho de especificação espaço-temporal, a fim de pôr em sintonia as normas vigentes com as múltiplas exigências da sociedade civil.

GOLDSCHMIDT, abordando o marxismo, menciona que “o que realmente se considera ideologia burguesa é o racionalismo utópico e o cientificismo vinculado à doutrina positivista.”.<sup>211</sup>

Conforme GOLDSCHMIDT, depois de escolhida a fórmula realista de integração dos objetos estudados, resta aplicar a chamada *la declinación trialista*, “que consiste em submeter qualquer dos fenômenos jurídicos ao triplo tratamento sociológico, normológico e axiológico”.<sup>212</sup>

---

<sup>210</sup> REALE, op.cit., p.558. Adiante, na página 560, o jurista faz a ressalva de que “Direito e Poder são termos inseparáveis, mas será vão querer reduzir o primeiro ao segundo, pretendendo transforma-lo em simples qualidade ou energia da norma de Direito, da própria regra em seu momento de eficácia concreta [...]”.

<sup>211</sup> GOLDSCHMIDT, op.cit., p. 174.

<sup>212</sup> Ibid., p. 31.

GOLDSCHMIDT explica, com exemplos, a forma de proceder por meio do triplo tratamento. O Estado é sociologicamente um ordenamento normativo e axiologicamente um regime de justiça. A soberania significa, sociologicamente, independência de uma comunidade perante as demais, nos diversos ângulos: político, econômico, cultural. O conceito sociológico da soberania é relativo tanto no aspecto subjetivo como no objetivo. Normologicamente, soberania compreende a inderivabilidade de um ordenamento normativo de qualquer outro. E por fim, sob o aspecto axiológico, soberania é aquela independência que uma comunidade necessita para garantir a seus membros o livre desenvolvimento de sua personalidade.<sup>213</sup>

Outro exemplo ilustrativo trazido por GOLDSCHMIDT é o do Direito subjetivo. Nas suas palavras: “o Direito subjetivo é sociologicamente o poder real de pedir algo para alguém. Normologicamente se trata da faculdade de emitir uma norma individual. Axiologicamente o Direito subjetivo é um meio para o livre desenvolvimento da personalidade, o que lhe impõe uma função social e impede o abuso do Direito”.<sup>214</sup>

A aplicabilidade da teoria tripartida, na integração econômica do MERCOSUL, é sugerida por CALDANI, que se vale dos estudos de REALE e GOLDSCHMIDT, para compreender a integração em três dimensões: sociológica, normológica e axiologicamente.

A dimensão sociológica considera a vida humana como a referência maior do Direito, assim sendo, a integração econômica deve ser considerada sociologicamente vital para a região. A integração é compreendida sociologicamente quando se observa a geografia da região, as forças econômicas e a condução humana, além dos desdobramentos históricos, culturais, lingüísticos, as formas de colonização e as diferenças existentes entre os países do Cone Sul. CALDANI entende que são esses fatores que devem ser analisados na avaliação do benefício ou prejuízo da integração para os países-membros.

---

<sup>213</sup> Ibid., p. 32.

<sup>214</sup> Ibid., p. 32-3.

Ainda a observância da estrutura cultural da região deve compreender o caráter individualista anglo-afrancesado ou paternalista ibérico tradicional. Da mesma forma a diversidade lusitana e hispânica.

CALDANI prescreve que a dimensão sociológica ainda deve preocupar-se com a influência do poder interno e externo que existe sobre o que denomina “aparência de cooperação”. O plano de governo em marcha é outro aspecto relevante para a dimensão sociológica.

A dimensão normológica, por sua vez, é apreciada sob o aspecto de que as normas cumprem funções descritivas e integradoras da realidade social. Assim sendo, a integração seria “substancial” ou “relacional”. Para uma integração substancial, os conceitos fornecem uma claridade e incorporam sentidos à realidade social. Na integração relacional, as normas vinculam *“los repartos con otras adjudicaciones”*.<sup>215</sup>

O conceito normativo de mercado é analisado na dimensão normológica e cabe definir se o conceito é empregado em nível de profundidade ou por alguma orientação econômica. Para tanto devem ser observados os antecedentes das normas, definir as normas gerais e individuais e avaliar em que medida convém ao estatuto jurídico da integração possuir normas programáticas. As fontes reais à análise normológica são, para CALDANI, esses elementos.<sup>216</sup>

As normas dos instrumentos jurídicos da integração devem, segundo CALDANI, destinar-se à flexibilidade mais do que à rigidez, buscando a adaptação às mudanças da realidade social.

---

<sup>215</sup> CALDANI, op. cit., p. 252. O objetivo de manter a lógica em estreita relação com as outras dimensões jurídicas, em especial com a realidade social, na qual se considera “[...] a la norma como la captación lógica de un reparto proyectado hecha del punto de vista de un tercero. Así la norma cumple funciones descriptivas e integradoras de la realidad social de los repartos”.

<sup>216</sup> CALDANI, op. cit., p. 253.



A dimensão normológica ainda definirá se os conceitos jurídicos serão construídos com mais participação de sujeitos conceituados, o que implicaria menos carga ideológica (negocial) ou com mais carga ideológica e menos participação dos sujeitos (institucional). A fundamental função da dimensão sociológica seria conceder coerência lógica ao ordenamento.

A terceira dimensão da teoria trialista aplicada à integração é a axiológica. Segundo uma dimensão valorativa, o desenvolvimento econômico buscado pela integração deve ser analisado por meio da compreensão dos valores de justiça e utilidade.

Ressalta CALDANI que o mais alto valor do desenvolvimento pela integração é a humanidade, o que, para ele, é “*el deber ser cabal de nuestro ser*”.<sup>217</sup> O indivíduo é fim e não meio humanista. O humanismo exige respeito a cada indivíduo em sua unidade, igualdade e comunidade.

A unidade relacionar-se-ia com o Liberalismo político, a igualdade, com a democracia e a comunidade, com a coisa comum, com a *res* pública. A dimensão axiológica engloba a segurança jurídica e a oitiva de todos os interessados na integração econômica entre os países.

Para CALDANI, os processos de integração buscam uma nova lógica da justiça, na qual a justiça de chegada deve prevalecer sobre a de partida. O jurista cita GOLDSCHMIDT para auferir um princípio supremo de Justiça segundo o qual corresponde adjudicar a cada indivíduo a esfera de liberdade necessária a fim de que se desenvolva plenamente, para que se converta em pessoa.

Em suma, CALDANI propõe que, à luz das noções de filosofia jurídica, o processo integracionista seja observado em seus desdobramentos históricos e comparativos para se auferir um desenvolvimento jurídico satisfatório. Para ele, o desenvolvimento jurídico

---

<sup>217</sup> CALDANI, op. cit., p. 256. Ainda, “*en definitiva, hay que lograr que los procesos integradores, sobre todo en base a la integración entre la justicia y la utilidad, realicen el valor humanidad*”.

mais consciente da integração exige que sejam inseridas às relações jurídicas todas as esferas políticas, em especial, a política econômica.<sup>218</sup>

### 2.3. Liberdade e Igualdade: as teorias do Direito de DWORKIN e de ALEXY

O valor da liberdade e da igualdade na sociedade liberal tem raízes nas reações política e econômica do século XVIII. Conforme já mencionado, a reação política contrária ao Absolutismo Monárquico visou à defesa do indivíduo, e a reação econômica, em repulsa ao Mercantilismo, buscou a livre circulação de riquezas.<sup>219</sup>

A defesa do indivíduo desdobrou-se nos princípios da liberdade e da igualdade garantidas pelo Direito. Já a livre circulação de riquezas subjugou a igualdade para auferi-las. As reações foram absorvidas pelo Estado formado para regulá-las, e, hodiernamente, o estágio do capitalismo impulsiona o Direito a preocupar-se com o alcance social dos princípios de liberdade e igualdade.

A liberdade possui dois significados relevantes na abordagem de BOBBIO, conhecidas por positiva e negativa. A liberdade negativa, na linguagem política, consiste na situação na qual um sujeito tem a possibilidade de agir sem ser impedido ou de não agir sem ser obrigado por outros sujeitos. A liberdade positiva consiste na situação na qual um sujeito tem a possibilidade de orientar seu próprio querer no sentido de uma finalidade, de tomar decisões, sem ser determinado pelo querer dos outros.<sup>220</sup>

Segundo BOBBIO, a definição clássica de liberdade positiva foi dada por ROUSSEAU, para quem a liberdade no estado civil consiste no fato de o homem, enquanto

---

<sup>218</sup> CALDANI, op. cit., p. 259. O autor conclui seu estudo da seguinte maneira: “*Hay que lograr, en definitiva, una ‘cultura de la integración’.* A la luz de la teoría trialista del mundo jurídico las posibilidades de éxito son mayores”.

<sup>219</sup> LAREDO, op. cit., p.16.

<sup>220</sup> BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. p. 48-51.

parte do todo social, como membro do “eu comum”, não obedecer a outros e sim a si mesmo, ou ser autônomo no sentido preciso da palavra, no sentido de que obedece às leis a que ele mesmo se deu.

O conceito de liberdade positiva foi retomado depois de ROUSSEAU por KANT, no qual também se encontra o conceito de liberdade negativa. Lembra BOBBIO que no ensaio *Para a paz perpétua*, KANT exclui que a liberdade jurídica seja definida como “a faculdade de fazer tudo o que se queira contanto que não se cause injustiça a ninguém”, especificando que é melhor definir a liberdade jurídica como a faculdade de somente obedecer às leis externas as quais se pode dar assentimento.

O princípio da igualdade foi instituído na Declaração do Homem e do Cidadão decorrente da Revolução Francesa. Contudo, o momento histórico forneceu o sentido da igualdade estabelecida: buscava-se abolir a sociedade estamental vigente.<sup>221</sup> Segundo BASTOS, “o que se pretendia era fazer ruir um castelo de privilégios erigido a partir da inserção do indivíduo numa dada classe social”.<sup>222</sup>

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 26 de agosto de 1789 estabeleceu no artigo 1º: “Os homens nascem e são livres e iguais em Direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum”.<sup>223</sup> A intenção, segundo BASTOS, “era impedir que alguém se beneficiasse, por exemplo, de um tratamento mais benévolo, sob o fundamento de ser ele um nobre, como seria o caso de um integrante desta casta social que, tendo matado alguém, pretendesse subtrair-se à prisão, invocando para tanto sua posição nobiliárquica”.<sup>224</sup>

O princípio geral de igualdade foi inserido nas declarações de Direitos e constituições democráticas na forma específica de uma igualdade formal. A igualdade formal consiste

---

<sup>221</sup> BASTOS, op. cit., p. 166.

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> MIRANDA, op. cit., p. 367.

<sup>224</sup> BASTOS, op. cit., p. 166.

assim “no Direito de todo cidadão não ser desigualado pela lei senão em consonância com os critérios albergados ou ao menos não-vedados pelo ordenamento constitucional”.<sup>225</sup>

À consideração do homem como indivíduo fez surgirem os Direitos individuais clássicos, que foram pautados sobre a ideologia do Liberalismo. A satisfação dos Direitos individuais foi estabelecida por meio de uma mera omissão do Estado. A história da formação das liberdades relaciona-se, na Declaração Francesa e Americana com um Estado que se omite de agredir ou ofender o Direito à vida, à liberdade e à propriedade.

A instituição dos princípios clássicos nas declarações de Direitos e posteriormente nos estatutos jurídicos constitucionais não foi suficiente para garantir sua observância na sociedade. No que tange ao Direito de igualdade, a menção do princípio, a título formal manifesto no mandamento “todos são iguais perante a lei”, encontrou diversas críticas com relação à finalidade de efetuação do princípio.

Surgem desta forma os Direitos do indivíduo que não podem ser satisfeitos senão mediante uma prestação ou o fornecimento de um bem por parte do Estado. A igualdade passou a ser compreendida de duas formas: uma formal, limitada à igualdade de todos perante a lei e uma igualdade material, relacionada à intervenção do Estado na ordem econômica e social, com a finalidade de buscar uma mais justa distribuição dos bens materiais de forma a facilitar o acesso aos recursos mínimos à fruição dos Direitos fundamentais clássicos.<sup>226</sup>

As raízes dos Direitos fundamentais encontram-se nos Direitos naturais positivados nos ordenamentos jurídicos do século XIX. Os Direitos fundamentais ganharam o respaldo de um conjunto de supremos Direitos individuais e, em um segundo momento, alcançaram os Direitos sociais, políticos e econômicos. Tal proliferação provocou a progressiva trivialização desses Direitos, fazendo-os perder sua força comunicacional, abalando sua relevância,

---

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> BASTOS, op. cit., p. 158.

caracterizada como amortecida e desacreditada; os Direitos fundamentais passaram a confundirem-se com “um conjunto de normas naturais-rationais”.<sup>227</sup>

Os Direitos fundamentais foram da mesma forma grandemente influenciados pelas liberdades garantidas com a Revolução de 1848. Segundo COURI, a cisão de 1848 entre burgueses e proletários operaria no Liberalismo a necessidade de reafirmar-se por meio de outros valores que os forjados no Romantismo filosófico, mais ligado ao realismo, ao auto-interesse, ao individualismo, aos meios e modos e relações de produção que compunham a base econômica da sociedade liberal.<sup>228</sup>

A Revolução de 1848 garantiu *status* constitucional às liberdades pessoal, de imprensa, de palavra, de associação, de reunião, de educação, de religião, e outras; contudo, nas palavras de MARX, apesar de cada uma dessas liberdades ser proclamada como Direito absoluto do cidadão francês, estavam acompanhadas “da restrição à margem, no sentido de que é ilimitada desde que não esteja limitada pelos ‘Direitos iguais dos outros e pela segurança pública’ ou por ‘leis’ destinadas a restabelecer precisamente essa harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública”.<sup>229</sup>

No que diz respeito aos Direitos econômicos, VAZ considera que os princípios jurídicos informadores da dogmática do Liberalismo econômico continuaram a afirmar-se para além do século XX, pois “a liberdade individual e a propriedade, entendidas numa dimensão estritamente individual e absoluta, mantiveram os esteios da ordem econômica indiferentes aos desvios e contradições manifestas da ordem liberal”.<sup>230</sup>

---

<sup>227</sup> FERRAZ JR., op. cit., p. 171.

<sup>228</sup> COURI, op. cit., p. 13.

<sup>229</sup> MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**, p. 30. O autor refere-se ao Capítulo 2, parágrafo 8, da Constituição Francesa. Mais tarde Marx opina sobre as garantias da Constituição de 1848: “no dia 2 de dezembro de 1851 não foi derrubada por uma cabeça, mas caiu por terra ao contato de um simples chapéu; esse chapéu, evidentemente, era um tricórnio napoleônico”.

<sup>230</sup> VAZ, Op. cit., p. 27.

O igualitarismo, conforme alerta BOBBIO, prescinde a definição sobre de que igualdade se está falando e em que medida ela deve ser aplicada.<sup>231</sup> O fundamento da igualdade é o referencial para o estabelecimento de uma proposta objetiva.

A natureza comum dos homens, a avaliação de que todos os homens são, como *genus* (homem como ser genérico), mais iguais do que desiguais, constitui um pressuposto naturalista abandonado pela doutrina igualitária do marxismo. Segundo BOBBIO:

a proposição normativa *a igualdade é um bem digno de ser perseguido* não deriva subrepticiamente, nesse caso, do juízo de fato *os homens nasceram ou são por natureza iguais*, mas do juízo de valor *a desigualdade é um mal*, ou seja, bem entendido, aquela desigualdade que se pode observar na história concreta dos homens, que é a história de sociedades divididas em classes antagônicas e, por isso, profundamente desiguais.

No primeiro capítulo, observou-se que, na construção teórica de HOBBS, os homens são, de fato, iguais em um “estado de natureza”, mas devem renunciar a igualdade natural e acordarem a constituição de um ordenamento instituidor do dever de mando e do Direito de obedecer a fim de alcançarem a paz social.

Os teóricos do socialismo científico acreditam que os homens até agora foram desiguais, mas devem ser iguais. A igualdade socialista prega uma igualdade material, definida de forma idealizada na igualdade de todos perante os bens disponíveis. Contudo, em um sistema jurídico comprometido com os ideais liberais que consideram as desigualdades como social e politicamente úteis ao progresso da sociedade<sup>232</sup>, o máximo de igualitarismo que pode ser alcançado encontra eco nos Direitos fundamentais.

---

<sup>231</sup> BOBBIO, op.cit., p. 35.

<sup>232</sup> Cf. Bobbio, op. cit., p.40. O autor continua o parágrafo mencionando que “já que as sociedades até hoje existentes são de fato sociedades de desiguais, as doutrinas não igualitárias representam habitualmente a tendência a conservar o estado de coisas existente: são doutrinas conservadoras”.

As teorias de Direitos fundamentais podem ser utilizadas como parâmetro para o método aplicável na análise das normas do tratado da integração econômica do Cone Sul.<sup>233</sup> As teorias são tomadas de acordo com os diversos Estados de Direito e estão classificadas segundo SOARES em : a) teoria liberal do Estado de Direito burguês de Direitos fundamentais; b) teoria institucional dos Direitos fundamentais (que se desdobra em teoria institucional funcionalista ou teoria multifuncional dos Direitos fundamentais); c) teoria axiológica dos Direitos fundamentais; d) teoria democrático-funcional dos Direitos fundamentais; e) teoria do Estado social de Direitos fundamentais.<sup>234</sup>

A teoria liberal do Estado de Direito burguês vislumbra, nos Direitos fundamentais os Direitos de liberdade do indivíduo perante o Estado, essencialmente Direitos de autonomia e defesa perante o Estado.

A teoria institucional advém do desdobramento do duplo caráter dos Direitos fundamentais: individual e institucional. Pela teoria institucional foi revelada, segundo SOARES, a dimensão objetiva institucional dos Direitos fundamentais que busca o quadro (instituição) definidor e ordenador do sentido, do conteúdo e das condições de exercício de Direitos fundamentais.<sup>235</sup>

A teoria institucional pode ser funcionalista quando apoiada em LUHMANN, resultante da projeção da teoria dos sistemas e seu método funcionalista-estrutural no estudo dos Direitos fundamentais.<sup>236</sup>

---

<sup>233</sup> No mesmo sentido de Quintão Soares que propõe “teorias de Direitos fundamentais como parâmetro para a metódica aplicável às normas comunitárias” na obra *Direitos Fundamentais e Direito Comunitário*, p. 155 e ss.

<sup>234</sup> SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Direitos fundamentais e Direito comunitário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. p. 155 e ss.

<sup>235</sup> SOARES, op. cit., p. 157. Ainda citando Vieira de Andrade: “os Direitos fundamentais existem no âmbito de uma instituição, condicionados pela idéia ordenadora desta mesma instituição e adquirindo dimensão funcional na medida em que aos titulares de Direito cabe o dever de participar dessa idéia”.

<sup>236</sup> Para LUHMANN, *apud* SOARES, op. cit., p. 158. : “os Direitos fundamentais devem ser compreendidos como instituições, isto é, subsistemas direcionados a cumprir determinadas funções na sociedade e no desenvolvimento da atividade estatal. Por sua vez, o sistema jurídico possui uma racionalidade própria, à margem da vontade dos indivíduos que o integram”.

Já a segunda vertente da teoria institucional, denominada teoria multifuncional dos Direitos fundamentais, “assente no caráter institucional dos Direitos fundamentais, vincula-os à realização dos fins prefixados na norma constitucional e, concomitantemente, afirma a dimensão aberta e plural dos fins e funções constitucionais”.<sup>237</sup>

A teoria axiológica é também denominada teoria da ordem de valores e está associada à teoria de integração de SMEND<sup>238</sup>, cujo objetivo é procurar um sistema de garantias sem lacunas a partir da objetivação dos Direitos fundamentais. Segundo SOARES “a função integradora dos Direitos fundamentais traduz-se na sistematização do conteúdo axiológico-objetivo do ordenamento democrático, ao qual a maioria dos cidadãos presta seu consentimento”.<sup>239</sup>

Nesse sentido, de forma semelhante ao Estado que está em permanente processo de integração de uma comunidade de valores, de culturas e vivências, os Direitos fundamentais se manifestam-se como valores constitutivos determinantes do processo, sendo elementos e meios de criação do Estado.<sup>240</sup>

Observa SOARES que a teoria axiológica é repudiada pelos doutrinadores porque é conducente com uma ordem ou hierarquia de valores subjetiva, sem qualquer respaldo em critérios ou medidas de relevância objetiva. Ainda consideram que a teoria axiológica

---

<sup>237</sup> SOARES, op. cit., p. 159-160. Ainda “a teoria multifuncional, enquanto teoria de interpretação de Direitos fundamentais construída, tem de se compatibilizar às condições nas quais deve ser aplicada, i.e. , mediante processo de ponderação de bens, otimizando a eficácia destes Direitos e adequando-se à sua plena aplicação”. O autor mineiro faz a ressalva de que a ponderação de bens “conduz a uma perigosa relativização dos Direitos fundamentais, além de não oferecer clareza e segurança no caso de conflito de bens constitucionais”. Posição defesa por CANOTILHO.

<sup>238</sup> Cf. SOARES, op. cit., p. 160: “A concepção do sistema dos Direitos fundamentais como ordem objetiva de valores dotada de uma unidade material foi desenvolvida, primordialmente, por SMEND, através de sua teoria de integração, ao analisar a Constituição de Weimar”.

<sup>239</sup> Idem.

<sup>240</sup> SOARES, op. cit., p. 160. O autor tece mais considerações sobre o assunto: “Os Direitos fundamentais fixam valores básicos da comunidade, normatizam sistema de valores ou de bens e sistema cultural, sendo que, através deles, os indivíduos alcançam *status material* e se integram (devem integrar-se) objetivamente como um povo, e um povo de idiosincrasia nacional. Logo, os Direitos fundamentais são concebidos como ordem de valores objetiva, dotada de unidade material e na qual se insere o sistema de pretensões subjetivas”. Continua em nota de rodapé p. 161.: “Recebem seu conteúdo objetivo como emanção do fundamento axiológico da comunidade estatal e como expressão de uma decisão axiológica que esta comunidade adota para si mesma”.



pretende transformar os Direitos fundamentais em um sistema hermético, separado do restante da constituição.<sup>241</sup>

A teoria democrático-funcional está alicerçada na função pública e política dos Direitos fundamentais, na qual a preferência é dos Direitos fundamentais com referências democráticas. Para essa teoria, o objeto, a função pública e democrático-constitutiva legitimam e determinam o conteúdo dos Direitos fundamentais.<sup>242</sup>

A teoria do Estado social, por sua vez, não fixa a compreensão dos Direitos fundamentais da liberdade, “daí poder vincular-se tanto à teoria liberal dos Direitos fundamentais quanto à teoria institucional ou à axiológica, desenvolvendo-as ou transformando-as em consonância com o Estado social”.<sup>243</sup>

SOARES acredita que a teoria do Estado social abrange o alcance desses Direitos:

A teoria dos Direitos sociais pretende superar o desdobramento entre as liberdades jurídica e real, considerando que a liberdade, mesmo tendo uma dimensão subjetiva, adquire uma dimensão social, isto é., os Direitos fundamentais, além do caráter delimitador-negativo, têm a função de facilitar pretensões de prestações sociais perante o Estado.<sup>244</sup>

ALEXY e DWORKIN ofereceram seus contributos à multifuncionalidade dos Direitos fundamentais; analisaremos suas propostas, buscando os Direitos fundamentais como a ligação entre igualitarismo e Liberalismo, visto que o Liberalismo relaciona-se com a igualdade na medida em que a admite somente em *algo*, ou seja, nas várias formas de liberdade: pessoal, civil e política.<sup>245</sup>

Ressalte-se que a igualdade plena efetiva-se nas teorias de MARX apenas em um novo Estado. A estrutura do Estado contemporâneo de raízes antiabsolutistas não corresponde ao princípio de igualdade. Nas palavras de MARX, na obra *A sagrada família*, em textos compilados por IANNI,

---

<sup>241</sup> Os doutrinadores são CANOTILHO e LUÑO, referidos por Quintão Soares, op. cit., p. 161.

<sup>242</sup> Quintão Soares, op. cit., p. 162.

<sup>243</sup> Ibid., p. 163.

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> BOBBIO, op. cit., p. 41.

O Estado anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, de *status* social, de cultura e de ocupação, ao declarar o nascimento, o *status* social, a cultura e a ocupação do Homem, como diferenças não-políticas, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a tais diferenças, como participante em base de igualdade da soberania popular, ao tratar a todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Não obstante o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação atuem a seu modo, ou seja, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e que façam valer a sua natureza especial. Bem longe de acabar com essas diferenças de fato, o Estado só existe sobre essas premissas, só se sente como Estado político e só faz valer a sua generalidade em oposição a esses seus elementos.<sup>246</sup>

Apesar do posicionamento incontestado de MARX, alguns juristas contemporâneos declarados verdadeiramente liberais pretendem promover o equilíbrio dos princípios da liberdade e da igualdade no sistema jurídico.

As teorias jurídicas de DWORKIN e de ALEXY provêm de raízes jurídicas distintas, respectivamente, anglo-saxônica e romano-germânica e ganham espaço na discussão jurídica contemporânea.<sup>247</sup>

DWORKIN define e defende uma teoria liberal do Direito, criticando uma posição que segundo ele, considera-se liberal que é a teoria jurídica dominante. Esta divide-se em duas partes: positivismo jurídico (plano da validade) e utilitarismo (dever ser).<sup>248</sup>

O positivismo jurídico sustentaria que a verdade das proposições legais consiste em fatos que fazem referência às regras que têm sido adotadas somente por instituições sociais específicas. O utilitarismo, por sua vez, sustenta que o Direito e suas instituições devem servir somente ao bem-estar geral. Ambas derivam da filosofia de Bentham.<sup>249</sup>

---

<sup>246</sup> IANNI, Octávio (Org.); FLORESTAN, Fernandes (Coord.). **Marx**. São Paulo: Ática, 1996. p. 186.

<sup>247</sup> Segundo SOARES, p. 146: “Dentre os juristas que fixaram novos rumos para o Direito Constitucional estão Viehweg, Kriele, Esser, Müller, Häberle e Koch. Em termos de metódica, outros autores importantes vinculados à nova hermenêutica jurídica e a outras correntes questionadoras das soluções meramente positivistas desenvolveram instigantes metodologias pertinentes à compreensão, aplicação e justificação dos textos jurídicos, como Gadamer, Habermas, Alexy, Dworkin e Günther”.

<sup>248</sup> DWORKIN, Ronald. **Los derechos en serio**. Barcelona: Ariel, 1989. p. 5 (introdução).

<sup>249</sup> Idem.

A finalidade do estudo de DWORKIN foi atacar o positivismo, sobretudo no que se refere ao modo aberto de argumentação permitido pela aplicação do que ele viria a definir como princípio.<sup>250</sup>

A esfera política relaciona-se com o jurídica na constituição de princípios jurídicos com base na teoria jusfilosófica de DWORKIN, o qual delimita, nos princípios do Liberalismo individualista, uma teoria geral do Direito que não exclua nem a racionalização moral nem a racionalização filosófica. DWORKIN considera que uma teoria geral do Direito não deve separar a ciência descritiva do Direito da política jurídica.

DWORKIN contrapõe o positivismo através de uma distinção lógica entre normas, regras e princípios. Pretende demonstrar que a visão de Direito que afirma que os princípios reduzem-se a normas advém de uma defesa unilateral. Considera que, juntamente com as normas, existem princípios e regras políticas que não se identificam por sua origem e sim através de seu conteúdo e força argumentativa.

As regras referem-se a objetivos sociais que se devem alcançar e que são considerados socialmente benéficos. DWORKIN preocupa-se em manter distância com a filosofia utilitarista liberal, desenvolvendo um Liberalismo igualitário. O enfoque utilitarista que considera o desenvolvimento econômico como um valor em si decorre da política do *New Deal*, cujo objetivo era o de desempenhar um papel útil a fim de alcançar a completa distribuição igualitária dos recursos que exige o Liberalismo.

Assim sendo, para DWORKIN, se posteriormente o desenvolvimento econômico parece prejudicar a concepção liberal da igualdade, então o liberal passa a ser livre para abrir mão do crescimento como estratégia. A obra *“Los derechos en serio”* surge no momento em que o Liberalismo deixou de ser orientação eficaz do equilíbrio entre os direitos individuais e o bem-estar social.

---

<sup>250</sup> Cf. ÁVILA, op. cit., p. 8.

DWORKIN acredita que os conceitos jurídicos fundamentais, incluindo a idéia mesma de Direito, são conceitos contestados e interpretativos. Para tanto, qualquer teoria do Direito competente para o autor deve ser um exercício de teoria moral e política normativa.

Para DWORKIN, as regras são aplicadas do modo “tudo ou nada”, no sentido de que se a hipótese de incidência de uma regra é preenchida, ou a regra válida e a consequência normativa devem ser aceitas, ou ela é considerada inválida. No caso de colisão entre regras, uma delas deve ser considerada inválida. Os princípios, ao contrário, não determinam vinculativamente a decisão, mas somente contêm fundamentos, os quais devem ser conjugados com fundamentos diversos provenientes de outros princípios.<sup>251</sup>

Assim os princípios, ao contrário das regras, possuem uma dimensão de peso, demonstrável na hipótese de colisão entre os princípios, caso em que o princípio com peso relativo maior sobrepõe-se ao outro, sem que este perca sua validade.<sup>252</sup> Nesse sentido, a distinção elaborada por DWORKIN não consiste numa distinção de grau, mas numa diferenciação quanto à estrutura lógica, baseada em critérios classificatórios.<sup>253</sup>

A classificação de ALEXY não segue critérios classificatórios e sim comparativos. ALEXY partiu das considerações de DWORKIN para precisar o conceito de princípio. Para ALEXY os princípios jurídicos consistem apenas em uma espécie de norma jurídica por meio da qual são estabelecidos deveres de otimização aplicáveis em vários graus, segundo as possibilidades normativas e fáticas.<sup>254</sup>

Por meio da jurisprudência do Tribunal Constitucional Alemão, ALEXY demonstra a relação de tensão ocorrida no caso de colisão entre princípios. A solução não se resolve com a determinação imediata de uma prevalência de um princípio sobre o outro, mas é estabelecida

---

<sup>251</sup> DWORKIN, op. cit., p. 45.

<sup>252</sup> Idem. p. 26.

<sup>253</sup> ÁVILA, op. cit., p. 8

<sup>254</sup> ALEXY, p. 216-7.

em função da ponderação entre os princípios colidentes, em função da qual um deles, em determinadas circunstâncias concretas, recebe prevalência.<sup>255</sup>

Os princípios possuem apenas uma dimensão de peso e não determinam as conseqüências normativas de forma direta, ao contrário das regras.<sup>256</sup> Apenas a aplicação dos princípios diante dos casos concretos que irá concretiza-los mediante regras de colisão. Por isso a aplicação de um princípio deve ser vista sempre com uma cláusula de reserva definida como: “se no caso concreto um outro princípio não obtiver maior peso”.<sup>257</sup>

Os princípios distinguem-se das regras fundamentalmente porque, enquanto no conflito entre regras é preciso verificar se a regra está dentro ou fora de determinada ordem jurídica, o conflito entre princípios situa-se no interior desta mesma ordem.

Segundo ÁVILA, decorre daí a definição dos princípios como deveres de otimização, aplicáveis em vários graus segundo as possibilidades normativas e fáticas: normativas, porque a aplicação depende dos princípios e regras que a eles se contrapõem; fáticas, porque o conteúdo dos princípios como norma de conduta só pode ser determinado quando diante dos fatos.<sup>258</sup>

Para ÁVILA, a distinção entre princípios e regras segundo ALEXY não pode ser baseada no modo “tudo ou nada” de aplicação, proposto por DWORKIN, mas, ao contrário, deve resumir-se em dois fatores: diferença quanto à colisão (na medida em que os princípios colidentes apenas têm sua realização normativa limitada reciprocamente); e diferença quanto à obrigação estabelecida, já que as regras instituem obrigações absolutas, porquanto não-superáveis por normas contrapostas, enquanto os princípios instituem obrigações *prima-facie*,

---

<sup>255</sup> ALEXY, op. cit., p. 17.

<sup>256</sup> Ibid., p. 18.

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> ÁVILA, op. cit., p. 10.

na medida em que podem ser superados ou derogados em função dos outros princípios colidentes.<sup>259</sup>

Uma teoria geral do Direito, segundo DWORKIN deve ser conceitual e normativa. Segundo FIGUEROA, DWORKIN defende um ultra-racionalismo moral que, quando incorporado ao Direito, pretende que seja possível a existência de uma única resposta correta para os casos propostos e, por outro lado, seu conceito de Direito como integridade, por seu sentido interpretativo, reclama essencialmente a ativa participação de um sujeito.<sup>260</sup>

A importância dos princípios no ordenamento jurídico e o fato de serem utilizados nas motivações de decisões judiciais de forma deliberada, com vistas em uma idéia geral de Direito, trouxe a lume uma grande preocupação doutrinária em teorizar o seu uso por meio de critérios objetivos que melhor fundamentem sua interpretação e aplicação.

---

<sup>259</sup> ÁVILA, op. cit., p. 10.

<sup>260</sup> FIGUEROA, op. cit., p. 240-241.

### CAPÍTULO III – OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

*“À medida que se aproximava o milênio, tornava-se cada vez mais evidente que a tarefa central da época não era regozijar-se sobre o cadáver do comunismo soviético, mas pensar, uma vez mais, nos defeitos inatos do capitalismo”.*  
(Hobsbawm, *A era dos extremos*, p. 552)

A integração entre os países do Cone Sul encontra na integração da América Latina a justificativa da eleição de um modelo de integração regional de cunho eminentemente liberal comercialista.

O caráter econômico-comercial da integração tem como fim último o desenvolvimento. O modelo de integração do MERCOSUL passa a ser questionado em função de um integral e efetivo desenvolvimento regional. A análise dos objetivos explícitos manifestos nos preâmbulos conduz aos princípios políticos ideológicos tornados princípios jurídicos na sua positivação e consciencialização.

As integrações econômicas foram formadas sob os parâmetros das teorias liberais de integração, com objetivo estrito de abertura comercial, visando ao livre-mercado. Atualmente a solidariedade é o norte eleito por alguns integracionistas<sup>261</sup> para reconfigurar o dever ser da integração do Cone Sul, buscando valorizar os anseios dos setores sociais por meio de um desenvolvimento, cujos fins são definidos pelo exercício da democracia.

---

<sup>261</sup> Dentre os integracionistas estão Iris Laredo e Noemí Mellado.

### 3.1 A integração econômica e os princípios jurídicos da ALALC e ALADI

As integrações econômicas entre países surgiram nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial (1939-1946).<sup>262</sup> Todavia as integrações econômicas desenvolveram-se com características jurídicas peculiares. CARBALLO e BALIERO analisam os processos de integração econômica sempre em dupla perspectiva: a dos países desenvolvidos e a dos países subdesenvolvidos.

A Europa, berço do capitalismo, degladiou-se em busca de territórios na Era Imperial e o resultado foi a Primeira Guerra Mundial. A fome de poder impulsionou os países capitalistas a abarcarem zonas de influência, e a guerra foi um dos meios encontrados para se alcançar o intento.

Sob o enfoque das relações internacionais, pode-se afirmar que a integração econômica dos países europeus relaciona-se diretamente com uma nova configuração de poder decorrente da Segunda Guerra Mundial. A quase destruição dos principais países europeus uniu-os pela primeira vez por meio da Organização Européia de Cooperação Econômica – OECE, criada em 16 de abril de 1948, com a função de administrar a ajuda recebida pelos Estados Unidos denominada de Plano Marshall.

A integração econômica da região Latino-Americana foi impulsionada por um modelo de desenvolvimento industrial com objetivo de evitar a grande dependência dos países industrialmente desenvolvidos.

---

<sup>262</sup> CARBALLO, Roberto L.; BALIERO, Washington S. *Realidad y perspectivas de los procesos de integración económica*. Montevideu: Amalio M. Fernandez, 1973. p. 15. Acrescem os autores que muitos são os antecedentes mediatos e imediatos da integração vislumbrados nas associações econômicas entre países e regiões em distintas épocas, com a ressalva de que muitas delas eram resultados de expansões militares ou de sujeições políticas a estados mais fortes.



As propostas governamentais de desenvolvimento econômico surgiram dos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL na década de 1950. A integração adquiriu impulso com o surgimento da Organização das Nações Unidas por meio da instauração de um espaço institucional que buscou a cooperação internacional na integração econômica entre os países. A criação da CEPAL, no formato de Comissão Econômica da ONU para a América Latina, subagência do Conselho Econômico e Social da ONU, ampliou os horizontes comerciais numa proposta segundo a qual a integração regional começaria pela construção de uniões aduaneiras que se uniriam ampliando o mercado interno e provocando a industrialização.<sup>263</sup>

O projeto foi iniciado, todavia, com a organização de um conselho que passou a ser comissão, subsidiário ao Conselho Econômico e Social da ONU em 1958, criando um Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino Americano. A CEPAL tornou-se órgão das Nações Unidas para a região e converteu-se no organismo inspirador da integração Latino-Americana.<sup>264</sup>

O processo de crescimento econômico deveria ser norteado pelas forças do mercado, e a ampliação e o funcionamento eficiente do mercado exigiam várias reformas na sociedade. Os estudos da CEPAL indicavam o Estado como o protagonista do cenário de desenvolvimento.<sup>265</sup>

---

<sup>263</sup> OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. **MERCOSUL e política**. São Paulo: LTr, 2001. p. 51. Na mesma página segue o autor: “Em vez de ampliar a penetração externa na economia regional, tal estratégia geraria o desenvolvimento de um empresariado autóctone, considerado como um agente chave no desdobramento do progresso e mesmo um contrapeso à influência norte-americana”.

<sup>264</sup> GINESTA, Jacques. **El MERCOSUR y su contexto regional e internacional**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999. p.49.

<sup>265</sup> Idem. O autor menciona no mesmo parágrafo um estudo da CEPAL de Gurrieri que aponta as características do Estado desenvolvimentista: aparato estatal unido e coerente; autonomia política para elaborar uma concepção de conjunto da sociedade nacional; poder político para impor seus critérios; capacidade técnico-administrativa e de gestão e razoável capacidade para influir sobre as relações econômicas com o exterior de acordo com suas necessidades.

O essencial da idéia de desenvolvimento econômico proposta pela CEPAL consiste em que, somente por meio da industrialização os países periféricos poderiam melhorar substancialmente sua participação na economia mundial, limitada até então pela produção de matérias-primas agropecuárias e extrativas com pequena ou nenhuma elaboração.

A primeira etapa do processo de industrialização proposto seria um processo de substituição de importações, iniciado desde a Depressão de 1929. Inspirada no processo de integração europeu, a CEPAL alentou um projeto de desenvolvimento regional consistente em abrir os mercados nacionais a uma grande zona de livre comércio, protegida por elevadas taxas.

As barreiras tarifárias seriam eliminadas entre os países integrados ao comércio regional, que substituiriam a produção nacional ineficiente por produção regional e desvio de comércio mediante a substituição de produção extra-regional por produção regional.

Mais tarde diversos estudos como o de FURTADO comprovaram que o desenvolvimento econômico sempre houvera sido um mito.<sup>266</sup> Entretanto o desejo de desenvolvimento econômico e os meios para alcançá-lo são impulsionados por uma ideologia que se manifesta através de decisões políticas. A integração é resultado de uma decisão política.<sup>267</sup>

Assim surge a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, que possui raiz em uma resolução da CEPAL de 1948, enunciativa da possibilidade de instituir-se uma união aduaneira Latino-Americana.

---

<sup>266</sup> O estudo de Celso Furtado foi publicado sob o título *O mito do desenvolvimento econômico*.

<sup>267</sup> SCHAPOSNIK, Eduardo. **As teorias da integração e o Mercosul**. Florianópolis: UFSC, 1997. p. 39.

As uniões aduaneiras apareceram há bastante tempo nas relações internacionais e mereceram destaque na obra sobre *Introdução à história das relações internacionais* de RENOUVIN e DUROSELLE para quem “a estreita associação dos interesses econômicos de dois ou mais Estados, realizada nos quadros de uma União aduaneira, exige que as economias nacionais façam um esforço de adaptação, cujas condições necessárias raramente se reúnem” e seguem explicando seu posicionamento, afirmando que as uniões aduaneiras comportam uma série de medidas que atenuam as divergências políticas entre Estados, ademais dos interesses políticos prevalecerem sobre os econômicos.<sup>268</sup>

No dia 18 de fevereiro de 1960<sup>269</sup>, o intento econômico é formalizado em instrumento jurídico por meio do Tratado de Montevidéu que foi assinado por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai, aos quais posteriormente se uniram em ordem cronológica, Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia, com a finalidade de criar em doze anos uma zona de livre comércio entre os membros.<sup>270</sup>

Os fatores de origem do Tratado de Montevidéu são apontados por CHACON como

os acordos de Bretton Woods, firmados quase ao término da Segunda Guerra Mundial, em 1944 [...], ao pretenderem organizar a economia mundial, tinham-se concentrado nos interesses da Europa e da América do Norte, ignorando os da África (então colonizada em sua maior parte) e os da América Latina – naquela fase muito subdesenvolvida. Em segundo lugar, a Europa ocidental iniciara com êxito o seu processo integracionista, por intermédio do Tratado de Roma, em 1957.<sup>271</sup>

---

<sup>268</sup> RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 113-4. Os autores exemplificam os fracassos das uniões aduaneiras em decorrência de interesses políticos prevalecentes: França e Bélgica em 1842-43, entre Bulgária e Sérvia em 1904, entre Áustria e Alemanha em 1932 e também o projeto Liga aduaneira, proposto em setembro de 1847 por Pio IX a Carlos Alberto (o projeto haveria fracassado diante da oposição política do Duque Módena).

<sup>269</sup> Entrou em vigor em junho de 1961.

<sup>270</sup> CARBALLO e BALIERO. op. cit., p. 77.

<sup>271</sup> CHACON, Vamireh. **O MERCOSUL – a integração econômica da América Latina**. São Paulo: Scipione. p. 29-30.

O objetivo mais geral da ALALC, tal como estabelece o Preâmbulo<sup>272</sup>, consiste no desenvolvimento econômico dos países da área por meio da ampliação dos mercados nacionais, através da eliminação dos obstáculos ao comércio intraregional, assim como também do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e uma melhor escala de produção.<sup>273</sup>

Posteriormente a Declaração dos Presidentes da América assinada em 1967 conclamava a criação progressiva de um Mercado Comum no prazo de 15 anos a partir de 1970.

A ALALC encontrou dificuldades em formar uma zona de livre comércio devido à diversidade e à instabilidade das políticas econômicas dos países-membros, limitando-se desse modo a uma zona de preferências comerciais às empresas transnacionais e para as maiores empresas locais.<sup>274</sup>

---

<sup>272</sup> O preâmbulo do Tratado de Montevideu estabelece o seguinte:

“Os governos representados na Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina,

Persuadidos de que a ampliação das atuais dimensões dos mercados nacionais, através da eliminação gradual das barreiras ao comércio intraregional, constitui condição fundamental para que os países da América Latina possam acelerar seu processo de desenvolvimento econômico, de forma a assegurar um melhor nível de vida para seus povos;

Conscientes de que o desenvolvimento econômico deve ser alcançado mediante o melhor aproveitamento dos fatores de produção disponíveis e uma melhor coordenação dos planos de desenvolvimento dos diferentes setores de produção, dentro de normas que contemplem devidamente os interesses de todos e de cada um, e que compensem convincentemente, através de medidas adequadas, a situação especial dos países de menor desenvolvimento econômico relativo;

Convencidos de que o fortalecimento das economias nacionais contribuirá para o incremento do comércio dos países latino-americanos entre si e com o resto do mundo;

Seguros de que mediante fórmulas adequadas poderão ser criadas condições propícias para que as atividades produtoras existentes se adaptem, gradualmente e sem perturbações, a novas modalidades de comércio recíproco, promovendo outros estímulos para sua melhoria e expansão;

Certos de que toda ação destinada à consecução de tais propósitos deve levar em conta os compromissos derivados dos instrumentos internacionais que regem seu comércio;

Decididos a perseverar em seus esforços tendentes ao estabelecimento, de forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano, e, assim, a continuar colaborando com o conjunto dos Governos da América Latina nos trabalhos já empreendidos com tal finalidade; e

Animados do propósito de unir seus esforços em favor de uma progressiva complementação e integração de suas economias com base numa efetiva reciprocidade de benefícios, decidem estabelecer uma zona de livre comércio e celebrar, com esse objetivo, um Tratado que institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio; e, para esse fim, designaram seus Plenipotenciários, os quais convieram no seguinte: [...].

<sup>273</sup> CHACON, op. cit., p. 78.

<sup>274</sup> CHACON, op. cit., p. 31-2.

Ainda um outro fator agregado ao fracasso da ALALC, segundo SCHAPOSNIK, foi a recessão econômica internacional e o estancamento interno culminado na dívida externa.<sup>275</sup>

Entretanto os princípios explícitos e implícitos de caráter político-ideológico contidos no preâmbulo do Tratado de Montevideu de 1960 indicam as circunstâncias que envolveram a configuração da ALALC.

Conforme anteriormente mencionado, a análise dos objetivos explícitos presentes nos preâmbulos conduz aos princípios políticos-ideológicos tornados princípios jurídicos na sua positivação e consciencialização.

Cabe ressaltar que o objetivo inicialmente referido no preâmbulo, qual seja o de acelerar o processo de desenvolvimento econômico, consagra o princípio liberal do livre comércio. O preceito está imbuído dos valores cepalinos prolatados por meio da máxima de que o processo de crescimento econômico deveria estar condicionado às forças do mercado.<sup>276</sup>

A menção à situação especial aos países de menor desenvolvimento econômico aduz a preocupação com o princípio da igualdade, ou seja, do tratamento desigual àqueles que assim se apresentam. A consideração do princípio da igualdade em um acordo econômico regional visa a um desenvolvimento conjunto. A história comum dos países-membros, bem como a difusão do princípio do livre comércio em âmbito mundial provocou em todos os países latino-americanos o desejo de alcançar o desenvolvimento econômico, para tanto houve a necessidade de recorrer-se à solidariedade.

O foco comercialista liberal revela-se na afirmação de que o fortalecimento das economias servirá para o incremento do comércio. Tencionam os países almejar a solidificação das suas economias com o objetivo de validar o Liberalismo econômico, por meio da aproximação comercial, consagrando o princípio econômico do livre-mercado.

---

<sup>275</sup> SCHAPOSNIK, op. cit., p. 38.

<sup>276</sup> GINESTA, op. cit., p. 49.

Os signatários manifestam que as fórmulas adequadas para propiciar a adaptação ao comércio internacional ainda não se encontravam no domínio intelectual dos governos, no entanto houve a preocupação da América Latina em “adaptar”-se aos ditames das grandes nações comercialistas. A inserção deu-se de forma subalterna, e a integração Latino-Americana confessa sua posição de observadora da política internacional das grandes nações econômicas.

Houve a manifestação implícita no preâmbulo de que a ALALC estava de pleno acordo com o artigo XXIV do GATT, norma de comércio internacional permissiva de acordos regionais, conquanto que busque como fim último a integração em caráter de liberalização comercial e não de protecionismo em bloco.

A menção a um acordo que teria como fim um mercado comum latino-americano consiste na influência da integração que ocorria simultaneamente na Europa.

Decidem, não obstante, estabelecer uma zona de livre comércio nos moldes da teoria liberal da integração econômica,<sup>277</sup> segundo a qual essa consiste no primeiro estágio da integração entre os países. Revela-se mais uma vez a preponderância dos princípios do Liberalismo econômico.

Surge então a Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, criada em 1980, quando o Tratado de Montevideu foi concluído, substituindo a ALALC. Assinaram o novo tratado: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Sem fixar prazos, previa o estabelecimento de um mercado comum latino-americano de “forma gradual e progressiva”.

---

<sup>277</sup> O integracionista liberal de grande influência às teorias da integração foi JACOB VINER. Proferiu conferências em vários países, dentre eles no Brasil a convite da Fundação Getúlio Vargas em julho e agosto de 1950. Cf. VINER, Jacob. *Comercio internacional y desarrollo economico*. Madri: Tecnos, 1966.

O preâmbulo<sup>278</sup> do Tratado de 1980 denota o “espírito” motivador dos países signatários.

As finalidades do acordo eram: preferência alfandegária regional; conclusão de acordos de alcance parcial; sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento relativo; listas de produtos beneficiados.

Na opinião de GINESTA, o único mecanismo coletivo (envolvendo todos os signatários) é a preferência alfandegária regional. Afirmo o autor que a ALADI apenas serviria de marco à vontade dos Estados de realizar acordos de alcance regional e de alcance parcial com fins comerciais, de promoção do comércio e de complementação econômica, homologando e protocolando os que se efetuam, dentro de seu marco jurídico, de acordo com as normas do GATT.<sup>279</sup>

---

<sup>278</sup> O preâmbulo do Tratado de Montevideu de 1980 versa o que segue:

“Os governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Chile, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai, da República do Peru, da República Oriental do Uruguai e da República da Venezuela.

Animados do propósito de fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre seus povos.

Persuadidos de que a integração econômica regional constitui um dos principais meios para que os países da América Latina possam acelerar seu processo de desenvolvimento econômico e social, de forma a assegurar um melhor nível de vida para seus povos.

Decididos a renovar o processo de integração latino-americano e a estabelecer objetivos e mecanismos compatíveis com a realidade da região.

Seguros de que a continuação desse processo requer o aproveitamento da experiência positiva, colhida na aplicação do Tratado de Montevideu de 18 de fevereiro de 1960.

Conscientes de que é necessário assegurar um tratamento especial para os países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Dispostos a impulsionar o desenvolvimento de vínculos de solidariedade e cooperação com outros países e áreas de integração da América Latina, com o propósito de promover um processo convergente que conduza ao estabelecimento de um mercado comum regional.

Convencidos da necessidade de contribuir para a obtenção de um novo esquema de cooperação horizontal entre países em desenvolvimento e suas áreas de integração, inspirado nos princípios do Direito internacional em matérias de desenvolvimento.

Considerando a decisão adotada pelas Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, que permite a celebração de acordos regionais ou gerais entre países em desenvolvimento, com a finalidade de reduzir ou eliminar mutuamente os entraves a seu comércio recíproco.

Convêm em subscrever o presente Tratado, o qual substituirá, de acordo com as disposições nele contidas, o Tratado que institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

<sup>279</sup> GINESTA, op. cit., p. 54. Explica o autor que “estas normas estabelecem que os países apenas poderão outorgar-se preferências ou vantagens não extensivas aos demais membros do GATT, se o fazem dentro de um sistema de integração regional; por isso a ALADI segue sendo importante para legitimar perante o GATT esse tipo de acordo[...]”.

Os princípios jurídicos de caráter político-ideológico da ALADI são também identificados no preâmbulo do tratado.

Em decorrência da não-obtenção dos propósitos da ALALC, os objetivos eminentemente comerciais concedem lugar à disposição em fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre seus povos.

A preocupação com as diferenças econômicas dos países-membros permaneceu, procurando assegurar o desenvolvimento conjunto, porém não houve a correspondência por parte de políticas efetivadoras da integração.

Ao final do preâmbulo, surge novamente a menção ao impulso dos vínculos de solidariedade e cooperação para que se efetue um futuro mercado comum regional.

O preâmbulo é concluído com a afirmação de que a integração está inspirada nos princípios do Direito Internacional em matéria de desenvolvimento. Na explicação de TOUSCOZ,

o ordenamento econômico mundial, na época moderna, foi de inspiração liberal, assentando na doutrina das vantagens comparativas, segundo a qual os bens e serviços, enquanto circulam e são comercializados livremente, tendem a ser produtos em condições ótimas de eficácia e a satisfazer ao menor custo as necessidades dos consumidores. Compatível com uma concepção não-intervencionista do papel do Estado, esta doutrina, na sua forma extrema, conduz à total liberdade de ação das empresas privadas e à liberdade de circulação através das fronteiras dos bens e serviços que as mesmas produzem, sem qualquer tipo de entrave.<sup>280</sup>

A observância dos elementos acima citados, contidos no preâmbulo do Tratado de Montevideu de 1980, indicam, pois, a relação do processo de integração Latino-Americana com os princípios comerciais neoliberais.

### 3.2 Objetivos e princípios do Mercado Comum do Sul: o Tratado de Assunção

---

<sup>280</sup> TOUSCOZ, Jean. **Direito Internacional**. Portugal: Publicações Europa-América, 1993. p. 225.



O objetivo de uma instituição consiste na sua meta, no fim que se quer atingir. Muitas pessoas, pertencentes aos mais diversos setores das sociedades dos quatro países que integram o MERCOSUL, bem como de seus sócios, inclinaram-se a depositar grandes esperanças no processo de integração.

Constituem fontes jurídicas do MERCOSUL o Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo de Brasília. O Protocolo de Ouro Preto, adicional ao Tratado de Assunção, que reestrutura as instituições do MERCOSUL, na razão direta da consciência dos avanços alcançados, reafirmando os princípios do tratado originário, nomina, em seu art. 41, as diversas fontes jurídicas do MERCOSUL, citando pela ordem: I - O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares; II - Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos; III - As Decisões do Conselho do Mercado Comum e as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção. Depreende-se explicitamente da técnica utilizada pelo legislador uma metodologia, na colocação sistemática dos termos, que infere uma hierarquia atinente aos atos, citados do maior ao menor.

Expressões como democracia, cultura, identidade, valores sociais, cidadania, referências populares comuns, foram cunhadas em uma série de documentos extra-institucionais relativos ao MERCOSUL.<sup>281</sup> Setores específicos da sociedade civil vislumbraram um MERCOSUL cultural que ultrapassasse os limites da economia.

Contudo o MERCOSUL encontrou dificuldades de abranger um campo maior do que aquele esperado pela sociedade civil. Os limites foram e são impostos por seus próprios objetivos, expostos no Tratado de Assunção.

---

<sup>281</sup> Como exemplo o Encontro de Fortaleza ocorrido nos dias 13 e 14 de dezembro de 1996, do qual resultou a publicação da obra *O MERCOSUL e a integração sul-americana: mais do que a economia*, publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão.

GINESTA aponta contradições no Tratado de Assunção. O autor afirma que o tratado apresenta um preâmbulo programático e discursivo, apontando para um paradigma democrático progressista ao mencionar o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida dos povos com justiça social. A contraposição estaria no texto do Tratado inscrito em um paradigma democrático-conservador por estabelecer condições mínimas e insuficientes de funcionamento.<sup>282</sup>

A análise dos objetivos explícitos presentes no preâmbulo do Tratado de Assunção e a relação desses com a ideologia política e econômica do neoliberalismo revelam a presença de princípios explícitos e implícitos no ordenamento jurídico regional. Segundo GINESTA,

[...] toda a análise sobre o MERCOSUL está baseada fundamentalmente no exame dos objetivos políticos-econômicos do Brasil – e em menor medida da Argentina, que não tem deixado de buscar políticas alternativas ao MERCOSUL. A esses objetivos políticos, em especial os brasileiros, por não haverem se estabelecido obviamente como tais no tratado de Assunção, visto que condicionam sua estrutura, os chamaremos objetivos implícitos do mesmo.<sup>283</sup>

Os objetivos político-econômicos implícitos da integração econômica do Cone Sul são indicados por GINESTA com a ressalva de que cada país persegue seus próprios objetivos com a adesão ao MERCOSUL e que as políticas do bloco são definidas fundamentalmente pelos dois países de maior economia do grupo: Brasil e Argentina.

Nessa seara, as intenções de ambos países foram configuradas no Preâmbulo do Tratado de Assunção, o qual está disposto em oito parágrafos impregnados de intenções valorativas sobre a integração. Veremos, a seguir, tais intenções.

O primeiro parágrafo trata do anseio pela aceleração do processo de desenvolvimento econômico. Segundo SCHAPOSNIK, “as motivações que existiram para a criação do Mercado Comum Europeu, de modo geral, podem ser aplicáveis ao nosso processo de

---

<sup>282</sup> GINESTA, op. cit., p. 38-9.

<sup>283</sup> Ibid., p. 92-3.

integração”.<sup>284</sup> Os programas de desenvolvimento econômico de cunho capitalista visam ao crescimento econômico nos países em vias de desenvolvimento.

Segundo SAMUELSON e NORDHAUS o mecanismo do progresso econômico obedece a quatro aspectos, independentemente do país ser pobre ou rico<sup>285</sup>. Os fatores de crescimento econômico, para eles, são: Recursos humanos (oferta de trabalhadores, educação, disciplina, motivação); recursos naturais (terra, minerais, combustíveis, clima); formação de capital (máquinas, fábricas, estradas) e tecnologia (ciência, tecnologia, gestão e iniciativa empresarial).

Não obstante, conforme afirma TOURAINE, “o desenvolvimento econômico não se reduz à racionalização autoritária e à acumulação de recursos; exige a participação da maioria na produção, no consumo e na administração da sociedade moderna”.<sup>286</sup>

Os Estados-Partes encontraram motivação à integração na ampliação dos mercados como forma de desenvolvimento econômico. O respaldo ao direcionamento mercadológico da integração no Cone Sul é pautado pelos princípios neoliberais elaborados na teoria de HAYEK.<sup>287</sup> Assim, se a ordem internacional direcionou-se à abertura do comércio, as nações devem inclinar-se pela mesma política.

---

<sup>284</sup> SCHAPOSNIK, op. cit., p. 157.

<sup>285</sup> SAMUELSON, Paul; NORDHAUS, William. **Economia**. Portugal: McGraw-Hill, 1993. p. 806.

<sup>286</sup> TOURAINE, Alain. **Como sair do Liberalismo?** Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999. p. 92. Mais adiante, p. 127 o autor indaga: “pode-se imaginar, por exemplo, que o desenvolvimento da América Latina não passe pela redução das desigualdades sociais, pela luta contra a corrupção e a violência, que gangrenam as administrações públicas e especialmente a polícia?”

<sup>287</sup> Segundo HAYEK, op. cit., p. 198: “A lição do passado recente, cuja importância vem aos poucos sendo reconhecida, mostra que muitas formas de planejamento econômico, aplicadas de modo independente em escala nacional, tenderão a ser prejudiciais em seu conjunto, mesmo de um ponto de vista puramente econômico, produzindo, além disso, sérios atritos internacionais. Em nossos dias não é necessário acentuar que haverá poucas esperanças de ordem internacional ou de uma paz duradoura enquanto cada país puder aplicar quaisquer medidas que julgue úteis ao seu interesse imediato, por mais nocivas que sejam para os outros. Muitas formas de planejamento econômico só são praticáveis, com efeito, quando a autoridade planejadora está em condições de afastar todas as influências externas. O resultado inevitável de tal planejamento é, em consequência, o acúmulo de restrições ao movimento de pessoas e mercadorias”.

Tanto a política passou a influenciar-se pela interdependência econômica que a terminologia consta nos conceitos de integração econômica. FARIA menciona que “a expressão *integração econômica* é recente, passando a ser empregada, em seu sentido atual, depois da Segunda Guerra Mundial, período caracterizado pela elevada interdependência econômica, pelo surgimento de novos pólos industriais e pela transnacionalização do capital”.<sup>288</sup>

No segundo parágrafo, o preâmbulo aduz sobre as formas de se alcançarem os objetivos e menciona explicitamente os princípios da gradualidade, flexibilidade e equilíbrio. Tais princípios explícitos do tratado são analisados por FARIA.

O significado dos princípios explícitos do Tratado de Assunção é sintetizado por FARIA, segundo o qual gradualidade, flexibilidade e equilíbrio significam:

- a) o estabelecimento do Mercado Comum do Sul se dará por etapas sucessivas, em escala crescente de intensidade;
- b) as disposições, os planos, os prazos e tudo o mais que disser respeito ao MERCOSUL não terão caráter rígido, mas sim ‘maleável’;
- c) os interesses em jogo, assim como as vantagens resultantes do MERCOSUL deverão ser proporcionalmente equivalentes para todos os países.

Os termos remetem à Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, firmada em Buenos Aires, em 29 de julho de 1986, a qual, segundo FARIA, pode ser considerada como o marco inicial da integração bilateral.<sup>289</sup> A Ata definia “princípios de elaboração e execução do programa” que o mesmo seria “gradual, em fases anuais de definição, negociação, execução e avaliação”, também que seria “flexível, de forma a se poder ajustar seu alcance, seu ritmo e seus objetivos”, e que seria “equilibrado, no sentido de que não deve induzir uma especialização das economias em setores específicos; que deve estipular a integração intra-

---

<sup>288</sup> FARIA, op. cit., p. xi.

<sup>289</sup> Outros doutrinadores da integração v.g. GINESTA ao elaborar uma cronologia do MERCOSUL, delimita como marco inicial a Declaração de Iguazu assinada pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, na qual expressavam sua vontade de acelerar o processo de integração bilateral.

setorial, que deve buscar um equilíbrio progressivo, quantitativo e qualitativo, do intercâmbio por grandes setores e por segmentos através da expansão do comércio”.<sup>290</sup>

O terceiro parágrafo do preâmbulo do Tratado de Assunção refere-se ao anseio de uma **adequada** inserção internacional dos países, considerando “a evolução dos acontecimentos internacionais”.

Os Estados-partes acordam a inevitabilidade de um novo arranjo internacional definido pelo comércio. A concepção de que é o comércio que aproxima os Estados no mundo pós-guerra forneceu as bases às políticas econômicas dos países em busca do desenvolvimento.

No mesmo sentido e corroborando com os motivos do terceiro, o quarto parágrafo menciona que o processo de integração é uma **resposta** aos acontecimentos internacionais.

A resposta do Cone Sul direciona-se na afirmação dos economistas KUNZLER e MACIEL: “a eficiência do governo em conseguir conduzir sua política econômica em consonância com o mercado internacional pode determinar seu sucesso ou fracasso nos resultados das relações comerciais internacionais”.<sup>291</sup>

O quinto parágrafo do preâmbulo alude a um **novo** avanço para o desenvolvimento da integração da América Latina, em consonância com a ALADI.

Como foi asseverado anteriormente a ALADI substituiu a ALALC como proposta de integração. O MERCOSUL nesse sentido é uma nova proposta, contudo mantém-se no marco da ALADI pela sua importância precípua na consolidação de acordos de alcance parcial e regional em consonância com o GATT.

---

<sup>290</sup> *Apud.* FARIA, op. cit., p. 3.

<sup>291</sup> KUNZLER, Jacob Paulo e MACIEL, Carlos. **MERCOSUL e o mercado internacional**. Porto Alegre: Ortiz, 1994, p. 22.

O sexto parágrafo vislumbra, no desenvolvimento científico e tecnológico, uma **necessidade** para modernizar as economias dos Estados-Partes e menciona que a finalidade é melhorar as condições de vida de seus habitantes.

A América Latina, desejosa de desenvolvimento, rompeu com a divisão do trabalho internacional, que lhe conferia o *status* de agroexportadora na década de 1950 com as propostas da CEPAL. Todos os países passaram a acreditar que a tecnologia é um fator de crescimento em virtude da potencialidade de exportar produtos manufaturados. O investimento em ciência e tecnologia passou a ser uma necessidade.

No sétimo parágrafo encontra-se que a integração econômica consiste na base para uma união política, sempre em busca do desenvolvimento.

O parágrafo final do preâmbulo, sob o enfoque da análise marxista, é a maior prova de que a economia de caráter neoliberal influenciará a constituição de uma união política futura de premissas inequivocadamente neoliberais.

LAREDO menciona que, em uma instituição política liberal pautada sobre a ideologia do Liberalismo, há uma grande tendência pela valorização de princípios econômicos sobre os princípios políticos.<sup>292</sup>

O MERCOSUL representou, segundo LAFER, uma grande mudança com relação às tentativas anteriores de integração regional na América Latina. As diferenças substanciais encontram-se nas estruturas econômico-jurídicas da ALALC e da ALADI, pois que ambas fundamentavam-se:

[...] em negociação de produto por produto e obedeciam à lógica do processo de substituição de importações, então em curso na região. Vale a pena, no entanto, observar que a ALALC e a ALADI permitiram o acúmulo de experiências governamentais e empresariais em matéria de integração, desenvolveram mecanismos para pagamentos recíprocos e para a cooperação alfandegária, bem

---

<sup>292</sup> LAREDO, op. cit., p. 16 e ss.

como estabeleceram um macroquadro jurídico, que representa no seu todo um legado válido, que tem sido útil para a experiência do MERCOSUL.<sup>293</sup>

Ademais a integração econômica do MERCOSUL possui um modelo de integração<sup>294</sup> econômica específico. Segundo MELLADO, a integração adota um campo doutrinário que possui princípios, valores, fins e meios que indicam uma resposta no campo teórico:

por tal motivo, un modelo de integración no es acrítico, contiene siempre un proyecto político consecuente con los objetivos a alcanzar – que alientan el accionar de sus miembros y de las sociedades participantes – , en consecuencia resulta necesario conocer las razones que lo informan, para saber qué modelo de integración se maneja, cuáles son sus objetivos y mecanismos”<sup>295</sup>

Diversas são as alternativas para um modelo de integração segundo MELLADO:

el modelo no es único, ni tampoco eneralizable, puede ser liberal o dirigista; librado a la fuerzas del mercado o planificado; con interrelacionamiento económico competitivo o complementario; con funcionalidad institucional intergubernamental, comunitaria o mixta; hegemónico o solidario; entre iguales o desiguales; para adquirir un status real o posicionamiento comercial en el concierto internacional; de concentración o distribución de los costes y beneficios de la integración; de inclusión o exclusión social; de crecimiento o desarrollo.<sup>296</sup>

A análise da definição do modelo de integração utilizado no MERCOSUL precede a observância das intenções dos países ao almejarem uma integração econômica. Para tanto, cabe estabelecer como marco inicial da integração do Cone Sul a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, assinada em julho de 1986, “numa clara redefinição dos objetivos regionais da política externa do Brasil e da Argentina. A Ata instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica – PICE: “cujo objetivo era propiciar um espaço econômico comum, com a abertura seletiva dos respectivos mercados e o estímulo à complementação de setores específicos da economia dos dois países”.<sup>297</sup>

---

<sup>293</sup> LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional**: uma visão brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 91.

<sup>295</sup> Mellado, “El modelo del MERCOSUR”, p. 33

<sup>296</sup> Idem, p. 33-4.

<sup>297</sup> FÁRIA, op. cit., p. xvi-xvii.

Os princípios políticos neoliberais consagrados no Tratado de Assunção estão refletidos nas negociações do MERCOSUL concentradas hoje na consecução de tarefas essenciais à consolidação e aprofundamento da União Aduaneira, inseridas na denominada "Agenda de Relançamento". Essas tarefas foram encomendadas às instâncias negociadoras do MERCOSUL, mediante um conjunto de decisões do Conselho do Mercado Comum, aprovadas em junho de 2000, em Buenos Aires (Decisões CMC nº 22 a 28/00).<sup>298</sup>

As dificuldades econômicas conjunturais enfrentadas pelos países do MERCOSUL desde o início de 2001 levaram o Conselho, mediante a Decisão nº 7/01, aprovada na reunião de Assunção, em junho passado, a rever, dentro de um espírito de pragmatismo e flexibilidade, alguns dos prazos estabelecidos inicialmente. Segundo informações oficiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, essa decisão não altera o compromisso dos quatro sócios de prosseguir na consecução do objetivo de estabelecimento de um Mercado Comum na região, conforme assinalado no Tratado de Assunção e reafirmado no comunicado comemorativo dos dez anos do acordo, em junho passado, na capital paraguaia. Também permanece vigente a percepção de que a Tarifa Externa Comum, em que pese a exceção temporária concedida à Argentina mediante a Decisão CMC nº 1, constitui instrumento fundamental da União Aduaneira e que a Agenda do Relançamento mantém plena vigência, como programa de trabalho às negociações do Bloco.

---

<sup>298</sup> Cf. texto informativo sobre o MERCOSUL obtido no *site* oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br), acessado no dia 20 de novembro de 2001. Ainda, “durante a Presidência *Pro Tempore* Brasileira, no segundo semestre de 2000, realizaram-se intensas negociações com vistas ao cumprimento das tarefas encomendadas. Entre os resultados concretos alcançados, destaca-se a aprovação da Política Automotiva Comum, mediante a Decisão CMC nº 70/00”.



A relação dos temas que conformam a Agenda de Relançamento são os seguintes: a) Acesso a mercados<sup>299</sup>; b) Tarifa Externa Comum-TEC<sup>300</sup>; c) Defesa comercial e da concorrência<sup>301</sup>; d) Incentivos a investimento, produção e exportação<sup>302</sup>; e) Aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias<sup>303</sup>; f) Relacionamento externo<sup>304</sup> e g) Coordenação macroeconômica<sup>305</sup>.

O relançamento do MERCOSUL é marcado por uma enorme vontade dos Estados-partes de acompanhar os blocos desenvolvidos no comércio internacional. O relançamento é

---

<sup>299</sup> A Decisão CMC nº 22/00 estabeleceu prazos ao tratamento das restrições não-tarifárias no MERCOSUL. Para tanto, prevê a identificação de normas e medidas vigentes que dificultam o comércio intrazona; a proibição de adoção de medidas restritivas não-contempladas no art. 50 do Tratado de Montevidéu (saúde humana, animal e vegetal; defesa nacional; segurança pública; material nuclear; entre outros) e a definição de ações tendentes a eliminar as restrições identificadas.

<sup>300</sup> Autorizou-se a inclusão, até 31 dezembro de 2002, de cem itens da Nomenclatura Comum do MERCOSUL-NCM, em regime de exceção à TEC. Criou-se um Grupo de Alto Nível para examinar a consistência e dispersão da atual estrutura da TEC do MERCOSUL (Decisão CMC nº 5/01) e concluir as tarefas previstas nas Decisões CMC nºs 27/00 68/00, inclusive eventual revisão da TEC para bens de capital produzidos ou não na região e o tratamento do problema da dupla cobrança da TEC e da distribuição correlata da renda aduaneira.

<sup>301</sup> A Decisão CMC Nº 28/00 prevê, com vistas à melhor regulamentação do comércio intrazona, a elaboração de disciplina de investigação e aplicação de medidas antidumping e compensatórias no comércio entre os quatro, para sua posterior eliminação; a proposição de um regulamento comum sobre defesa contra *dumping* e subsídios aplicáveis a terceiros países; o aperfeiçoamento de disciplinas e mecanismos de defesa da concorrência. O prazo para a conclusão dessas tarefas é 31 de dezembro de 2002, conforme a Decisão CMC nº 7/01.

<sup>302</sup> A Decisão CMC nº 31/00 determina, para fins de harmonização das condições legais de competitividade no âmbito do espaço comunitário, a limitação de incentivos a investimento e produção e eliminação de incentivos à exportação. O prazo para a conclusão desse exercício é 10 de dezembro de 2002, conforme a Decisão CMC nº 07/01. Quanto aos regimes aduaneiros especiais de importação, os regimes unilaterais serão eliminados em 31/12/2005 segundo a Dec. CMC 69/00.

<sup>303</sup> A Decisão CMC nº 25/00 encomendou estudos com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias. Instituiu-se, para tanto, um Grupo de Alto Nível (Decisão CMC nº 65/00) que está trabalhando na elaboração de propostas de melhoria do sistema previsto no Protocolo de Brasília, inclusive a eventual criação de tribunal permanente. O prazo para a apresentação da proposta a respeito foi prorrogado para 31 de novembro de 2001, conforme a Decisão CMC Nº 7/01.

<sup>304</sup> A Decisão CMC nº 32/00 reafirmou, como parte da Agenda de Relançamento, o objetivo de convergência dos acordos comerciais firmados pelos Estados Partes com terceiros países ou blocos e determinou a proibição de firmar, unilateralmente, novos acordos a partir de junho de 2001. A Decisão também faz referência à retomada das negociações do MERCOSUL com a Comunidade Andina para a constituição de uma área de livre-comércio; o início de negociações do MERCOSUL com o México também com o objetivo de formação de uma área de livre-comércio está estabelecido na Decisão CMC nº 37/00.

<sup>305</sup> A Decisão CMC nº 30/00 fixa, como objetivos comuns na área macroeconômica entre os países do MERCOSUL e os Estados Associados (Chile e Bolívia), a elaboração de estatísticas harmonizadas baseadas em metodologia comum; a publicação regular de indicadores sobre aspectos fiscais; o estabelecimento de metas fiscais, de dívida pública e de preços acordados de maneira conjunta, assim como o processo de convergência correspondente. Antecipando o prazo previsto para a elaboração das metas macroeconômicas (março de 2001), os Presidentes aprovaram na Reunião de Cúpula de Florianópolis, em dezembro de 2001, os compromissos relativos às metas macroeconômicas e aos prazos para que sejam alcançadas.

marcado por um aprofundamento das questões econômicas que teoricamente constituem o sucesso comercial do bloco.

3.3. A relação filosófica, política e econômica do MERCOSUL com o pensamento liberal: possibilidade de uma nova configuração teórica de integração.

A integração econômica acordada pelos Estados latino-americanos nos Tratados de Montevideu e no Tratado de Assunção contém os princípios que marcam a integração, determinando-lhe uma finalidade, valorando condutas e indicando a lógica filosófica, política e econômica do sistema.

Em consonância com a ideologia liberal, o MERCOSUL foi concebido como uma integração de prerrogativa econômica clássica liberal. Tal concepção compreende a integração como uma consequência lógica da economia de mercado.

A relação jusfilosófica do MERCOSUL com o neoliberalismo é deduzida da observância de valores liberais positivados no ordenamento jurídico das integrações decorridas do pós-guerra e que foram desdobrados em princípios neoliberais desde a formação da ALALC até a recente integração do MERCOSUL, requerendo o estudo de uma teoria jurídica geral da integração econômica da região.

A estrutura econômica do MERCOSUL vincula-se com o pensamento liberal através da teoria clássica liberal. As raízes de tais concepções estão fincadas no século XVIII com os fundamentos das teorias mercantilistas, mencionadas anteriormente, que propunham a redução dos poderes de ingerência do governo na vida econômica a fim de deixar o indivíduo com a maior liberdade possível na realização de projetos econômicos e sociais. A intervenção estatal dar-se-ia apenas para proteger a vida e a propriedade, fazendo com que a economia ficasse livre das regras estatais.

Segundo CARBALLO e BALIERO, a relatividade do conceito de integração é inquestionável na medida em que há contextos socioeconômicos distintos entre os países, contudo as concepções sobre a integração são formuladas por especialistas “representantes das distintas correntes do pensamento econômico ou proveniente de campos políticos antagônicos”.<sup>306</sup>

Dessa forma a integração econômica pode ser explicada por três posições doutrinárias: análise marxista, análise estrutural voluntarista e análise clássica liberal. Segundo CARBALLO e BALIERO, a análise marxista possui como aspecto fundamental à crítica da integração como é concebida no mundo ocidental. O marxismo possui uma visão própria sobre os processos integrativos, considerando a integração como uma etapa lógica do modo de produção capitalista, perpetuador de um sistema de contradições e injustiças.<sup>307</sup>

CARBALLO e BALIERO valem-se da obra do russo A. FRUMKIN, “*Teorías contemporáneas de las relaciones económicas internacionales*”, para observarem a análise marxista da integração e citam FRUMKIN sobre os beneficiários da integração ocidental:

En las disquisiciones teóricas e históricas de los autores occidentales en torno de las ‘ventajas económicas’ de la integración se revela uno de los errores fundamentales de la Economía Política burguesa, la cual sólo se fija en el aspecto técnico-económico de los fenómenos, pasando por alto deliberadamente o tergiversando su aspecto social y de clase.<sup>308</sup>

Por sua vez, a análise estrutural voluntarista tem na integração econômica um processo segundo o qual as nações renunciam paulatinamente a condução de certos assuntos internos e internacionais, buscando a adoção de decisões conjuntas, transferindo decisões a um novo centro de autoridade.<sup>309</sup>

---

<sup>306</sup> CARBALLO e BALIERO, op. cit., p. 27.

<sup>307</sup> Cf. CARBALLO e BALIERO, op. cit., p. 20. Ainda sobre o mesmo assunto na p. 21.: “*El proceso de integración, al igual que la estructura económica que le da origen, es esencialmente contradictorio, puesto que si bien conduce a la agrupación económica de los países, al mismo tiempo provoca el resquebrajamiento de la asociación a causa de la lucha entre los estados de mayor poderío por el reparto del mundo, tendencia inherente al sistema*”.

<sup>308</sup> FRUMKIN, *apud* CARBALLO e BALIERO, op. cit., p. 21-2.

<sup>309</sup> CARBALLO e BALIERO, op. cit., p. 23.

Segundo os autores, este enfoque (estrutural voluntarista) se vincula com a concepção do Estado do *Welfare State*, comprometido com a segurança social, o pleno emprego, a planificação dos recursos humanos, técnicos e financeiros para o desenvolvimento nacional.<sup>310</sup>

O processo integrativo é considerado irreversível e benéfico para todos os países que decidam a ele se agregar, sejam eles desenvolvidos ou não. A integração é compreendida como um produto das mudanças econômicas, sociais e políticas que se produziram no século XX.<sup>311</sup>

A análise clássica liberal reflete os ideais do *laissez faire* apesar das grandes mudanças econômicas produzidas com o passar de mais de um século. Assim é entendida por conceber o processo integracionista como um ordenamento espontâneo da economia que busca melhorar “*básicamente los supuestos esenciales sobre los que sobre los que se desarrolla la economía de mercado*”.<sup>312</sup>

A doutrina clássica liberal foi sem dúvida a que realmente influenciou a estrutura econômica do MERCOSUL, justamente porque entende que a eficiência é o aspecto motivador dos Estados-partes que se unificam em nome de uma estrutura produtiva geradora de riquezas.<sup>313</sup>

As concepções de integração definidas pela corrente clássico liberal encontram matizes distintos de definições. Dentre os doutrinadores destacam-se Gunnar MYRDAL, Bela BALASSA<sup>314</sup> e García MARTÍNEZ.

---

<sup>310</sup> Idem.

<sup>311</sup> Caballo e Baliero, op. cit., p. 24.

<sup>312</sup> Carballo e Baliero, op. cit., p. 26.

<sup>313</sup> Carballo e Baliero, op. cit., p. 26-7.

<sup>314</sup> Bela Balassa tem grande respaldo frente aos integracionista e define a integração econômica como “um processo y como um estado de coisas. Considerada como processo, inclui várias medidas para abolir a discriminação entre unidades econômicas pertencentes a diversos estados nacionais; contemplada como um estado de coisas pode representar-se pela ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais”. Este trecho foi traduzido pela autora da dissertação.

O modelo de integração foi implantado através de um alinhamento incondicional à política neoliberal que prega o desenvolvimento a partir do mercado, todavia, as características históricas de ordem social e econômica não foram consideradas quando da articulação do Tratado norteador da integração do Cone Sul. Segundo SCHAPOSNIK:

a América Latina tem realidades próprias, muito diferentes daquelas do mundo desenvolvido. Não podemos analisar agora como chegamos a esta situação de atraso, depois de figurar entre os primeiros lugares. Estamos diante desta realidade e devemos assumir as condições de atraso estrutural em que nos encontramos. Porém, dentro da nossa sub-região há distintos graus de países e dentro de cada um deles existem desigualdades sociais que se aprofundam.<sup>315</sup>

A dificuldade no trato da matéria é delinear um limite rigoroso entre as distintas especulações filosóficas ou entre estas e as de cunho científico-positivo. No entanto, o problema filosófico do fundamento do Direito pode ser desenvolvido com abstração das cogitações sobre os fundamentos particulares e empíricos apreciados concretamente pela Política do Direito - à qual cabe resolver sobre a norma adequada ou conveniente, conforme variáveis exigências espaço-temporais.

A crítica filosófica busca alcançar as condições primeiras, sem as quais a realidade não teria significado ou validade. Segundo REALE, fazer crítica é descer à raiz condicionante do problema, para atingir o plano ou estrato do qual emana a explicação possível. Para o jurista dedicado à Filosofia do Direito,

Criticar é penetrar na essência de algo, nos seus antecedentes de existência (pressupostos ônticos) ou então nos seus precedentes lógicos de compreensão (pressupostos gnosiológicos). Tais pressupostos apresentam, pois, necessariamente, um caráter transcendental, no sentido de que se põem logicamente antes da experiência, sendo condição dela e não mero resultado de sua generalização.<sup>316</sup>

O método de conhecimento filosófico à reestruturação do ordenamento jurídico da integração econômica do Cone Sul deve ser o histórico-axiológico. O processo histórico-axiológico é aquele segundo o qual o conhecimento filosófico é sempre uma busca de

---

<sup>315</sup> SCHAPOSNIK, op. cit., p. 183.

<sup>316</sup> REALE, op. cit., p. 150 e ss.

pressupostos transcendentais, mas não apenas de pressupostos de ordem lógica; a busca de pressupostos de ordem lógica envolve sempre indagações de natureza ôntica e axiológica, à luz da experiência histórica.<sup>317</sup>

A ontologia e a gnosiologia são estudos correlatos, separáveis somente por abstração, de forma que há sempre a necessidade de recompor-se a síntese das duas pesquisas, pelo reconhecimento de que toda indagação gnosiológica implica uma ôntica e vice-versa, como partes integrantes da Ontognosiologia<sup>318</sup>.

REALE defende que os valores não possuem uma existência em si, ontológica, mas que se manifestam nas coisas valiosas. Os valores são revelados na experiência humana, através da História; não são uma realidade ideal que o homem contempla como se fosse um modelo definitivo ou que se apenas se realiza de maneira indireta. Os valores são para REALE, algo que o homem realiza em sua própria experiência e que vai assumindo expressões diversas e exemplares através do tempo.<sup>319</sup>

Segundo REALE, a metafísica condiciona as experiências valorativas, e a axiologia como tal não pode ir além da referência ao plano metafísico, onde não poderia substituir a distinção ontognosiológica entre *ser* e *dever ser*. O homem como o único ente, que somente pode *ser*, enquanto realiza seu *dever ser*, revelar-se-ia como “pessoa” ou unidade espiritual, sendo a fonte, a base de toda a Axiologia, pois *pessoa* não é senão o espírito na autoconsciência de seu pôr-se constitutivamente como valor.<sup>320</sup>

---

<sup>317</sup> Ibid., p. 156-157.

<sup>318</sup> Ontognosiologia Jurídica é o estudo crítico da realidade jurídica e de sua compreensão conceitual, na unidade integrante de seus elementos que são suscetíveis de serem vistos como valor, como norma e como fato, implicando perspectivas éticas, lógicas ou histórico-culturais.

<sup>319</sup> REALE, op. cit., p. 208.

<sup>320</sup> REALE, op. cit., p. 209.

A relação do pensamento neoliberal com a política integracionista dos países do Cone Sul influente no MERCOSUL alcança essencialmente as políticas do Brasil e Argentina. Merece especial atenção a história das idéias políticas que influenciaram ambos países.<sup>321</sup>

Os Estados Unidos detêm grande influência na integração Latino-Americana desde o início das idéias integracionistas de molde econômico. SCHAPOSNIK, mencionando um estudo de Íris LAREDO<sup>322</sup>, aponta para uma influência norte-americana em três etapas: a primeira refere-se ao final da Segunda Guerra em 1945, quando foi adotada uma posição geral na cidade de Chapultepec, no México, prevendo uma zona de livre comércio hemisférico; a segunda está adstrita ao período de 1953-1960, no qual a iminência de confronto com a União Soviética inclinou a política norte-americana para restringir a integração Latino-Americana sob a alegação da possibilidade de desvio do mercado internacional e protecionismo regional; a terceira etapa decorre da Revolução Cubana em 1956 e da necessidade de impossibilitar a expansão ideológica revolucionária, realizada através de políticas de desenvolvimento econômico e distribuição social, promovidas pelo então presidente John Kennedy. Surge também nessa época a Aliança para o Progresso e a ALALC.

A empreitada norte-americana, para suprimir da América todo e qualquer ato vinculado de forma clara ou presumida com ideologias socialistas ou comunistas, tinha como condão varrer da América Latina um mal: o comunismo. A política maniqueísta é manifesta nas palavras de KENNEDY<sup>323</sup>:

Mas Cuba não constitui um caso isolado. Ainda podemos mostrar a nossa preocupação pela liberdade e a nossa oposição ao *status quo* em nossas relações com outros ditadores latino-americanos que agora ou no futuro tentem suprimir as aspirações de seu povo. E podemos tomar as longamente adiadas medidas positivas que são indispensáveis para permitir que a onda

---

<sup>321</sup> Cf. GINESTA, op. cit., p. 93. Para o jurista uruguaio, os objetivos político-econômicos implícitos do MERCOSUL são definidos fundamentalmente pelos países de maior economia do grupo.

<sup>322</sup> SCHAPOSNIK, op. cit., p.54-55.

<sup>323</sup> KENNEDY, John F. **A estratégia da paz**. Trad. Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Difusão Pan americana do livro, 1961. p. 174.

revolucionária que varre a América Latina passe por canais relativamente pacíficos e seja contida dentro da grande tarefa construída à vista.

A integração não é um fim em si mesmo e sim um meio ou um instrumento para conseguir o desenvolvimento, assim sendo, segundo SCHAPOSNIK

a visão do novo modelo de integração que está se propugnando em círculos de intelectuais é a de se conseguir uma sociedade que aproprie seus sistemas econômicos, políticos e culturais, e também sociais, permitindo assim enfrentar novas realidades tais como se apresentam na atualidade. Se desde o ponto de vista cultural é necessário (...) suprimir ou atenuar os antagonismos que dividem os países, pôr fim às lutas que atual ou potencialmente nos afetam, por outro lado, todos são conscientes de que a integração não consiste somente em suprimir esses antagonismos, mas em desenvolver ativa e concretamente a solidariedade.<sup>324</sup>

Segundo MELLADO, reconhece-se como real a existência de uma pluralidade de estilos de desenvolvimento e, em conseqüência, de modelos de integração – apesar de viger a rigidez do modelo liberal, imperante na América Latina, como o único e viável para alcançar uma saída para a estrutura de atraso. Para MELLADO, a definição do modelo de integração deve ser produto de uma decisão de base social ampla, caso contrário se converte em um modelo de exclusão social e representa interesses setoriais. Nas palavras de MELLADO:

O modelo deve ser a expressão dos objetivos sociais para que se transforme em um núcleo de inclusão social.<sup>325</sup>

---

<sup>324</sup> SCHAPOSNIK, op. cit., p. 159.

<sup>325</sup> MELLADO, Noemí. *El modelo del MERCOSUR*. LAREDO, Íris (Org.). *Estado, mercado y sociedad en MERCOSUR*. Rosário: El Puente, 1998. p. 44 e ss.



Para LAREDO, a integração solidária contrapõe-se ao modelo de integração hegemônico. A diferença substancial está em que a integração solidária é dirigida em busca do desenvolvimento econômico e para o bem-estar social, enquanto que a integração hegemônica vigente aponta à promoção do comércio e ao crescimento dentro da ordem socioeconômica estabelecida. O primeiro modelo aponta para a modificação da ordem social estabelecida, enquanto o segundo, à consolidação do mesmo. No seu aspecto prático, a integração hegemônica tem como atores os governos e as grandes empresas, enquanto a integração solidária inclui todos os setores sociais a partir de uma participação plena e democrática, bem como de uma ação concertada comum.<sup>326</sup>

A democracia propugnada pela integração solidária pressupõe que o desenvolvimento almejado por uma região deve ser democratizado, toda a sociedade deve ter o Direito de auferir da circulação da riqueza na consideração de que, como afirma MELLADO, “a integração é um fenômeno multidimensional: político, econômico, social, educacional, cultural e jurídico”.<sup>327</sup>

Segundo TOURAINE, existe a necessidade de reversão do raciocínio habitual:

em vez de considerar a democracia como o acompanhamento político do desenvolvimento econômico, devemos nos perguntar em quais condições a economia de mercado conduz ao desenvolvimento e qual é o papel da democracia nessa passagem.<sup>328</sup>

Para TOURAINE o desenvolvimento, mais precisamente o desenvolvimento auto-sustentado<sup>329</sup> comporta três condições principais: abundância e boa escolha dos investimentos; difusão em toda sociedade dos produtos do crescimento e regulação política e administrativa das mudanças econômicas e sociais no plano nacional ou regional considerado.

---

<sup>326</sup> LAREDO, Íris. *Pautas para el diseño de un nuevo paradigma para la integración regional*. LAREDO, Íris. *Estado, mercado y sociedad en MERCOSUR*. Rosário: El Puente, 1997. p. 43-4.

<sup>327</sup> MELLADO, op. cit., p. 46.

<sup>328</sup> TOURAINE, Alain. *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996. p. 213.

<sup>329</sup> A opção pelo desenvolvimento auto-sustentado é explicado por TOURAINE, op. cit., p. 220: “os países cuja modernização é exógena estão submetidos a um agente exterior onipotente, Estado ou capitalismo estrangeiro, até mesmo ajuda internacional, que não permite a formação de um sistema político pluralista e se torna, mais cedo ou mais tarde, um obstáculo tanto à democracia, quanto ao desenvolvimento”.

Para ele, “em termos ainda mais concretos, a transformação da economia de mercado em desenvolvimento pressupõe um Estado capaz de análise e decisão, empresários e forças de redistribuição”.<sup>330</sup>

Os princípios jurídicos do Tratado de Assunção foram inseridos no ordenamento como um reflexo dos objetivos político-econômicos dos países. Os Direitos fundamentais sociais podem ser inseridos em um novo tratado assinado entre as partes com a finalidade do instrumento jurídico representar uma integração sólida que vise ao desenvolvimento da região.

O Tratado do MERCOSUL foi celebrado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Além do Tratado que estabeleceu a ALADI, outros o precederam e foram pontos de partida para a sua consolidação, tais como àqueles celebrados com a Argentina. Em Direito Internacional, diz-se que há sucessão de tratados ou sua cumulação quando os mesmos se sobrepõem, regulando a mesma matéria.

O princípio geral de Direito que estabelece que *lex posterior derogat priori*, aplicado no campo da eficácia temporal das normas, é a regra básica para reger os casos em que, pelo menos, exista identidade de partes signatárias. Esta regra geral pode ser excepcionada conforme o disposto no art. 30 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados e seus incisos que estabelece a possibilidade de inversão da regra geral nos casos ali mencionados.

O Tratado do MERCOSUL, com relação ao Tratado da ALADI é perfeitamente compatível por força de seu art. 9º que possibilita o estabelecimento de quaisquer acordos, entre os seus membros, que visem a aprofundar a integração entre os países que são participantes. O Tratado da ALADI ampliou o tratado da ALALC, dando uma liberdade maior aos signatários à consecução de seus objetivos. O mesmo pode ser feito com relação ao Tratado de Assunção – instituir-se um novo tratado primado em uma integração que equilibre

---

<sup>330</sup> Ibid., p. 213.

os princípios do Liberalismo político e econômico, buscando atingir o desenvolvimento por meio da democracia.

Observa-se que, no âmbito nacional, o Estado é o único garantidor do direito de todos os cidadãos, na manutenção de suas garantias liberais que são defesas em sede constitucional. O ordenamento regional tem a possibilidade de buscar o desenvolvimento econômico aos Estados-partes, minimizando a voracidade do capital na medida em que garante, em suas normas, os direitos fundamentais.

A inclusão de princípios de direitos fundamentais no preâmbulo do ordenamento jurídico da integração econômica do Cone Sul representa uma possibilidade de constituir a integração econômica solidária para a região.

Considerando que o desenvolvimento econômico capitalista de uma região abrange diversas áreas, a inclusão da sociedade nesse processo torna-se urgente na medida em que se admite que o real desenvolvimento da economia regional é alcançado somente no desenvolvimento conjunto dessas diversas áreas (educação, saúde, alimentação, moradia).

A mudança filosófica, política e econômica desse processo integracionista vigente perpassa pela construção de um novo senso comum ético, denominado por BOAVENTURA SANTOS de senso comum solidário.<sup>331</sup>

Segundo BOAVENTURA SANTOS, “o novo senso comum deverá ser construído a partir das representações mais inacabadas da modernidade ocidental: o princípio da comunidade, com suas dimensões (a solidariedade e a participação)”, sendo que solidariedade é a dimensão ética desse novo senso comum.<sup>332</sup>

A integração regional econômica é pautada na ética liberal, dominante da racionalidade moral-prática. Segundo BOAVENTURA SANTOS, trata-se de uma ética antropocêntrica e individualista decorrente de uma concepção estreita da realidade.

---

<sup>331</sup> BOAVENTURA SANTOS, de Sousa. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 111.

<sup>332</sup> Idem.

Para BOAVENTURA SANTOS, o senso comum solidário faz-se por meio do princípio da responsabilidade, o qual reside na preocupação ou cuidado que nos coloca no centro de tudo o que acontece e torna-nos responsáveis pelo outro, seja ele um ser humano ou um grupo social. A solidariedade faz-se em nome da responsabilidade pelo futuro.<sup>333</sup>

---

<sup>333</sup> Ibid., p. 112. BOAVENTURA afirma que “é difícil desenvolver uma argumentação em volta da nova ética e em sua defesa. Não só porque é contra-hegemônica, mas também porque se centra na solidariedade com o futuro”.

## CONCLUSÃO

A transformação social ocasionada pela substituição do modo de produção feudal foi imensa. O surgimento do capitalismo levou a sociedade ocidental a identificar-se com a ideologia liberal de duplo caráter: Liberalismo político e econômico.

O Liberalismo político caracteriza-se pela defesa dos Direitos individuais e o econômico pelo livre-mercado. A história demonstra, contudo, que o Liberalismo político e o econômico não convivem em perfeito equilíbrio e que na maior parte das vezes o econômico se sobrepôs ao político.

O impasse de interesses sociais é decidido pelo peso dos princípios que a ideologia liberal carrega. Os pressupostos fundamentais do Liberalismo econômico de cunho capitalista variaram ao longo da história com o objetivo de perpetuar e fazer sobreviver o modo de produção capitalista.

No Liberalismo econômico clássico, pregava-se a liberdade total de comércio e a retirada do Estado do processo. Mais tarde, após a grande crise de 1929, buscou-se novamente a intervenção estatal sob a alegação de que o desenvolvimento apenas seria alcançado por meio de políticas sociais redistributivas.

Na década de 70 o capitalismo pauta-se pela eficiência e prescreve uma nova fase, na qual se questiona a participação do Estado direcionador de políticas que restringem o interesse pessoal. O neoliberalismo resgata o princípio do interesse pessoal que não pode ser tolhido pelo Estado e os valores individualistas passam a constituir uma bandeira.

O individualismo capitalista leva a busca do lucro a uma instância política na qual se desconsideram os Direitos sociais. Ocorre que os Direitos individuais também abarcam os

Direitos de ordem social, ou seja, o Direito à moradia, alimentação, saúde, educação, que representam a difusão em toda sociedade dos produtos do crescimento econômico de um país.

A busca do equilíbrio entre Liberalismo político e econômico é resgatada nesta pesquisa com a finalidade de que os Direitos fundamentais do indivíduo sejam uma meta a ser alcançada pelas políticas capitalistas.

O marxismo é a teoria que serve para se compreender a necessidade do resguardo de Direitos fundamentais pelo Estado, pois assinala que o homem possui uma essência social, que faz com que não baste a si próprio e apenas consiga se transformar em homem total em uma nova sociedade.

O Estado é o único agente capaz de assegurar as possibilidades realmente iguais para realização dos Direitos referentes às liberdades do indivíduo, possibilitando a cada qual satisfazer suas necessidades, conforme sua capacidade, usufruindo as conquistas da sociedade. Ao Direito cabe ser matriz dos Direitos fundamentais e do Direito de participação, proporcionando a transformação das condições sociais viabilizadoras da plena realização dos Direitos.

O Liberalismo é a ideologia refletida no motor do progresso econômico do livre jogo das forças de mercado. Nesse processo o Estado limita-se a assinalar as bases para o livre comércio, reduzindo sua participação na economia a um mínimo. A correspondência desse pressuposto com a integração regional do Cone Sul revela-se no desinteresse dos Estados enquanto instituição regional no atendimento às necessidades da coletividade.

O individualismo gerado pela nova fase capitalista somente pode ser contraposto por meio da constituição de um novo senso comum ético: a solidariedade, a qual reside na preocupação ou cuidado que nos torna responsáveis pelo outro, seja um ser humano ou um grupo social. O homem é tornado centro dos acontecimentos políticos, pautando suas regras.

Concebendo o Direito como um referencial da ideologia liberal, esta foi eleita como o ponto de partida para alcançar algum equilíbrio entre os princípios da liberdade e da igualdade. Assim, o Liberalismo político pode servir à sustentação dos valores de solidariedade e consiste na única possibilidade de amenizar, por meio da estrutura do próprio sistema, as desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista.

O princípio de igualdade pode ser equilibrado com o princípio de liberdade, preponderante no sistema capitalista de índole liberal econômica, através da própria ideologia do Liberalismo.

A maior aproximação da proposta de equilíbrio entre os princípios da liberdade e igualdade, no próprio sistema capitalista liberal, é concebida no resguardo de Direitos fundamentais. A igualdade material é observada pelo Liberalismo como a garantia desses Direitos em lei fundamental, daí a utilização da teoria dos Direitos fundamentais para promover um mínimo equilíbrio de forças nos princípios jurídicos da integração econômica do MERCOSUL.

Verificou-se que o neoliberalismo é a ideologia do MERCOSUL manifesta implicitamente nas normas do tratado fundador, especificamente no preâmbulo do Tratado de Assunção. A inserção explícita de Direitos fundamentais no preâmbulo do tratado do MERCOSUL teria a função de princípio no ordenamento, concedendo norte ao tratado e conseqüentemente conduzindo interpretações, motivando decisões e delineando novas políticas.

Assim, propõe-se a assinatura de um novo tratado no MERCOSUL que deverá cunhar os princípios jurídicos da igualdade e da democracia social de caráter participativo. São esses os pressupostos ao alcance de um efetivo desenvolvimento regional que avalie, além de crescimento econômico, um bem-estar social menos utilitarista e mais igualitarista.

O Direito Internacional Público reconhece a instituição da sucessão de tratados internacionais no momento em que ocorre a assinatura de um novo tratado internacional que regula a mesma matéria do anterior. Dessa forma passa a vigor o segundo acordo firmado.

Apenas um novo tratado do MERCOSUL resguardaria efetivamente os interesses sociais. As regras de sucessão de tratados, previstas pela Convenção de Viena de 1978, são inspiradas nos princípios gerais de Direito que regulam o conflito de leis no tempo, para os quais, havendo identidade de partes, a norma geral é similar ao Direito interno: *lex posterior derogat priori*.

O equilíbrio do Liberalismo econômico com o político deve pautar as novas teorias da integração a serem formuladas. A integração regional do Cone Sul requer uma teoria da integração solidária que busque a integração econômica sem deixar de observar a finalidade última do desenvolvimento: o bem-estar social.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Madri: Centro de Estudios Constitucionais, 1989.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

\_\_\_\_\_. **MERCOSUL: Fundamentos e perspectivas**. São Paulo: LTr, 1998.

ÁVILA, Humberto. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. *RDA* 252: 151-179, 1999.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Direito, justiça social e neoliberalismo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BASTOS, Celso. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1995.

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BELLAMY, Richard. **Liberalismo e sociedade moderna**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: EDUNESP, 1994.

BESSE, Guy; CAVEING, Maurice. **Princípios fundamentais de Filosofia**. Trad. João Cunha Andrade. São Paulo: Hemus, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

CALDANI, Miguel Angel Ciuro. *Una teoría jurídica para la integración del MERCOSUR. IX Encuentro Internacional de Derecho de América del Sur. IX Encontro Internacional de Direito da América do Sul*. La Paz: Universidad Católica Boliviana, 2000.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. Coimbra: Almedina, 1993.

CHACON, Vamireh. **O Mercosul – a integração econômica da América Latina**. São Paulo: Scipione, 2001.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COMBLIN, José. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. Petrópolis: Vozes, 1999.

COURI, Sergio. **Liberalismo e societalismo**. Brasília: EdUnb, 2001.

CRUZ, Paulo Márcio. **Política, poder, ideologia e Estado contemporâneo**. Florianópolis: Diploma Legal, 2001.

DWORKIN, Ronald. *Los derechos en serio*. Barcelona: Ariel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Uma questão de princípio**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Trad. Hermínio Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1999.

FARIA, José Ângelo Estrella. **O MERCOSUL: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção**. Brasília: MRE, 1993.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 1994.

FIGUEROA, Alfonso García. *Principios y positivismo jurídico*. Madrid: Centro de Estudios Políticos e Constitucionais, 2001.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa (Org.). **Tratados Internacionais**. São Paulo: LTr, 1999.

FREITAS, Juarez. **As grandes linhas da filosofia do direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.

GINESTA, Jacques. *El MERCOSUR y su contexto regional e internacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

GOLDSCHMIDT, Werner. *Introducción filosófica al Derecho*. Buenos Aires: Depalma, 1965.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

HAYEK, Friedrich von. **O caminho da servidão**. Trad. Anna Maria Capovilla et alli. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HEE MOON, Jo. **Introdução ao Direito Internacional**. São Paulo: LTr, 2000.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HOBBS, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções: 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **A era do capital.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard. **História do pensamento econômico.** Trad. Jaime Larry Benchimol. Petrópolis: Vozes, 1997.

IANNI, Octávio (Org.); FLORESTAN, Fernandes (Coord.). **Marx.** São Paulo: Ática, 1996.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito.** Trad. João Baptista Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1976.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral das normas.** Trad. José Florentino Duarte. Porto Alegre: Fabris, 1986.

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional:** uma visão brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

LAREDO, Iris M. “LAREDO, Iris M. Org. *Estado, Mercado y Sociedad en el MERCOSUR: pautas para su viabilización.* Rosário: UNR, 1994, vol.

LATTUCA, Ada; CIURU CALDANI, Miguel A. *Economia globalizada y MERCOSUR.* Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998.

LAZARO, Roberto Carballo; SILVA, Washington Baliero. *Realidad y perspectivas de los procesos de integracion economica.* Montevideú: Amalio M. Fernandez, 1973.

LIMA, Sérgio Mourão Correa. *Tratados internacionais no Brasil e integração.* São Paulo, LTr, 1998.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil.* Trad. Anoar Aiex e Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Raquel de Fátima Antunes. *O império do capital monopolista.* Trabalho desenvolvido como conclusão da disciplina Teoria das Relações Internacionais do Mestrado em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, junho de 2000.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado.* São Paulo: RT, 1999.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política.* São Paulo: Flama, 1946.

\_\_\_\_\_. *Miséria da Filosofia.* Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

\_\_\_\_\_. *O capital.* Rio de Janeiro: Ediouro, 1983. v. 4.

MELLO, Celso Albuquerque. *Direito Constitucional Internacional.* Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

- MELLO, Leonel Itaussu A.; COSTA, Luís César Amad. História moderna e contemporânea. Rio de Janeiro: Scipione, 1995.
- MIRANDA, Jorge. Constituições de diversos países. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.
- \_\_\_\_\_. Direito Internacional Público. Lisboa: Pedro Ferreira, 1995.
- NADAI, Elza; NEVES, Joana. História Geral. São Paulo: Saraiva, 1990.
- OMC. Acordo que estabelece a Organização Mundial de Comércio. Marraqueche, 1994.
- ONU. Carta da Organização das Nações Unidas. São Francisco, 1945.
- ONU. Convenção sobre Direito dos Tratados. Viena, 1969 e 1986.
- OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. Filosofia do Direito ocidental: momentos decisivos. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzato, 1996.
- PETRAS, James. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Trad. Ana Maria Ruediger Naumann. Blumenau: Furb, 1999.
- PIMENTEL, Luiz Otávio. “Cenário internacional, direito e sociedade no processo de mundialização”. PIMENTEL, Luiz Otávio. Org. MERCOSUL no cenário internacional: Direito e sociedade. Curitiba: Juruá, 1998.
- \_\_\_\_\_. “Comércio internacional e processo de globalização: as normas jurídicas da propriedade intelectual”. SCALOPPE, Luiz Alberto (Org.). A internacionalização do Direito. Cuiabá: FESMP, 2001.
- PISTONE, Sergio. “Relações internacionais”. BOBBIO, Norberto et alli. Dicionário de política. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cascais et alli. Brasília: EdUnB, 1992. v. 2. verbete.
- POLETTI, Ronaldo. Introdução ao Direito. São Paulo: Saraiva, 1996.
- RAMOS, Carmem. “A constitucionalização do direito privado e a sociedade sem fronteiras”. FACHIN, Luiz Edson. Org. Repensando fundamentos do Direito Civil brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 1965.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. Introdução à história das relações internacionais. São Paulo: Difel, 1967.
- RUIZ DÍAZ LABRANO, Roberto. *MERCOSUR, integración y derecho*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998.
- RUSSELL, Bertrand. História do pensamento ocidental. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SALAZAR, José Manuel. “El resurgimiento de la integración y el legado de Prebisch”. *Revista de la CEPAL*, n. 50, pp. 21-40. Santiago: CEPAL, 1993.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAMUELSON, Paul; NORDHAUS, William. Economia. Portugal: McGraw-Hill, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Francisco de Araújo. O liberalismo. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991.

SAVIGNY, Friedrich-Karl von. “*La naturaleza general de las fuentes jurídicas*”. Trad. Werner Goldschmidt. GOLDSCHIMDT, Werner. Org. Los fundamentos de la ciencia jurídica. Buenos Aires: Losada, 1949.

SCHAPOSNIK, Eduardo C. As teorias da integração e o MERCOSUL: estratégias. Trad. Delvia Valladão Ferreira de Carvalho e Ronaldo Assunção. Florianópolis: EDUFSC, 1997.

SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SEN, Amartya Kumar. Sobre ética e economia. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Trad. Norberto de Paula Lima. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. Direitos fundamentais e direito comunitário. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

SORENSEN, Max (Org.). *Manual de derecho internacional público*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

STAHRRINGER DE CARAMUTI, Ofelia. Org. *El MERCOSUR y el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998.

\_\_\_\_\_. *MERCOSUR en el siglo XXI*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998.

STEWART JR., Donald. O que é o Liberalismo? Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

TAVARES, José Antônio Giusti ; ROJO, Raúl Enrique. Orgs. Instituições políticas comparadas dos países do MERCOSUL. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

THUROW, Lester C. O futuro do capitalismo. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOURAINE, Alain. Como sair do Liberalismo? Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Princípios do Direito Internacional contemporâneo. Brasília: EdUnB, 1981.

TUGORES QUES, Juan. *Economía internacional e integración económica*. Madri: McGraw-Hill, 1995.

VAZ, Antônio. Direito Econômico e a ordem constitucional portuguesa. Coimbra: Almedina, 1995.

VIDAL VILLA, José María et alli. Economia mundial. Madri: McGraw-Hill, 1996.

VINCENT, Andrew. Ideologias políticas modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VINER, Jacob. *Comercio internacional y desarrollo económico*. Madri: Tecnos, 1966.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Os dez anos que abalaram o século XX. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; CARRION, Raul. Século XXI: barbárie ou solidariedade? Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

WARAT, Luís Alberto; PÊPE, Albano Marcos Bastos. Filosofia do Direito: uma introdução crítica. São Paulo: Moderna, 1996.

WASSERMAN, Cláudia e GUAZZELLI, César B. História da América Latina: do descobrimento a 1900. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALVES, Janine da Silva. MERCOSUL - características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai: uma análise de base exploratória de indicadores econômicos e sociais. Florianópolis: EDUFSC, 1992.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BAPTISTA, Luiz Olavo. O MERCOSUL suas instituições e ordenamento jurídico. São Paulo: LTr, 1998.

BARBOSA, Maria Lucia Victor. América Latina: em busca do paraíso perdido. São Paulo: Saraiva, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BONAVIDES, Paulo. Do país constitucional ao país neocolonial. São Paulo: Malheiros, 1999.

BROWNLIE, Ian. Princípios de Direito Internacional Público. Trad. Maria Manuela Farrajota et alli. Introd. Antônio Augusto Cançado Trindade. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo. O poder de celebrar tratados. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995.

CHAMBI, Roberto. “*La integración jurídica, política y económica de la Comunidad Andina de Naciones y el MERCOSUR: la integración rea*”l. IX Encuentro Internacional de Derecho de América del Sur. La Paz: Universidad Católica Boliviana, 2000.

COSTA, José Augusto Fontoura. Normas de Direito Internacional. São Paulo: Atlas, 2000.

DAHRENDORF, Ralf. O Liberalismo e a Europa: entrevista a Vincenzo Ferrari. Trad. Beatriz Sardenberg. Brasília: EdUnB, 1981.

DIEZ DEL CORRAL, Luis. *El liberalismo doctrinario*. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1984.

DUPUY, René-Jean. O Direito Internacional. Coimbra: Almedina, 1993.

FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 1999.

FURTADO, Celso. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

IANNI, Octávio. A idéia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Trad. Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GARCIA, Eugênio Vargas. Cronologia das relações internacionais do Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 2000.

GOYARD-FABRE, Simone. Os princípios filosóficos do direito político moderno. Trad. Irene Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FIORI, José Luís. Org. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

MACEDO, Ubiratan Borges. O Liberalismo Moderno. São Paulo: Massao Ohno, 1997.

MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío*. Cidade do México: Era, 1977.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 2 v.

OLIVEIRA, Odete Maria. Org. Relações internacionais & globalização. Ijuí: Unijuí, 1998.

PAIM, Antonio. Liberalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PABST, Haroldo. MERCOSUL: direito da integração. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. As raízes históricas do MERCOSUL: a região platina colonial. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

REQUEJO GONZÁLEZ, Jaime. *Economía mundial: un analisis entre dos siglos*. Madri: McGraw-Hill, 1997.

RESEK, José Francisco. Direito dos tratados. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

ROSA, Luís Fernando Franceschini da. MERCOSUL e função judicial. São Paulo: LTr, 1997.